

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**MELINA ROBERTO ROVINA**

**FOGO CRUZADO:  
OS IMIGRANTES ITALIANOS ENTRE O BARRETE  
FRÍGIO E O SACO DE COAR CAFÉ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração de História Social.

**Orientador: Prof. Dr. Michael Mc Donald Hall**

**CAMPINAS / 2012**



# MELINA ROBERTO ROVINA

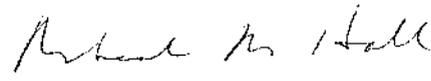
Fogo cruzado:  
os imigrantes italianos entre o barrete frígio e o saco de coar café

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Michael Mc Donald Hall.**

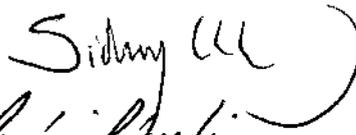
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 05/03/2012.

BANCA:

Prof. Dr. Michael Mc Donald Hall (orientador)



Prof. Dr. Sidney Chalhoub



Prof. Dr. Luigi Biondi



Profª. Dra. Endrica Geraldo (suplente)

Profª. Dra. Edilene Teresinha Toledo (suplente)

MARÇO / 2012



*Ao Pai pelo dom da vida. À Mãe por toda a doçura e bondade. Aos meus pais e André pelo apoio incondicional e pelo terno e sincero amor.*



## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos professores do Departamento de História do IFCH – UNICAMP que se envolveram imensamente no projeto de pesquisa proposto. Deixo também especial agradecimento ao professor Michael Hall, pelas infindáveis sugestões e pela paciente busca por novos documentos para se trabalhar na pesquisa de história. Aos professores da Linha de Pesquisa em História do Trabalho e da Linha de História Social da Cultura (UNICAMP) o meu “muito obrigado”. Agradeço também aos professores Sidney Chalhoub, Luigi Biondi, Edilene Toledo, Endrica Geraldo e Elciene Azevedo pela localização de documentos, pelas contribuições e debates.

À FAPESP, pelo auxílio material, pois sem ele essa pesquisa seria quase impossível de ser realizada.

A todos os amigos e familiares pelo apoio incondicional.

Obrigado ao meu pai e à minha mãe, por confiarem na minha capacidade e compromisso com a história e com a busca pelo conhecimento.

Ao meu marido, pois juntos aprendemos que o universo é ainda bem maior e que somos capazes de gerar uma nova vida.

À Clarinha que está por vir, que com certeza é fruto de um momento de realizações, de contribuições e de alegria!



*Aí vem, em massa, os italianos. Essa gente que tem no sangue todas as artes e nos nervos a violência de Maquiavel.*

Araripe Júnior, 1888.



## **RESUMO**

**Esta dissertação é fruto de uma inquietação sobre o modo como os imigrantes italianos foram recebidos pela sociedade paulista nos anos de 1890. Enquanto a historiografia assimilacionista tratou a integração dos italianos na sociedade brasileira como um processo sem atritos ou conflitos, este trabalho pretende demonstrar, ao contrário, que houve muita tensão entre brasileiros e italianos nos primeiros anos republicanos. A partir de fontes históricas variadas e garimpadas ao longo de três anos de pesquisa, este trabalho apresenta os motivos dos ressentimentos dos nacionais contra os imigrantes, a articulação do movimento jacobino contra os estrangeiros, os debates políticos republicanos que afetaram a boa recepção aos italianos e, finalmente, o confronto de duas éticas presentes na sociedade brasileira que posicionaram os debates sobre a imigração italiana no meio da disputa, isto é, do “fogo cruzado”. Além disso, o leitor poderá entender o modo como os imigrantes italianos compreenderam a aversão ao estrangeiro e como se articularam diante de um cenário político e social repleto de conflitos.**

**Palavras-chave: Imigração Italiana – Primeira República – Anti-italianismo – Jacobinismo – Conflito Social – Assimilação.**

## **ABSTRACT**

*This dissertation derives from a discomfort about how Italian immigrants were received by São Paulo society in the 1890s. While the assimilationist approach in prevailing historiography treats the integration of Italians in Brazilian society as a frictionless process, this work intend to demonstrate that, on the contrary, there was much tension between Brazilians and Italians in the first Republican years. Starting from varied historical sources discovered during three years of research, this work presents the reasons for resentment by nationals toward immigrants, the articulation of the Jacobin movement against foreigners, the Republican political debates that affected the reception of Italians and, finally, the confrontation of two ethics present in Brazilian society that have positioned the debates about Italian immigration right in the "crossfire" of the dispute. In addition, the reader can understand how Italian immigrants saw the aversion toward foreigners, and how they organized themselves in the face of the quarrelsome political and social scenario.*

**Key-words:** *Italian Immigration – First Republic – Anti-italianism – Jacobinism – Social Conflict - Assimilation*

## Lista de Figuras

<b>Figura 1</b>	Modelo de bandeira brasileira proposto por Silva Jardim, [1890?] .....	21
<b>Figura 2</b>	Detalhe do brasão do modelo de bandeira brasileira proposta por Silva Jardim, [1890?] .....	21
<b>Figura 3</b>	O barrete frígio .....	22
<b>Figura 4</b>	Projeto da Bandeira Nacional de Júlio Ribeiro, 1888 .....	21
<b>Figura 5</b>	Projeto de Bandeira Nacional do Barão do Rio Branco, 1890 .....	21
<b>Figura 6</b>	Brasão da Bandeira do Rio Grande do Sul .....	23
<b>Figura 7</b>	Detalhe do brasão da Bandeira do Rio Grande do Sul com o barrete frígio na ponta da espada .....	23
<b>Figura 8</b>	Detalhe do centro e laterais de lenço decorado usado pelos Farrapos onde se encontram barretes frígios. ....	23
<b>Figura 9</b>	Lenço decorado usado pelos Farrapos. ....	23
<b>Figura 10</b>	Alegoria Farroupilha, guache do século XIX. ....	24
<b>Figura 11</b>	Bandeira atual do estado de Santa Catarina, 1954.....	24
<b>Figura 12</b>	Selo oficial do Senado norte americano, 2008.....	25
<b>Figura 13</b>	Bandeira Republicana Provisória, 1889.....	26
<b>Figura 14</b>	Bandeira Real do Primeiro Império, 1822.....	27
<b>Figura 15</b>	Bandeira Republicana do Brasil, 1889.....	27
<b>Figura 16</b>	“O Grito do Ipiranga”, desenho de Raul Pompéia, 1881.....	106
<b>Figura 17</b>	“Brasil entre dois ladrões”, desenho de Raul Pompéia, 1893. ....	107
<b>Figura 18</b>	I disordini di San Paulo nel Brasile, 1896.....	126



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
DISPUTAS REPUBLICANAS: DO JACOBINISMO PAULISTA ÀS MANIFESTAÇÕES ANTI-ITALIANAS .....	9
“FORNALHA POLÍTICA” E AGITAÇÃO SOCIAL NO FERVOR DAS MANIFESTAÇÕES JACOBINAS ANTI-ITALIANAS .....	47
O CONFRONTO DAS CONDUTAS POLÍTICAS DO BARRETE FRÍGIO E DO SACO DE COAR CAFÉ .....	95
AS “INCERTEZAS COERENTES” DA POLÍTICA BRASILEIRA A INCOMODAR OS IMIGRANTES ITALIANOS .....	119
CONCLUSÃO.....	135
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	139



## INTRODUÇÃO

Atualmente, as ciências humanas parecem aumentar a gama de possibilidades temáticas e por isso otimizar a criatividade diante dos recortes e definições de objetos de estudo. No entanto, como consequência, em vez de as humanidades observarem a ampliação da eficácia das pesquisas no que tange o alcance do conhecimento, tem-se o aprofundamento epistemológico cada vez mais parecido com um aprisionamento no poço da especificidade acadêmica.

No geral, tem sido cada vez mais raro encontrar incentivos a teses e dissertações suficientemente (e concomitantemente) amplas e profundas, que demonstrem domínio na totalidade do objeto sem se perderem na especificidade do assunto. Historicamente, as ciências humanas lutaram por um espaço em que a liberdade de produção predominasse sem a escravidão teórica dos grandes eixos explicativos. Mas, mesmo assim, o cenário que se monta é desolador e mostra os campos das pesquisas humanas como um espaço fragmentado e desarmônico, onde as diferentes partes de um todo já não mais se tocam ou se comunicam. Cada pesquisador parece se aprofundar no poço da especificidade de “seu próprio” objeto de estudo, de “seu próprio” assunto ou problemática e as ciências humanas cada vez mais se assemelham a propriedades privadas, cercadas por muros, sem conexão com a realidade ampla e complexa do mundo da construção do conhecimento.

Ainda, quase não se pensa em pesquisas que queiram, de fato, acrescentar e contribuir na construção do conhecimento em seu sentido original, isto é, como patrimônio da humanidade e, portanto, como algo universal. No geral, quase todos querem orientar uma possibilidade de estudo, um caminho para alcance do conhecimento e registram essa trajetória em suas teses. Mostram o caminho, mas não o percorrem, pois lançam a responsabilidade da busca pelo produto final àqueles pesquisadores que vierem no futuro. Dispostos em tempos de desconstrução gnosiológica, tem-se a pulverização de temas específicos e então a atividade acadêmica se assemelha a um “eterno começo” da construção do conhecimento e indiretamente jogam fora aquilo que já foi construído em outros tempos.

Certamente, este trabalho de história foi produzido em meio às essas insatisfações e impressões sobre a recente produção acadêmica no Brasil. Felizmente, há exceções de departamentos, linhas de pesquisa, pesquisadores e professores que se comprometem com a busca inadiável pelo aprofundamento das questões historiográficas. Graças a incentivos destes que o leitor verá nas páginas seguintes uma investigação que usa a especificidade de um tema sem que a complexidade histórica seja deixada de lado. Por isso, muitos outros assuntos cruzarão o objeto de estudo deste trabalho, forçando o leitor a caminhar junto com o autor na trajetória que visa alcançar o conhecimento de algumas problemáticas políticas e sociais da transição do império para a república brasileira.

Em resumo, pretende-se demonstrar os caminhos da investigação sobre as manifestações sociais avessas à presença dos imigrantes italianos em São Paulo. E percorrê-los com faro investigativo. Estas manifestações sociais eram organizadas pela sociedade paulista do final do século XIX num contexto em que a imigração maciça fazia povoar as cidades de trabalhadores estrangeiros. Tal experiência histórica gerou ressentimentos e provocou reações violentas por parte dos brasileiros nos primórdios da República.

Além disso, encontra-se na trajetória destas páginas preocupações em mapear a composição social dos grupos manifestamente anti-italianos e em aprofundar a compreensão das tensões políticas e sociais daquele momento. Mesmo dentro da especificidade do tema, outras problemáticas avançaram fronteiras e se aproximaram do objeto central. Pretende-se demonstrar neste trabalho o modo como a imigração subvencionada foi entendida por brasileiros, especialmente os manifestamente anti-italianos, bem como as formas de entendimento das tensões políticas e sociais por parte dos imigrantes italianos.

Este trabalho também demandou leituras sobre a transição republicana e as disputas entre as forças políticas do Rio de Janeiro e de São Paulo para compreender a formação do radicalismo republicano atuante nas ruas paulistas. Em meio a confrontos políticos, formou-se o movimento jacobino que construiu uma crítica ácida e intolerante à imigração e à presença de estrangeiros no Brasil. Nesse sentido, o segundo item “Disputas republicanas: do jacobinismo paulista às manifestações anti-italianas” apresenta os projetos

republicanos anteriores ao quinze de novembro e explica a construção do radicalismo republicano para assim apontar a sua relação com o anti-italianismo.

Ainda neste trabalho, remonta-se à década de 1880 para mostrar a necessidade de compreensão da fase final do movimento abolicionista, pois este compôs mais uma força política e social atuante no período da transição imperial-republicana. Buscou-se relacionar as propostas republicanas existentes na década de 1880, o modo de construção dos ideais de república e a prática política intransigentemente republicana e tradicionalmente pautada pelo abolicionismo caifaz, elementos estes colocados oportunamente em pilares rígidos pela propaganda republicana radical. Naquele momento, as personagens históricas pareciam ter uma simples escolha a fazer: ou eram monarquistas ou republicanos e a discussão entre “ser ou não ser” abolicionista acabou sendo polarizada dentro do mesmo debate república *versus* monarquia, trazendo novidades na configuração social das manifestações anti-italianas da década seguinte.

No mesmo capítulo são estudadas as características genéricas do jacobinismo e há uma breve comparação entre o grupo jacobino do Rio de Janeiro e do estado de São Paulo, apontando seus elementos comuns e suas particularidades. Foram essas particularidades a chave para a compreensão do objeto de estudo, pois possibilitaram a identificação de motivações às manifestações anti-italianas na capital paulista.

A investigação sobre a formação da base social do movimento anti-italiano em São Paulo se encontra no capítulo “‘Fornalha Política’ e agitação social no fervor das manifestações jacobinas anti-italianas” – no qual estão também as influências do republicanismo radical jacobino e do abolicionismo na composição social dos grupos manifestamente contrários à presença de imigrantes italianos no Brasil. Tratando do período republicano, se verá que este contexto exigiu um estudo cuidadoso dos caracteres fundamentais do jacobinismo, de seus conteúdos discursivos e a forma de ação política prática e de combate aos seus inimigos. Assim se tornou possível compreender a permanência dos radicalismos anteriores à proclamação da república, o modo como se deram as disputas republicanas de então e ainda outras motivações para a aversão aos estrangeiros.

Tensões, ressentimentos e muitos conflitos saltam das páginas como meio de demonstrar as motivações mais antigas (e também contemporâneas) para o desencadeamento de reações violentas contra os imigrantes italianos. Neste capítulo, o leitor encontrará ainda a especificidade do movimento jacobino do estado de São Paulo para assim poder conhecer os grupos que se digladiavam e buscavam sornateiramente entrar na cena política. Compreender a “fornalha política” do momento certamente ajudou no difícil rastreamento da composição social do grupo paulista anti-italiano, identificado previamente como os “jacobinos paulistas” atrelados ao Partido Republicano Nacional (PRN).<sup>1</sup>

Tendo como fonte principal o jornal jacobino *Correio Nacional*, da cidade de São Paulo – periódico de difícil acesso e ainda inexplorado em outros estudos –, foi possível identificar o modelo de atuação jacobina, as características conservadas pelo grupo, bem como sua composição social e motivos que justificavam ataques aos inimigos políticos e sociais.

Para identificar a base social deste grupo responsável pelas manifestações anti-italianas na cidade de São Paulo do ano de 1896, foi necessário voltar os olhos de Clio<sup>2</sup> às figuras históricas do abolicionismo paulista, pois ao menos duas dessas personagens da década de 1880 compuseram o grupo de correspondentes e redatores do jornal jacobino *Correio Nacional*, na década de 1890. O uso discursivo do radicalismo republicano e abolicionista por esses escritores foi uma pista fundamental para a reconstrução da correlação entre a última década imperial e a primeira década republicana sob o elo da prática abolicionista.

Um dos pontos mais interessantes deste trabalho se encontra nesse mesmo capítulo, quando se constata a presença de negros libertos no grupo paulista manifestamente anti-italiano. A hipótese de que existiu uma interação entre abolicionistas paulistas e

---

<sup>1</sup> Como ficará claro a seguir, as manifestações anti-italianas que ocorreram em agosto de 1896, no Largo de São Francisco, São Paulo, com forte presença dos acadêmicos de Direito e de outros grupos sociais foram organizadas pelos membros do PRN, como fica explícito na seguinte passagem: “Parecia a princípio que a patriótica iniciativa do Partido Republicano Nacional, que celebrou um comício no Largo de S. Francisco n’esta capital, a que assistiram para cima de 3.000 pessoas, não se oporiam os italianos de S. Paulo (...)”. “Questão do Protocolo”, *Correio Nacional*, 6 set. de 1896.

<sup>2</sup> Alusão ao quadro “O ateliê do pintor”, de Vermeer, onde se encontra retratada Clio, a musa da história, a olhar para trás, por cima dos ombros, em direção ao ateliê.

construtores do movimento jacobino em São Paulo foi explorada e alcançou descobertas. Levantada a possibilidade de negros libertos terem participado do referido movimento político da década de 1890, a exposição dos argumentos supera as dificuldades internas das fontes e mostra claras marcas desses libertos na história dos primeiros anos republicanos.

A dificuldade em identificar a participação desses negros residiu exatamente nos critérios discursivos utilizados pelos escritores daquela história – os próprios republicanos radicais – sempre preocupados em afastar da república o passado escravista para com isso alimentar a concepção de uma identidade nacional brasileira una, advinda da miscigenação entre o branco, o negro e o índio, de tal modo que se permitisse falar em “brasileiro” e alcançar a dupla “civilização/progresso” com o advento da república.

Um novo capítulo saiu da “fornalha política” em questão. Em “O confronto de duas condutas políticas: o barrete frígido e o saco de coar café” há uma análise complementar ao objeto deste trabalho. O leitor encontrará as particularidades da política republicana paulista, pois assim compreenderá quais as disputas políticas do estado foram estendidas até o ano de 1895 – ano da morte de Floriano Peixoto. Até esse período, os “radicais” republicanos eram os agentes que cantavam a “conquista da história”, pois tentaram reconstruir a sua própria narrativa histórica republicana. Porém, também no decorrer dos anos republicanos, desde 1889, as oligarquias cafeeiras paulistas buscavam espaço político e o modo como o fizeram – paralelamente à ação dos radicais jacobinos – foi aqui explorado para tentar superar um grande vazio historiográfico sobre esse tema.

As oligarquias acabaram por sobrepor gradualmente seus próprios valores republicanos e federalistas no cenário político a partir de 1894 (quando Prudente de Moraes ganhou as eleições) até 1930, na tradicionalmente conhecida história da república oligárquica. Nesse momento, a história política passou a ganhar novos construtores e o passado, novamente, foi editado para engrandecer certas personagens republicanas, então pertencentes ao grupo oligárquico paulista. O confronto entre as éticas *relativa* e *absoluta*, identificadas por Paulo Mercadante, será bastante esclarecedor para história republicana nacional, para a compreensão do comportamento político das oligarquias e da prática política jacobina.

Para adentrar nesse complexo estudo da história republicana, foi necessário descamar os “passados” construídos. Assim também faz o restaurador do patrimônio histórico: meticulosamente, diante de uma antiga parede pintada e redecorada por gerações, olha os detalhes para saber onde pode tirar mais camadas e onde deve manter a superfície. Ao mesmo tempo em que busca acessar a camada mais antiga, também quer manter partes do superficial e uma totalidade datada, para assim poder saber com mais detalhes quais foram os usos e reconstruções de determinada arquitetura e qual a sua trajetória na história.

No meio do fogo cruzado de disputas políticas estava o debate sobre a imigração subvencionada. É importante lembrar que este trabalho além de pertencer à historiografia republicana se refere ao campo dos estudos migratórios e sugere nova ótica analítica. Para tanto, critica a historiografia assimilacionista da imigração ao Brasil, a qual entende o período pós-abolicionista como um momento bastante promissor em razão do recebimento de imigrantes europeus, descrevendo assim uma atmosfera de otimismo na recepção e assimilação dos estrangeiros. Esta vertente interpretativa perdeu espaço no trabalho que nessas linhas se desenvolve, pois aqui a posição é a de não negligenciar as dificuldades vividas pelos imigrantes em contato (e convívio) com a sociedade brasileira.

Foram examinadas as tensões e complexidades envolvidas na recepção dos imigrantes italianos pela sociedade paulista/brasileira, pois se pressupõe que a política imigrantista de introdução e distribuição de trabalhadores rurais estrangeiros não correspondeu a um simples encerramento de uma longa história de escravidão no Brasil.

Também relativo ao contexto oitocentista, há destaque para a transição da crise monárquica para a fase republicana. Assim como fizeram os historiadores da “transição”, isto é, estudiosos da mudança do trabalho escravo para o livre, foi delineado aqui um complexo de diferentes camadas de compreensão para aspectos políticos e também sociais da década de 1880, estendendo-os até a referida década de 1890, sem perder de vista a investigação das manifestações anti-italianas em São Paulo.

Ao final, em “As ‘incertezas coerentes’ da política brasileira a incomodar os imigrantes italianos”, as fontes italianas permitiram a compreensão dos modos como os imigrantes entenderam e interpretaram as tensões sociais e políticas da primeira década republicana. Nesse capítulo, a totalidade da pesquisa se mostra presente, os temas

anteriores convergem ao final do trabalho e são vistos sob a ótica estrangeira. Como os imigrantes italianos entenderam o confronto entre as duas éticas identificadas por Paulo Mercadante? O leitor terá a resposta para essa pergunta e verá que os estrangeiros identificaram seus inimigos, expuseram seus ressentimentos e apontaram as disputas sociais e políticas daquele tempo. Ao seu modo, os imigrantes italianos não assistiram aos eventos passivamente, mas reagiram contra as violências a eles dirigidas.

Como se percebe, toda essa história pode ser classificada como uma longa história de *detalhes*. Enquanto muitos pormenores parecem ter ficado praticamente estáticos à atenção de nossos pesquisadores, tão preocupados com a especificidade de “seu próprio” tema, o passado político brasileiro se mostra aqui repleto de camadas interpretativas que se sobrepõem a outras análises, inclusive a social. Como se verá, o próprio movimento republicano – fortemente atuante na década de 1880 – preocupou-se em sobrepor discursos que viriam a construir consensos ao contar a história desse passado, congelando-o, afastando novos questionamentos e dificultando a compreensão da totalidade do período.

A autora compromete-se a identificar a construção dos “consensos republicanos”, além de datá-los, para então possibilitar a investigação dentro da complexidade histórica, o nosso fogo cruzado.



## **DISPUTAS REPUBLICANAS: DO JACOBINISMO PAULISTA ÀS MANIFESTAÇÕES ANTI-ITALIANAS**

Os “consensos republicanos” são datados e, por isso, datáveis pelo historiador que se aventura nas águas do republicanismo. Para o caso da década de 1880, o movimento republicano radical foi atrelado ao passado abolicionista, sendo ambos descritos de forma uníssona na historiografia construída nos primeiros anos republicanos. Abolicionismo e republicanismo radical foram atrelados, um ao outro, como as grandes forças históricas responsáveis pela substituição do regime.

O historiador, ao voltar os olhos de Clio por cima dos ombros, nota que dentro dos consensos construídos há numerosas disputas, tensões, momentos de “otimismo” e de “desencanto” republicanos, todos estreitamente relacionados aos temores e necessidades de cada período e de cada grupo atuante. Com olhares atentos, é possível perceber na própria produção das fontes e nos discursos contemporâneos ao movimento republicano quais eram as disputas em torno dos ideais de república e liberdade e quais as forças políticas que entraram e saíram de cena em momentos particulares.

Mas, para compreender essa passagem, a visão de Clio deverá primeiramente contemplar a década de 1880. Enquanto a maioria dos membros do Partido Republicano Paulista discutia uma abolição lenta, de caráter indenizatório e propunha o ideal de república federativa, literatos, estudantes e jornalistas do Rio de Janeiro e de São Paulo se viam como tutores da sociedade propondo o fim da monarquia e da escravidão. Aqueles que participavam do chamado movimento republicano possuíam ideais políticos construídos pela oposição ao regime vigente e à escravidão. Vale lembrar que a interpretação e as releituras constantes que se faziam desses ideais de república, pelos próprios agentes desta história caracterizaram o momento histórico de forma heterogênea muito antes da proclamação e da construção de consensos republicanos.

Na década abolicionista, políticos, fazendeiros e representantes das classes agrícolas – ávidos pela manutenção da produtividade nos campos em momento de expansão da lavoura cafeeira – certos de que a abolição estaria por vir, propuseram uma abolição que não gerasse prejuízos às suas produções ou propriedades, que fosse feita com indenização

ou associada ao projeto republicano federalista, pois cada província teria autonomia para resolver os problemas da mão-de-obra de sua lavoura.

Quando foi abolida a escravidão em 1888 – depois de um longo e lento processo de “desorientação” abolicionista – já se tinha no Brasil projetos de introdução maciça de trabalhadores estrangeiros, propostas estas intensamente debatidas no Congresso ao longo da década de 1880. No ano seguinte, em 1889, a República nasceu na história brasileira com um projeto muito claro: o de apagar o passado imperial. Então, o negro saiu de cena, por remontar à escravidão e por isso ser visto como um elemento degradante para a história nacional e, dessa forma, juntamente com o quinze de novembro, foi iluminado o trabalho livre do elemento europeu, branco e “civilizado”.

Também no campo historiográfico, a imigração italiana foi atrelada às versões republicanas do passado brasileiro e entendida apenas como o “final feliz” de uma longa história imperial de tradição escravista. Esta visão ainda presente nos estudos migratórios evidencia parte do discurso de membros do Partido Republicano Paulista, partido responsável pela imigração subsidiada, e oculta aspectos específicos, detalhes de uma história de atritos. Havia tensão nos conflitos entre estrangeiros e nacionais, entre trabalhadores livres europeus e libertos, além de conflitos entre os vários “republicanismos” combatentes entre si e contra a teoria monárquica “subversiva”.

Por isso, também é necessário discernir quão fortes eram os discursos republicanos e imigrantistas dentro da narrativa republicana construída após o quinze de novembro, para assim entender a complexidade do momento transitório apresentado e alcançar a compreensão das motivações e da base social de inúmeras manifestações contrárias à presença de italianos no Brasil, bem como das influências políticas recebidas nesse mesmo contexto (nacional e paulista).

Para tanto, parte-se do entendimento de que a história da abolição está intrinsecamente relacionada às alternativas políticas propostas por grupos influentes no tocante à substituição do trabalhador agrícola, aos projetos imigrantistas e aos movimentos republicano e abolicionista, estes últimos especialmente efervescentes nas cidades.

Luiz Gama, um dos maiores expoentes do abolicionismo em São Paulo, àquela altura correligionário do Partido Republicano Paulista, deu um sentido bastante particular à

sua atuação republicana. “A visão particular de Luiz Gama sobre o republicanismo gerou uma série de divergências entre os membros do PRP e conflitou com diversos significados que cada um dava a alguns princípios que juntos defendiam”.<sup>3</sup> Enquanto o partido discutia a substituição da mão de obra e as possibilidades para a minimização das consequências à lavoura, Luiz Gama criticava uma conduta do partido que se tornava cada vez mais comum, pois o PRP levava adiante a crença de que qualquer meio ou adequação eram válidos para se alcançar o fim desejado, isto é, a abolição sem danos maiores à lavoura. Assim, Luiz Gama reforçava sua própria imagem de *intransigente*. Averso às *conciliações*, tanto nos meios quanto nos fins, postava-se como “defensor incondicional dos ‘verdadeiros princípios republicanos’ ”.<sup>4</sup>

Os ideais de liberdade e de república de Luiz Gama diferiam dos ideais liberais e federalistas do PRP. Para o primeiro, era valoroso *não conciliar* com partidos monárquicos em nenhuma hipótese, pois considerava traição ao *ideal* republicano. Este ícone do abolicionismo paulista era contra as conveniências que o partido buscava no cenário político de então e defendia acirradamente a liberdade e a soberania popular. Por isso, a exaltação à pátria era um conceito incompatível com seus ideais por representar a união (ou conciliação) de todos os interesses indiferenciadamente, esquecendo-se, portanto, de dar atenção especial às desigualdades de uma sociedade escravista.<sup>5</sup>

Luiz Gama é apenas um bom exemplo de inúmeras personalidades que expressam a importância e o peso dos *radicalismos* republicano e abolicionista que passaram a dominar o campo das idéias políticas da década de 1880 e se estenderam até os anos 1890. Nesta perspectiva, o debate político era construído em dois campos opostos: o da *conciliação*, que possibilitaria a inclusão de elementos monárquicos e de monarquistas e, do lado diametralmente oposto, o campo do radicalismo e da *intransigência* republicana e abolicionista<sup>6</sup>, com sua perspectiva republicana “purista”.

---

<sup>3</sup> AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha. A trajetória de Luiz Gama na Imperial cidade de São Paulo*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999, p. 148.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p.165 (grifo meu).

<sup>5</sup> *Ibidem*, pp. 169-70.

<sup>6</sup> AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha. A trajetória de Luiz Gama na Imperial cidade de São Paulo*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999, p.158.

Devagar e constantemente, partes dos discursos abolicionista e republicano radical foram se unindo e se tornando unívocos por meio da necessidade do radicalismo imposta ao momento. Esta construção de um passado, que culminou no episódio do quinze de novembro, “apertou a pena” para certas passagens narrativas desta história, sempre visando uma coerência republicana *ideal*.

A mocidade letrada contribuiu na construção do som harmônico do republicanismo radical por meio da concepção de literatura militante. Raul Pompéia e Coelho Neto, também republicanos radicais, mantiveram ligações com o grupo abolicionista dos *caifazes* liderados por Antônio Bento, em São Paulo, e engrossavam a campanha contra a Monarquia. Assim, ajudam os historiadores a entender como a narrativa política da década de 1880 foi homogeneizada e reconstruída historicamente<sup>7</sup> para atender às necessidades políticas do momento de sua reconstrução.

Outro exemplo é Pardal Mallet, que depois do treze de maio de 1888 rompeu com José do Patrocínio e fundou o periódico *A Rua* para divulgar um debate que também ocorria no interior do Partido Republicano: “indenização ou república”! A partir de abril de 1889, o literato defendia por meio de narrativas e de personagens literários o separatismo em oposição ao federalismo e a inserção dos libertos ao mercado de trabalho de modo controlado, a fim de formar o “povo” brasileiro que o Brasil ainda nunca tinha visto nascer.<sup>8</sup> Percebe-se que a oposição discursiva, mais uma vez, está entre *conciliação versus intransigência* republicana, sendo o primeiro termo referente às alianças políticas do PRP e o segundo à exigência de compromisso dos grupos republicanos mais radicais.

Mesmo diante da tentativa de homogeneização discursiva do passado republicano pelo grupo radical, sabe-se que o movimento republicano foi muito mais heterogêneo do que supôs essa narrativa. Estudos como o de José Murilo de Carvalho<sup>9</sup>, esclareceram que as disputas internas do movimento republicano contrapunham ao menos três projetos diversos para a república. O primeiro era o clássico projeto do Partido Republicano Paulista,

---

<sup>7</sup> SILVA, Ana Carolina Feracinda. Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895), Dissertação de Mestrado, Campinas, São Paulo, 2001, p.82.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>9</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 24.

representado pelas oligarquias cafeicultoras e defensor do modelo liberal americano de república federalista.

A segunda postura seria a dos radicais jacobinos, críticos ácidos da lentidão e dos males do Império. Esta postura tendia a associar diretamente os problemas do antigo regime francês à estrutura imperial brasileira do século XIX, além de propor a liberdade, a igualdade e apelar por apoio popular na ação política prática. Seriam esses os jacobinos, radicais da república que depois da proclamação agregaram parte da mocidade militar. Há de se lembrar, porém, que os jacobinos eram formados por grupos urbanos, setores da classe média, por nacionais trabalhadores braçais e prestadores de serviço (não operários) e também por militares de patentes intermediárias, estes oriundos de um terceiro grupo político (positivista) à época da dissolução do Congresso por Deodoro da Fonseca.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Sobre a fusão parcial entre os positivistas e os jacobinos, José Murilo de Carvalho escreveu: “(...) A idéia de uma república ditatorial, social e virtuosa, e a oposição à representação política, à elite bacharelesca, permitiram uma fusão parcial dessa corrente com o jacobinismo que surgiu durante o governo de Floriano e marcou a política republicana até 1897. Embora Floriano fosse católico e aborresse o positivismo, o estilo de governo que representou – autoritarismo, anticacacas, contra o grande capital, moralista (ao menos na aparência), populista – tinha vários pontos de contato com a proposta positivista, embora essa doutrina estivesse em contradição com o militarismo.”

É importante mencionar ainda que a análise de José Murilo de Carvalho difere da análise de José Maria Bello. Em vez de três correntes, este historiador caracteriza o movimento republicano por meio de quatro correntes distintas: (1) a dos republicanos históricos, paulistas federalistas do Manifesto de 1870; (2) a pautada pela juventude “ardente”, radical e de ação revolucionária; (3) a mocidade militar que defendia o projeto republicano baseado na doutrina de Comte e nos ensinamentos de Benjamin Constant; (4) a corrente defendida pelo grupo militar mais velho, deodorista, sem inclinação doutrinária clara, mas defensores da força e da unidade do grupo militar. Esta caracterização de Bello é bastante esclarecedora porque facilita a visualização do grupo militar radical (3) que migra, em 1891, para o grupo jacobino radical de ação revolucionária (2). Vale ressaltar ainda que, durante o movimento republicano, o abolicionismo foi um ponto comum e agregador entre os projetos dos militares e da juventude radical jacobina. Ainda, Ângela Alonso, em *Ideias em Movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*, identificou três forças políticas republicanas na década de 1880 como sendo: os positivistas abolicionistas, defensores na abolição imediata da escravidão acompanhada da inserção do liberto no mercado de trabalho, segundo a autora, estes foram chamados de “jacobinos” pelos seus adversários durante a república; os federalistas científicos, amparados pelo positivismo, eram defensores do federalismo e da autonomia do grupo na gerência de seus negócios e projetos; e os liberais republicanos, dissidentes do Partido Liberal, defensores de reformas institucionais, e tinham como base social grupos urbanos de profissionais liberais. Essa exposição basta para constatar a heterogeneidade do movimento republicano e a dificuldade em mapear com exatidão suas forças atuantes devido às constantes reconfigurações políticas e à tamanha complexidade do objeto. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *op. cit.* p. 41; BELLO, José Maria. *História da República. Primeiro Período (1889-1902)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1940, p. 37; ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002, pp. 263-318.

O terceiro projeto republicano apontado por Carvalho defendia a versão positivista da república. Em nome da ditadura republicana, militares condenavam a monarquia e defendiam o progresso. Desse grupo nasceram os deodoristas, radicais do governo provisório que, justamente por serem a favor do governo de Deodoro, diferiam dos jacobinos, os quais tendiam mais ao apoio a Floriano Peixoto.

O radicalismo republicano era bastante forte naqueles tempos e estava presente em dois dos projetos republicanos. Foi essa postura radical a responsável por polarizar o debate e as disputas republicanas, fazendo com que, aos olhos dos contemporâneos, existisse a obrigação de ao menos escolher um dos lados da querela e fixar publicamente a postura adotada: ou se era republicano (entenda-se “radical”) ou monarquista. Mas esse teor radical subentendia que não sendo alguém republicano “verdadeiro”, “intransigente” e “radical” – e “de fato” abolicionista –, este estaria defendendo a conciliação e a tendência de aceitar reminiscências e resquícios da estrutura política monárquica, vista como a responsável pela escravidão e pelo atraso histórico e democrático do Brasil. Assim, monarquistas e federalistas eram gradual e circunstancialmente associados uns aos outros como *conciliadores* e, por isso, claros opositores do radicalismo republicano.

Este último, além de incentivar a mocidade a pegar em armas contra a Monarquia, parece ter criado medidas e pesado a balança no lado dos “bons” contra os “maus”, dando origem a uma infinidade de tensões e dissensões entre os republicanos. Sabe-se, inclusive, que houve muita disputa entre os literatos para a orientação política e dirigismo do quinze de novembro de 1889, inclusive brigas para a definição das bandeiras estaduais e nacional. Os autores pareciam concorrer para ver quem traduziria com mais precisão e coerência os princípios “puros” do projeto republicano. As críticas facilmente recaíam sobre aqueles que eram vistos como “transgressores” dos ideais republicanos porque eram entendidos como mantenedores de tradições e estruturas existentes no regime monárquico.

No jogo da propaganda política, a principal arma de combate à monarquia, esses diferentes níveis de “pureza” republicana eram criados promovendo a permanência e a força da propaganda *radical* republicana. Esta tendência prevaleceu no processo histórico que culminou no *deodorismo* do governo provisório e, depois da dissolução do Congresso por Deodoro da Fonseca, concentrou atores políticos no grupo radical de rótulo *jacobino*, o

grupo “vitorioso” da república até 1894, quando por fim entraram os civis paulistas na cena pública, então representados pelo presidente ituano Prudente de Moraes.

Retomando as disputas em torno do maior símbolo da nação – a bandeira nacional que deveria ser a materialização do ideal de república e de nação brasileiras – seu desenho foi amplamente discutido por republicanos “radicais” e também pelos federalistas. Em parte, esta contenda reflete os propósitos das forças republicanas surgidas desde o ano do Manifesto Republicano (1870) e estendidas até a Questão Militar (1886-87) a qual expôs a atuação da mocidade militar no processo de substituição do regime político.

Ainda na década de 1880, a rivalidade entre academias militares e civis no Brasil era muito acirrada<sup>11</sup>. A “mocidade militar”, maior responsável por popularizar o positivismo nas escolas militares – mais até que os professores, uma vez que o positivismo não era predominante nesse grupo – também participava de ações cívicas e de campanhas do movimento abolicionista desde seu início, pois muitos dos soldados que lutaram ao lado de libertos na Guerra do Paraguai passaram a dar base a uma geração pós-guerra que associava o ideal de abolição da escravidão ao progresso a ser alcançado com a instalação da república.<sup>12</sup>

Celso Castro, em *Os militares e a República. Um estudo sobre cultura e ação política*, obra de referência para o estudo das bases políticas republicanas, afirmou precisamente quando escreveu que “Não foi a Questão Militar de 1886-1887 que levou os alunos da Praia Vermelha a se tornarem republicanos: eles já o eram bem antes dela”.<sup>13</sup>

Essa mocidade militarizada articulava questões simbólicas próprias do grupo, do Exército e pelo Exército, trazendo unidade na questão militar. Enfatizavam, por exemplo, que era a mocidade quem traria o moderno e o futuro do Brasil, modernização esta possível por meio do positivismo; que o Exército defendia a liberdade e se recusava a ser a força imperial efetiva para perseguir os escravos fugitivos<sup>14</sup>; e que o progresso, presente numa

---

<sup>11</sup> CASTRO, C. *Os militares e a República. Um estudo sobre cultura e ação política*, Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1995, p. 51.

<sup>12</sup> *Ibidem*, pp. 76-77.

<sup>13</sup> CASTRO, C. *Os militares e a República. Um estudo sobre cultura e ação política*, Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1995, p.81.

<sup>14</sup> MACHADO, Eurico. *Um Republicano*. In: CASTRO, C. *Op. cit.* p. 131.

nova etapa da história do Brasil, só seria possível por meio da substituição imediata do regime político pela república.

É interessante notar que toda essa coerência teórica construída pela “mocidade militar” sobre os ideais do progresso, da liberdade e da república, perde força imediatamente depois da abolição da escravidão, enfraquecendo o discurso dos militares, que passaram a dar nova guinada aos discursos enfatizando a partir de então que a abolição havia sido uma conquista popular e não da monarquia.<sup>15</sup>

Mas, o discurso desses “vitoriosos” prevaleceu, mesmo com as dificuldades impostas pela assinatura da lei Áurea pela princesa Isabel, justamente para manter a coerência do radicalismo militar. Os historiadores que se preocuparam com as décadas de 1880 e 1890 notam que até a proclamação da república muito se sabe sobre a tal “mocidade militar carioca”, mas pouco se conhece a respeito da participação de outros grupos na política, especialmente dos políticos paulistas e da participação das oligarquias nacionais em tal momento decisivo da história que diria respeito a todo o Brasil. José Maria dos Santos mencionou que a proclamação da República “foi um acontecimento exclusivamente carioca, reduzindo-se a um levante da guarnição do Rio de Janeiro (...) sem maior ação sobre as províncias”.<sup>16</sup> Mas, além da conhecida versão militarista, há a história de outras forças republicanas, como a dos civis paulistas, que apenas despontaram na narrativa quando construíram o seu discurso próprio e sobrepuseram-no à história contemporânea a partir de 1895.

A proclamação da república foi um fato carioca e militar, mas o movimento republicano que a antecedeu não é tão facilmente caracterizado. Os republicanos civis paulistas, defensores do federalismo, não tiveram nenhum emprego no evento de 1889, nem como preparação, tampouco como execução, “Nem mesmo como comparsas poderiam ser tomados, pois não foram além de espectadores mais ou menos inquietos, apesar de interessados”<sup>17</sup> do levante do Campo de Santana, no Rio de Janeiro.

---

<sup>15</sup> CASTRO, C. Op. cit., p.132.

<sup>16</sup> SANTOS, José Maria dos. “Prefácio”, *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista: Subsídios para a História da República*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960, p. XI.

<sup>17</sup> SANTOS, José Maria dos. “Prefácio”, *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista: Subsídios para a História da República*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960, p. XI.

Mais uma vez, é preciso considerar o passado da República como posto em camadas. Na virada da década de 1880 para 1890 houve a construção do passado histórico republicano radical e militarista, vencedor político daquele momento específico. Isso não quer dizer que as disputas não ocorriam por baixo de mais um consenso republicano. José Maria dos Santos já constatou que “A própria história da fundação da República já começa (...) como história das relações do Partido Republicano Paulista com a ditadura militar” do primeiro período republicano.<sup>18</sup>

O consenso histórico fez desaparecer as disputas e rivalidades existentes no exato momento que precede a substituição do regime, pois, radicalizava-se a discussão dos ideais da futura república para se considerar que, naquele momento definitivo, ou se era a favor desta, ou contra ela. Mais uma vez, o radicalismo foi vitorioso ao silenciar outras forças republicanas e políticas daquele momento decisivo.

Além de todos obrigatoriamente deverem ser republicanos, a todos também passou a ser imposta a necessidade de ser ou de ter sido abolicionista.

Apenas em 1887, quando o movimento abolicionista havia se tornado definitivamente uma unanimidade, pelo menos entre as populações urbanas do Sudeste, e com ele comungar numa questão até de bom tom, é que seus participantes admitiram o efetivo envolvimento em ações realizadas ao arrepio da lei. No entanto, outro obstáculo se antepõe: na fase final, de 1887-88, à medida que os retardatários se apressam em pegar o trem da história e todos se propalam abolicionistas de primeira água, já não se sabe de fato quais foram os elementos que sustentaram a luta em seus momentos mais nebulosos.<sup>19</sup>

Constata-se, então, mais uma dificuldade para o historiador. Como alcançar a complexidade do passado se ela parece estar abaixo das narrativas consensuais republicanas?

Uma alternativa seria a investigação do abolicionismo da década de 1880. Está claro que “não há como negar uma feição predominantemente urbana ao movimento abolicionista, desaguadouro principal, mas não único, do descontentamento difuso e da nova fermentação social, que acompanhou nos anos 1870 e 1880 tanto o inchamento

---

<sup>18</sup> Ibidem, p.XV.

<sup>19</sup> MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994, p.144.

desordenado de certas cidades quanto a expansão das camadas médias”.<sup>20</sup> Mas de que modo as propostas do abolicionismo passaram a participar da história republicana?

Os republicanos radicais retomaram décadas anteriores para possibilitar a construção narrativa da história de modo a fortalecer certas descrições. Evaristo de Moraes, por exemplo, notou esta postura e escreveu que:

Durante quase um decênio fizeram boa companhia a campanha abolicionista e a propaganda republicana. Começou com a harmonização dos dois movimentos em 1879 e 1880, quando a tribuna das conferências populares era ocupada pelos abolicionistas/republicanos Vicente de Souza, Lopes Trovão, José do Patrocínio, Ubaldino do Amaral, Ciro de Azevedo. De quem se dizia republicano supunha-se, logo, ser, também, abolicionista, embora a recíproca, nem sempre fosse verdadeira: André Rebouças e Joaquim Nabuco foram abolicionistas da primeira hora, mas eram e ficaram sendo monarquistas.<sup>21</sup>

Entre 1888 e 1889, parecia obrigatório ter feito parte do movimento abolicionista e declarar-se publicamente republicano, pois ambas as posturas eram aspectos que caracterizavam o radicalismo propagado como “necessário” para a derrubada da monarquia.

De autoria dos “republicanos radicais”, as associações entre o abolicionismo e certo republicanismo se estenderam ao longo da história. No governo provisório – “um dos mais curiosos períodos de nossa história política e que não teve ainda o seu historiador completo e imparcial”<sup>22</sup> – o cenário político e o radicalismo republicano fizeram parte das disputas em torno dos *ideais* fundadores da república, os quais deveriam permanecer sustentando as instituições republicanas.

Mesmo com intensas disputas republicanas, um discurso radical “vencedor” manteve-se presente no governo do marechal Floriano Peixoto, especialmente na forma do *florianismo*, intensificando a importância da estrutura militar. Essa característica do movimento político radicalizou os discursos em torno da república ideal, obscurecendo o descontentamento generalizado relativo à república vindo de outros grupos, isto é, daqueles que não eram militares ou participantes diretos da política florianista e que tiveram suas vozes temporariamente silenciadas.

---

<sup>20</sup> Ibidem, p.147.

<sup>21</sup> MORAES, Evaristo. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985, p.59.

<sup>22</sup> OTÁVIO, Rodrigo. *Minhas Memórias dos outros*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 1ª série, p.177.

Os primórdios da república criaram os próprios mitos. A virada para a década de 1890 foi responsável por criar um consenso nacional explicativo (e narrativo) do levante de quinze de novembro e, por isso, obscureceu conflitos que se travaram entre os grupos políticos e sociais de então. A imprensa republicana fechou seu cerco aos seus inimigos e é possível dizer que a historiografia sobre os primeiros anos republicanos se iniciou nos jornais da época e foi construída pelos seus jornalistas e cronistas do momento.<sup>23</sup>

Anos depois, “Com a morte de Floriano em 1895, um parte do que fora a ‘mocidade militar’ se liga ao jacobinismo. A Escola Militar da Praia Vermelha revolta-se em março de 1895, maio de 1897 e por fim em novembro de 1904, durante a Revolta da Vacina. (...)”, sempre objetivando construir a República “ideal”, amparada nos pilares do radicalismo político anterior a 1888 e 1889.<sup>24</sup> Em 1895, os “republicanos radicais” se exaltaram e todo o grupo passou a ser identificado como os *jacobinos* – embora este grupo já existisse bem antes da morte do Marechal Floriano Peixoto – o que demonstra a permanência desse radicalismo republicano na política brasileira.

Outra personalidade interessante da história republicana e abolicionista foi o jovem Silva Jardim, advogado, jornalista, abolicionista e político brasileiro. Atuante, principalmente no Rio de Janeiro – embora parte de sua breve juventude tenha se passado na capital de São Paulo, ao redor do curso jurídico da Academia de Direito daquela cidade – dedicou parte de suas energias na defesa da mobilização popular para a abolição da escravidão em viagens pelos estados de São Paulo (especialmente na cidade de Santos), Rio de Janeiro e Minas Gerais para a propagação das idéias republicanas. Sem dúvida alguma, seu nome e sua breve vida – interrompida por um acidente na cratera do vulcão Vesúvio quando tinha 31 anos, em 1891 – são símbolos e grande referência para a história da propaganda republicana, do quinze de novembro de 1889 e das vozes que foram encobertas pela história dos vitoriosos da república.

Entre os nomes de Lopes Trovão, Vicente de Sousa, Ferro Cardoso, Aristides Lobo, Pedro Tavares e José Leão, representantes da ala radical do movimento abolicionista e republicano, encontrava-se também o nome do próprio Antonio Silva Jardim. A trajetória

---

<sup>23</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os Subversivos da República*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 59.

<sup>24</sup> CASTRO, C. Op. cit., p.199.

política deste propagandista exemplifica o que se tentou expor nas linhas apresentadas até agora: a prática e a luta abolicionistas agregaram lentamente seus ideais aos do movimento republicano e tornaram-se escola política de figuras que se projetaram nos primeiros momentos da república recém nascida. Também Silva Jardim construiu seu aprendizado político a partir de 1885, no movimento abolicionista santista e nas rodas políticas e literárias da Academia de Direito de São Paulo, “sempre insistindo na incongruência do ideal republicano com a escravidão”.<sup>25</sup>

Porém, o triste destino de Silva Jardim foi também traçado por personagens coadjuvantes da história republicana. Com a proclamação da República, parte do Exército e da mocidade militar passou a ver os ideais republicanos dos civis como ideais diversos daqueles entendidos pelos grupos militares. Estes radicalizaram seu entendimento de república e voltaram a ver os civis com rivalidade, deixando para o passado a dualidade entre ser republicano e ser monarquista, alijando os civis dos cargos públicos do novo regime. O mesmo aconteceu com o jovem republicano: sendo civil, mas ainda se considerando “radical”, abolicionista e republicano, não o era suficientemente para garantir a “saúde” da “verdadeira” república dos militares. Candidatou-se ao Congresso no Distrito Federal e foi derrotado. Então decidiu retirar-se da política e viajar ao exterior para descansar e conhecer novos lugares, quando encontrou-se com a morte, em Pompéia. Neste meio tempo, antes de abater-lhe o descontentamento com a república, sobraram-lhe energias para retomar os *ideais* republicanos e desenhar uma proposta de bandeira brasileira, provavelmente em 1890.

---

<sup>25</sup> MACHADO, M. H. Op. cit., p.159.



Figura 1 – Modelo de bandeira brasileira proposto por Silva Jardim, [1890?].

FONTE: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio\\_da\\_Silva\\_Jardim](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_da_Silva_Jardim)

(acesso em 23/07/2010).

Figura 2 – Detalhe do brasão do modelo de bandeira brasileira proposta por Silva Jardim, [1890?].

FONTE: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio\\_da\\_Silva\\_Jardim](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_da_Silva_Jardim)

(acesso em 23/07/2010)

À esquerda, há a proposta rejeitada de bandeira brasileira, de autoria de Antônio da Silva Jardim. Criada em torno de 1890, possui a combinação tricolor, onde as cores branca, vermelho e preta simbolizavam, respectivamente, os povos fundadores do Brasil: europeus (portugueses), indígenas e negros provenientes da África, segundo teoria então popularizada de Carl Friedrich Phillip Von Martius.

À direita, detalhe do brasão proposto com a presença do *barrete frígio* (ou barrete da liberdade), símbolo do republicanismo radical.

Em sua bandeira, nota-se que Silva Jardim utilizou elementos simbólicos do radicalismo republicano. Além da escolha das três cores simbolizando, juntas, a interpretação sobre a composição do povo brasileiro<sup>26</sup>, apresenta-se sobre a faixa horizontal

<sup>26</sup> O uso das cores vermelho, preto e branco foi constante em projetos rejeitados para a criação da bandeira nacional. Destacam-se entre estes projetos o de Júlio Ribeiro, de 16 de julho de 1888, atualmente utilizado como modelo da bandeira do estado de São Paulo e o do Barão do Rio Branco, de 1890, porém, com as três faixas tricolores dispostas na diagonal.



Figura 4 - Projeto da Bandeira Nacional de Júlio Ribeiro, 1888.

Figura 5 - Projeto de Bandeira Nacional do Barão do Rio Branco, 1890.

FONTES: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Júlio\\_Ribeiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Júlio_Ribeiro) ;

[http://pt.wikipedia.org/wiki/José\\_Maria\\_da\\_Silva\\_Paranhos\\_Júnior,\\_barão\\_do\\_Rio\\_Branco](http://pt.wikipedia.org/wiki/José_Maria_da_Silva_Paranhos_Júnior,_barão_do_Rio_Branco)

(acesso em 23/07/2010)

de cor vermelha o antigo escudo imperial, mas agora rodeado de cana-de-açúcar (lado esquerdo) e café (à direita), ambos representando a unidade entre as culturas agrícolas das regiões Norte e Sul. No centro do escudo há uma esfera armilar – presente até hoje na bandeira de Portugal – mas atravessada por uma âncora, simbolizando nosso comércio e a força marítima de nosso longilíneo litoral. Mas, o detalhe primordial se detém na presença de um *barrete frígio* apoiado sobre o escudo que simboliza a república ideal, numa referência clara aos ideais revolucionários (e republicanos) do radicalismo da Revolução Francesa.<sup>27</sup>



Figura 3 - O barrete frígio.

FONTE: <http://www.google.com.br/imgres>. Acesso em 23/07/2010.

O barrete frígio foi um símbolo da antiguidade romana utilizado para identificar Páris com um herói não grego. Tem esse nome porque designava os habitantes da Frígia (atual Turquia).

Passou a ser utilizado na cor vermelha como símbolo da República e da Liberdade a partir da tomada da Bastilha, no conhecido episódio da Revolução Francesa, quando os *sans-culottes* eram identificados pelo uso do acessório vermelho.

Para se avaliar o alcance e a circulação dos ideais republicanos, a seguir estão outros exemplos de símbolos oficiais e de bandeiras que trouxeram a simbologia do *barrete frígio*.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> As bandeiras e algumas destas informações encontram-se também em:

[www.brasilrepublica.com/evolucaobandeira.htm](http://www.brasilrepublica.com/evolucaobandeira.htm) e  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_do_Brasil)

<sup>28</sup> O *barrete frígio* aparece no brasão de armas de várias bandeiras e anexo a vários símbolos, sempre aludindo ao ideal de República. A exemplo, temos o brasão das armas da Argentina, do estado de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e no brasão da cidade de Viamão (RS). Muitas das repúblicas latino-americanas (Nicarágua e El Salvador) também aderiram à simbologia. Além disso, o acessório também aparece no selo oficial do Exército e do Senado norteamericanos.



Figura 6- Brasão da Bandeira do Rio Grande do Sul (à esquerda), inspirado na bandeira da Farroupilha, 1966.

FONTE:  
[Http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira\\_do\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Sul](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_do_Rio_Grande_do_Sul) (acesso em 23/07/2010).

Figura 7 - Detalhe do brasão da Bandeira do rio Grande do Sul com o barrete frígio na ponta da espada, 1966.

FONTE:  
[Http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira\\_do\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Sul](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_do_Rio_Grande_do_Sul) (acesso em 23/07/2010).



Figura 8 – Detalhe do centro e laterais de lenço decorado usado pelos Farrapos onde se encontram barretes frígios.

Figura 9 –Lenço decorado usado pelos Farrapos. FONTE: Acervo do Museu Júlio de Castilhos.

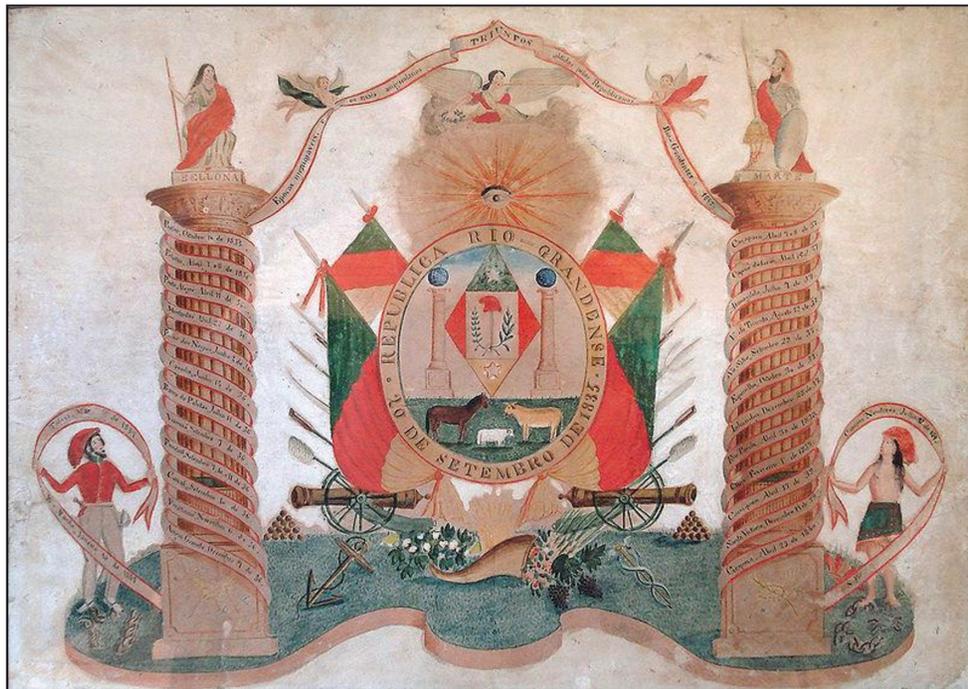


Figura 10 - Alegoria Farroupilha, guache do século XIX.  
 FONTE: Acervo do Museu Júlio de Castilhos.

Atenção ao barrete frígio (ou barrete da liberdade), presente também nas outras bandeiras expostas, simbolizando o republicanismo radical, próprio do movimento republicano muito antes de 1889.



Figura 11 - Bandeira atual do estado de Santa Catarina, 1954.  
 FONTE: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bandeira\\_Santa\\_Catarina.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bandeira_Santa_Catarina.svg) (ACESSO: 23/07/2010)



Figura 12 - Selo oficial do Senado norte americano, 2008.  
FONTE:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Senado\\_dos\\_Estados\\_Unidos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Senado_dos_Estados_Unidos)  
(acesso 23/07/2010).

Depois de muitas outras propostas de bandeiras<sup>29</sup>, cada uma com a representação da república *ideal* almejada, foi aprovado o projeto de Rui Barbosa. A alusão das listras verdes e amarelas dispostas na horizontal e o quadrante de estrelas parelho ao da bandeira dos Estados Unidos da América remetiam à bandeira do federalismo desejado pelas oligarquias agrícolas brasileiras. Porém, o projeto foi provisório e o símbolo nacional foi utilizado dos dias quinze a dezoito de novembro de 1889, sendo vetada pelo Marechal Deodoro da Fonseca e substituída pela bandeira atual no dia dezoito do mesmo mês.

A bandeira de Rui Barbosa, portanto, não trazia nenhum símbolo do radicalismo republicano, tampouco a idéia de república ideal dos militares porque, ao contrário, trazia a idéia de federação harmônica defendida pelos civis, pelas oligarquias paulistas e por Rui Barbosa, o máximo defensor do federalismo, fosse o modelo monárquico ou republicano. A

---

<sup>29</sup> Mesmo que não tenha sido preocupação deste estudo, vale aqui registrar uma nota para possíveis pesquisas futuras. A simbologia maçônica indica que a influência da maçonaria foi latente na crise da monarquia, na força do movimento abolicionista e na unidade do movimento republicano. Assim como muitas outras personalidades dessa história, o próprio Luiz Gama pertencia à Loja Maçônica América.

bandeira provisória denota, portanto, que as oligarquias já batalhavam por seu espaço na política federal. Embora a historiografia republicana pouco tenha considerado a respeito dessa realidade, a luta por espaço e interesses políticos dos cafeicultores paulistas já existia na década de 1880, existiu durante 1889 e persistiu até a supremacia dos civis paulistas na política iniciada por Prudente de Moraes.



Figura 13 - Bandeira Republicana Provisória, 1889.

FONTE: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_do_Brasil).

Esta bandeira foi proposta por Rui Barbosa e utilizada de 15 a 19 de novembro de 1889, quando então foi proposto o modelo da bandeira atual.

As contendas sobre a bandeira brasileira materializaram as disputas republicanas da passagem da década de 1880 a 1890. Não foi aceita a bandeira de Antonio Silva Jardim, nem a de Júlio Ribeiro e nem mesmo a simbologia proposta por Rui Barbosa. A alternativa parece ter sido a bandeira que até hoje é hasteada oficialmente em nosso país.<sup>30</sup> Aos brasileiros restou uma bandeira de estrutura pictórica tradicional, que remonta aos tempos do império, quando o conhecido desenho de Jean-Baptiste Debret inseria um losango amarelo dentro de um retângulo da cor verde.

Este fato, por sua vez, não contradiz a história da ascensão republicana, pois foram aplicados a esta bandeira elementos e simbolismos propositadamente nacionalistas, uma

<sup>30</sup> Com a diferença do número de estrelas no círculo azul.

vez que era o sentimento de amor à pátria que, em teoria, uniria e deveria continuar a unir todos os republicanos antes e depois de 1889. O campo verde que no regime imperial era referência clara à dinastia de D. Pedro I (Bragança) se tornou o verde da esperança republicana e lentamente associou-se às riquezas da flora nacional. A cor amarela, inserida no formato dos brasões femininos na heráldica portuguesa, que antes representava a Casa de Habsburgo de D. Leopoldina, passou a simbolizar os recursos minerais, incluindo o ouro brasileiro. A antiga esfera armilar, presente nas bandeiras real e imperial desde 1816 – símbolo dos tempos em que o Brasil era Reino Unido a Portugal – tornou-se o círculo azul com a faixa branca com o não casual lema positivista “Ordem e Progresso”. No interior do círculo de cor celestial, estão cravadas as estrelas representando o Cruzeiro do Sul e os vinte e um estados brasileiros de então (incluindo o Distrito Federal).



Figura 14 – Bandeira Real do Primeiro Império, 1822.

FONTE:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira\\_d\\_o\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_d_o_Brasil)

Para comparação, ao lado encontra-se a bandeira real (1822), do Primeiro Reinado do Brasil. O desenho é atribuído a Jean-Baptiste Debret, embora haja debates sobre sua origem, atribuída também às contribuições de José Bonifácio de Andrada e Silva e de D. Leopoldina.



Figura 15 - Bandeira Republicana do Brasil, instituída por decreto de nº 4, em 19 de novembro de 1889.

FONTE:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira\\_d\\_o\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_d_o_Brasil)

José Murilo de Carvalho, em *A formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*, abrangeu a simbologia da bandeira do Brasil republicano e concluiu que esta teria simbolizado apenas a vitória política dos positivistas.<sup>31</sup> Porém, alude-se aqui a outra possibilidade, uma vez que nos primeiros anos da República o lema “Ordem e Progresso” muitas vezes não aparecia nas bandeiras hasteadas. A idéia aqui é a de que o radicalismo republicano (deodorista, positivista ou jacobino) venceu e para manter-se em seu pedestal e firmar o projeto construído para a nação, era necessária a unidade do povo brasileiro na nova empreitada, esfumando assim as disputas republicanas pelo maior símbolo da pátria por meio de um nacionalismo reapropriado de símbolos antigos.

Constatada a reconstrução simbólica da bandeira nacional, resta esclarecer como o radicalismo republicano se mostrou vitorioso na história nos primeiros anos da república. Destaca-se aqui uma personalidade de importância nessa complexa realidade trabalhada. Voltando ao abolicionismo, sabe-se que era um movimento político bastante heterogêneo: havia o carioca, o paulista, o legalista, o “monarquista” e, tantos outros “tipos” como o que apareceu a partir de 1882, depois da morte de Luiz Gama, com o apelo prático dos caifazes.

José do Patrocínio, conhecido vulgarmente como “Zé do Pato”, um dos principais líderes abolicionistas, tornou-se vereador na Corte em 1886, quando se declarava assumidamente monarquista. Durante a República, no governo do Marechal Floriano Peixoto, assumiu postura publicamente anti-florianista, o que fez com que fosse deportado para Cucuí, no Amazonas. A sina do abolicionista, depois da abolição e da instalação da república, foi falecer em 1905 marginalizado da política e da sociedade, esquecido e empobrecido.<sup>32</sup>

José do Patrocínio não se encaixou no modelo ideal de republicanismo vitorioso da virada da década de 1880-90. Sendo abolicionista, mas não republicano, não se adequou à coerência que foi construída para a escrita da história republicana daquele momento. Além disso, recaía sobre ele a iniciativa da criação da Guarda Negra, responsável por agregar

---

<sup>31</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Bandeira e Hino: o peso da tradição”, *A formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.109.

<sup>32</sup> MACHADO, M.H. Op Cit. pp. 158-59.

negros libertos e gente de todos os estratos sociais para perturbar e coagir as conferências e manifestações republicanas.<sup>33</sup>

Depois do quinze de novembro, a trajetória de Patrocínio passou a ser revista. A ele foram dirigidas críticas como a de ser um abolicionista que tentou aplicar o reformismo e, que por isso, no entendimento radical, teria se desviado do objetivo principal que era a abolição *imediate* (atrelada à república). “Zé do Pato” se tornou uma figura *anacrônica*, sem relação coerente com o governo constitucional, quando os radicalismos e florianismo emergiam no cenário político brasileiro.

Maria Helena Machado entendeu o espírito do momento quando escreveu que:

Seria nesta mesma direção [de radicalização de certos matizes] que se poderia entender o desacerto dos principais líderes abolicionistas com a República. Envolvidos em projetos de reformas mais amplos do que a mera extinção da escravidão e do império, foram estes criticados por aqueles setores que já Patrocínio havia entrevisto no *papel de vencedores de última hora*. Setores estes que, interessados numa pretensa modernização da sociedade brasileira, identificaram nas atitudes pró-monarquistas de alguns abolicionistas um *anacronismo*.<sup>34</sup>

O radicalismo político – republicano – era quem dizia o que estava fora do tempo e das possibilidades daquele momento. Tudo o que era considerado anacrônico o estava porque não se enquadrava à clara proposta de reconstrução de um passado engajado em firmar os pilares ideais da república e, por isso, também em construir o presente reescrevendo o passado. A história da instituição da república é uma história repleta de detalhes que juntos configuraram uma trincheira de lutas em torno dos ideais a serem fortalecidos no novo regime. Nesta batalha venceram os radicais.

O radicalismo republicano existia antes de 1889 e influenciou a substituição imediata do regime monárquico. Durante o governo provisório, firmou-se o radicalismo essencialmente de tipo militar-deodorista, mas naquele tempo já nascia o que denominou-se posteriormente de movimento radical jacobino, atuante com esse nome ao longo do governo de Floriano Peixoto e mais intensamente até sua morte em 1895. Ao rotular o grupo republicano radical, nota-se que os estudos sobre sua importância e influência

---

<sup>33</sup> MORAES, Evaristo. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985, p. 20.

<sup>34</sup> MACHADO, M. H. Op. cit. p. 166 (grifos meus).

histórica são poucos e, no geral, carregam critérios e adjetivações criados especificamente pelos seus inimigos de um período posterior ao quinze de novembro, quando as disputas republicanas afloraram novamente, deixando transparecer seus primeiros contornos nas fontes sobreviventes.

Evidentemente, o termo utilizado não é original da história do Brasil. Michel Vovelle, em obra acuradíssima ao jacobinismo francês, propõe o estudo da ação política, da dissipação de imagens e do intercâmbio de valores entre o jacobinismo oriundo na Revolução Francesa e os movimentos jacobinos que se desenvolveram nos séculos seguintes na história do mundo.<sup>35</sup>

Desde o contexto revolucionário francês, a definição do movimento político se fixou em uma dualidade interpretativa. Por um lado, eram vistos pelos seus críticos como os “radicais”, os “fanáticos”, as “máquinas de produzir unanimidades”. Na outra mão, a caracterização foi definida por um enraizamento na tradição, pois os jacobinos assumiam para si uma postura ética rígida, inabalável e inflexível, definidora de toda a coerência, ação e do comportamento jacobinos.<sup>36</sup> Vale considerar que foi justamente o fato do termo “jacobinismo” ter enorme elasticidade semântica, comparável inclusive a uma “Hidra maleável”, que este foi prestado a reutilizações em diferentes momentos da história política mundial. Por isso, os estudiosos demonstram profundo estranhamento diante do termo e da memória coletiva a seu respeito. Trata-se aqui, portanto, nas palavras de Vovelle, de “um tesouro de referências apropriáveis”.<sup>37</sup>

“Quem foram os jacobinos franceses? Identificá-los pode parecer um meio legítimo de dissipar as imagens, geralmente mais depreciativas do que elogiosas, e ter a justa medida de sua representatividade”.<sup>38</sup> Ao fazer isso, o autor francês descobriu uma “população de sombras em que estão lado a lado, ancestrais reais e criaturas imaginárias”<sup>39</sup>, que se abrigavam sob rótulos empobrecidos pela história, para afirmar, além de um republicanismo que se dizia radical, uma intransigência sem concessões, cuja afirmação do

---

<sup>35</sup> VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismo*, Bauru, SP: EDUSC, 2000. O jacobinismo pode ser identificado em diferentes momentos e nos mais variados lugares do mundo, como em toda a Europa ocidental, nos EUA, no Caribe, na Bahia e no sudeste do Brasil.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>38</sup> VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismo*, Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 84.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 166.

estado era a base”.<sup>40</sup> No século XIX, o jacobinismo também foi lançado na dualidade interpretativa e caracterizado por uma forma de ação política carregada de valores e ideais atrelados ao movimento republicano.

No caso do jacobinismo brasileiro, o livro *Os Radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação. 1893-1897*, de Suely Robles de Queiroz, é obra essencial para ajustar o foco historiográfico sobre esse grupo. Nele, a autora justifica a dificuldade de alcançar a materialidade da história do movimento jacobino, pois este seria “uma das grandes ausências de que se ressentia a historiografia republicana. Remetido sempre a um quadro mais amplo, tanto nas fontes contemporâneas à época quanto nas atuais, só tem merecido referências fragmentárias, dispersas, unilaterais”.<sup>41</sup> Até mesmo as fontes das primeiras décadas republicanas são fragmentárias e mencionam brevemente aspectos do jacobinismo em circunstância e eventos específicos, o que dificulta captar a essência de seu projeto, sua origem na década de 1880, sua composição social, seus inimigos e diferenças de atuação nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

A autora June Hahner, em “Jacobinos *versus* galegos”, dedicou páginas para a classificação das fases de atuação do jacobinismo. Segundo ela, o primeiro momento se estenderia de 1889 a 1894, quando o movimento se formou e fortaleceu sua atuação durante a Revolta da Armada. A segunda fase da atuação jacobina se estenderia durante o governo de Prudente de Moraes, quando, falecida a referência política principal, o marechal Floriano Peixoto, o movimento gradualmente se enfraqueceu e perdeu espaço no cenário político.<sup>42</sup>

Seria possível, ainda, acrescentar mais uma fase antes das duas expostas pela autora, pois, ao observar a história dos republicanos da década de 1880, é fácil chegar ao quinze de novembro de 1889 e observar a atuação dos radicais da república, que naquela época, disputavam a simbologia e a “pureza” dos ideais republicanos. Atrelando os ideais “puramente” republicanos, radicais e intransigentes de Luís Gama à prática abolicionista de Antonio Bento, à energia propagandista de Silva Jardim e às palavras explosivas em defesa da república jacobina de Raul Pompéia, identificamos a base fundadora e a trajetória do

---

<sup>40</sup> Ibidem, pp. 164-166.

<sup>41</sup> QUEIROZ, Suely Robles de. “Introdução”, *Os Radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 09.

<sup>42</sup> HAHNER, June. *Jacobinos versus galegos: Urban Radicals versus Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890s*, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Miami, v.18, nº 2, p.128, May 1976.

movimento jacobino, desde antes de receber esse nome no Brasil, chegando então a fundamentar a república de Floriano Peixoto e a escrita da história do Brasil por Aníbal Mascarenhas.<sup>43</sup>

Os críticos dos jacobinos – entenda-se, as oligarquias que também se declararam absolutamente republicanas no processo de substituição do regime, mas que tiveram pouca relação direta com os republicanos radicais no levante militar da Praça da Aclamação – cunharam outros termos para se referirem aos jacobinos. No fim do século XIX, estes eram rotulados de “exaltados elementos urbanos”, “extremistas”, “malandros” e “desordeiros”. Ainda, eram conhecidos como os “jacobinos ferozes”, “sicários arvorados em defensores da República”, “intransigentes” e “perturbadores”.<sup>44</sup>

Os termos “radical” e “intransigente”, amplamente utilizados neste texto, indicam uma antiga qualidade almejada, referente aos valores ideais e puros da república antes de sua proclamação. Naquele momento, os radicais da república se consideravam legítimos representantes do “verdadeiro” ideal republicano, por isso, os jacobinos angariavam para si o uso da palavra “intransigente”, carregando-a de valor positivo para o grupo. Em meados da década de 1890, os referidos termos se revestiram de um valor pejorativo, pois eram os “conciliadores” republicanos – as oligarquias cafeicultoras – que os chamavam de “extremados”, em momento político específico, quando o radicalismo jacobino perdia espaço na política com a morte de Floriano Peixoto e o fortalecimento da presença paulista na política nacional.

Do mesmo modo, há nuances nos usos desses termos, específicos para cada período da história republicana. No início do governo provisório, os jornais opositores ao marechal Deodoro da Fonseca adjetivavam como “jacobino feroz” o redator de boletins que conclamava os revolucionários de 1889 a derrubar a “ditadura” deodorista. Já no governo de Floriano Peixoto, os usos dependiam das disputas e das questões discutidas política e publicamente, bem como do momento e de quem falava a respeito dos jacobinos.<sup>45</sup> No

---

<sup>43</sup> MASCARENHAS, Aníbal [Viriato Padilha], *Curso de História do Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria do Povo e Co, 1898.

<sup>44</sup> QUEIROZ, S. R. de. Op. cit., pp. 12 e 180.

<sup>45</sup> QUEIROZ, S. R. de. Op. cit., p.17.

geral, naquele tempo, as menções eram sempre dirigidas a certo grupo defensor – e glorificador – das propostas e feitos de Floriano Peixoto.

A atuação do jacobinismo se baseava em alguns veículos específicos, sempre visando um alcance nacional para concretização de seus projetos. Além disso, o movimento esteve presente nas diferentes esferas de influência política nacional: de 1889 a 1897, alcançou espaço no Parlamento, nas Câmaras Estaduais, na propaganda de apelo popular, nos comícios e meetings públicos e na imprensa, para formação de opinião por meio de jornais de grande circulação e, especialmente, por meio dos numerosos periódicos citadinos<sup>46</sup>, de pequena circulação, mas de alcance imediato.

Todos esses esforços coincidiam na configuração de uma característica que é inseparável ao jacobinismo brasileiro oitocentista: a *ação radical e violenta* contra seus inimigos publicamente manifestos. O ímpeto jacobino utilizava livremente a “faca” e a “dinamite” para manifestar inimizade sincera aos portugueses. O combate violento e direto aos seus oponentes era justificado por ter a França sido salva de seus “inimigos” pelo Terror da Revolução.<sup>47</sup>

Joaquim Nabuco, em carta a André Rebouças, descreveu o momento de “terror republicano”:

Estamos outra vez neste engraçado país sob terror jacobino. Os monarquistas desapareceram da cidade para não se encontrarem com a masorca Tiradentes, com *les bandes de massacreurs* que lincharam o pobre Gentil de Castro no trem de Petrópolis. (...) A nossa condição aqui é esta: ao menor contratempo da República, a cada inépcia que ela comete, asneira que faz lhe sai mal sucedida,

---

<sup>46</sup> Suely R. de Queiroz, em obra já citada, à página 85, resgatou dados sobre o número desses periódicos jacobinos de vida efêmera em 1895 e constatou que em novembro do mesmo ano havia 17 jornais “radicais” circulando no Brasil, sendo 4 no estado de São Paulo, 4 no Rio de Janeiro, 3 no Pará, 2 em Minas Gerais, 1 no Rio Grande do Sul, 1 no Paraná e 2 no Distrito Federal. A autora também faz uma listagem com alguns destes títulos, a qual completei com um jornal da cidade de São Paulo:

*O Atleta/O Combate* (Belém, PA);  
*O Americano*, (Resende, RJ);  
*O Intransigente*, (Resende, RJ);  
*O Nacional*, antigo *A Bomba* (Rio de Janeiro, RJ);  
*O Jacobino*, (Rio de Janeiro, RJ);  
*A República*, (Bananal, SP);  
*Correio Nacional* (São Paulo, SP);  
*A Gazetinha*, (Porto Alegre, RS).

<sup>47</sup> QUEIROZ, S. R. de. Op. cit. pp.36 a 38.

soltam o grito de mata monarquista! E a rua do Ouvidor enche-se de *sans culottes* prontos para qualquer ‘serviço’. Eis ao que reduziram o nosso país.<sup>48</sup>

Os jacobinos defendiam a proteção da indústria e da agricultura nacionais, o fortalecimento das classes trabalhadoras, um governo autoritário e forte contra a ameaça monárquica e estrangeira, além da nacionalização do comércio no varejo, considerada por eles uma das medidas mais simples e urgentes para afastar a influência monopolizadora dos comerciantes portugueses no Brasil.<sup>49</sup>

Ainda, outras características gerais definiram o movimento político. “Aos jacobinos agradava o *militarismo*. Definido este como a tendência dos militares a ocuparem os postos de comando político, impondo à sociedade sua ética e valores específicos”<sup>50</sup>. Tal elemento militar foi muito debatido pelos historiadores que se preocuparam em não homogeneizá-lo para que, assim, houvesse uma interpretação mais concreta sobre a proclamação da República. De fato, o levante de quinze de novembro foi feito pela mocidade *militarista* daquele momento, a mesma que deu origem aos grupos deodoristas e florianistas. Mas nem todos os movimentos republicanos agregaram essa característica, por isso toda a conjuntura política que culminou na substituição do regime teve caráter heterogêneo. Porém, o *militarismo* também teve influência decisiva na radicalização do movimento republicano e foi justamente esta a especificidade que se estendeu a década seguinte à proclamação e deu força ao grupo jacobino.

O *militarismo* pode ser definido como a tendência dos militares a ocuparem cargos e postos de comando político, impondo à sociedade sua ética, seus valores e seus ideais republicanos. Era também parte do desejo de impor um governo forte pela via do “escudo militar”, do radicalismo positivista<sup>51</sup>, de uma forte intervenção “salvadora” da ordem em períodos “anormais”.<sup>52</sup> A essa característica específica se opuseram os políticos civis, pois se sentiram “(...) violentamente desapontados com a ascensão e permanência dos militares

---

<sup>48</sup> Carta de Joaquim Nabuco a André Rebouças, 26 de março de 1897. In: JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os Subversivos da República*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.147.

<sup>49</sup> HARNER, J. “Jacobinos *versus* galegos”, p.131.

<sup>50</sup> QUEIROZ, S. R. de. Op. cit, p.93.

<sup>51</sup> QUEIROZ, S. R. de. Op. cit, p. 226.

<sup>52</sup> ARIAS NETO, José Miguel. A Revolta da Armada de 1893: um fato construído. In: OLIVEIRA, Cecília H. de Salles; PRADO, Maria Lígia C.; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). *A história na política, a política na história*, São Paulo: Alameda, 2006, p. 145.

no poder. Esperavam que, proclamada a República, a ‘força essencialmente obediente’ retornasse aos quartéis”.<sup>53</sup> No âmbito nacional, genericamente, o jacobinismo se identificava primordialmente com o soldado. Essa associação era imediata para os jacobinos do Rio de Janeiro, mas recebia algumas especificidades para o caso do movimento paulista.<sup>54</sup>

O *nacionalismo* também foi alimento para as ações jacobinas. Sentimento este que defendia intransigentemente a soberania nacional, a formação de um povo brasileiro harmônico, homogêneo – sem enquistamentos étnicos – e o fortalecimento da república e de suas instituições sobre os critérios militaristas. O nacionalismo aparece nas fontes jacobinas como um elemento difuso, de muitos usos e de caráter imediatista, mas que, no geral, tentava alimentar o patriotismo e os símbolos nacionais e republicanos por meio da contraposição ao passado monárquico. Este elemento foi responsável pela proposta de reconstrução do passado brasileiro e pela definição da bandeira nacional oficial.

Ao *nacionalismo* agregou-se o *nativismo*. Tal fenômeno foi proveniente de releituras de outros momentos do passado brasileiro. Os jacobinos construíram pedestais honoríficos aos episódios da expulsão dos franceses, dos holandeses, aos heróis da Inconfidência Mineira, à Confederação do Equador e a tantos outros episódios em que houve a participação de brasileiros natos, indígenas e populares contra a exploração metropolitana/imperial de nossas riquezas e de nosso trabalho. Em outras palavras, o nativismo era proposto como um “nacionalismo étnico”, que valorizava os grupos sociais definíveis como nativos, ou – aos olhos jacobinos – legitimamente “brasileiros”. Paulo Mercadante muito bem identificou o comportamento de nosso nativismo e adiantou sobre sentimentos de aversão ao estrangeiro:

Como o nosso nacionalismo nasce de uma ruptura com a tradição portuguesa, ficando sem retaguarda histórica onde apoiar-se, o nativismo, nacionalismo paisagístico, entra nele como *Ersatz* da retaguarda histórica amputada (...),

---

<sup>53</sup> QUEIROZ, S. R. de. Op. cit., p. 168.

<sup>54</sup> Nelson Werneck Sodré buscou relativizar o uso dos termos *florianismo* e *militarismo*. Para ele, o primeiro foi um “movimento de massa” e não se constituiu em militarismo. O autor minimiza a influência do positivismo para poder considerar a participação de outros elementos sociais além dos soldados. É importante, porém, deixar clara a postura deste trabalho que aqui se desenvolve: *militarismo* e *florianismo* são entendidos como características gerais do jacobinismo e não são excludentes. Sendo características gerais, mas não generalizantes, permitem a caracterização específica da base social geral e regional do movimento jacobino.

marcando-o com uma anemia constitutiva, da qual tentará em vão libertar-se pelo mecanismo compensatório da xenofobia.<sup>55</sup>

Assim, as expressões do amor à pátria eram conjunturais, específicas de um momento em que a república deveria ser consolidada. O nacionalismo também foi construído em oposição à presença estrangeira, ao “hóspede hostil” – como Raul Pompéia rotulou os imigrantes – num processo de sobreposição de imagens e reflexos em um espelho invertido da história do Brasil, emoldurado pela complexa conjuntura política do momento. Sem que o historiador pudesse ter a previsibilidade do que poderia se passar, a história da República vagarosamente se uniu à história da imigração, do Império e do passado escravista.

Ao longo da crise do governo de Deodoro da Fonseca, e por extensão no governo de Floriano Peixoto – e até mesmo depois de sua morte – nasceu outra característica do movimento jacobino: o *florianismo*. O completo apoio ao marechal Floriano foi o responsável pela substituição do nome da capital catarinense de “Desterro” para “Florianópolis”<sup>56</sup>, logo após a Revolução Federalista. É consenso na historiografia afirmar que nem todo florianista era jacobino, mas todos os jacobinos eram, sem contestação, florianistas.<sup>57</sup> Também é digno de nota que o *florianismo* foi a primeira manifestação não oligárquica a empolgar certos setores excluídos da vida pública do Brasil.<sup>58</sup>

Agregando todas essas características, o resultado foi uma participação fortíssima e intensa da “jacobinada” no cenário político brasileiro: desde a década de 1880 – quando o termo “jacobinismo” ainda não era utilizado, mas as linhas gerais do movimento já eram perceptíveis – até meados da década de 1890, quando o *florianismo* complementou o caldeirão de pólvora da rubra ação política. Como exemplo, a presença jacobina foi muito forte nos últimos meses de 1894, quando o número de nomeações para a máquina burocrática havia sido ampliado por Floriano: altos cargos ficaram nas mãos de florianistas

---

<sup>55</sup> MERCADANTE, Paulo. *A Coerência das Incertezas. Símbolos e Mitos na Fenomenologia Histórica Luso-Brasileira*. São Paulo: É Realizações. 2001, p. 22. “Ersatz” é um adjetivo alemão que significa “substituto”.

<sup>56</sup> Xavier Pinheiro, “Da Capital”, *Correio Nacional, São Paulo*, 29 de julho de 1896: “(...) Florianópolis como homenagem aquele que constituiu a glória da República e que representa a vitória de uma idéia e que nós devemos amar como a Deus (...)”

<sup>57</sup> São de mesmo posicionamento teórico Suely R. de Queiroz e Lincoln de Abreu Penna.

<sup>58</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. *Por que somos florianistas? Ensaios sobre Florianismo e Jacobinismo*, Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2002, p. 09.

em todos os estados do Brasil, de modo que “os militares estavam presentes em todas as circunstâncias”<sup>59</sup>, contribuindo para enaltecer a figura do marechal “Consolidador da República”, do “Marechal Vermelho”, “de Ferro”, do próprio “Robespierre Brasileiro”, quando não designado de “Cícero do Brasil”<sup>60</sup>. A república, durante o governo de Floriano Peixoto, “(...) já não era só dos republicanos; mesmo no campo deles era mister uma seleção; a República era dos florianistas”<sup>61</sup>.

Efetivamente, durante os primeiros anos da república, manifestações do nacionalismo, fossem na economia, na política ou na cultura literária, se tornaram cada vez mais proeminentes, especialmente nas cidades.<sup>62</sup> E a principal expressão desse nacionalismo no contexto da década de 1890 foi, sem dúvida, o jacobinismo. Trata-se de um movimento político essencialmente urbano que sempre primou pela sua coerência interna. O jacobinismo também agregou conteúdos específicos das localidades onde criou raízes. Por isso, é possível fazer uma breve distinção entre os movimentos jacobinos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Acessando dados disponibilizados por um jornal jacobino do Rio de Janeiro, em 1895, o Brasil possuía 29 clubes jacobinos em todo o Brasil, sendo 8 localizados no Paraná, 5 em São Paulo (nas cidades de Bragança, Piracicaba e Jundiaí), 4 no Rio de Janeiro, 4 em Minas gerais, 3 no Rio Grande do Sul, e, por último, 1 no Distrito Federal.<sup>63</sup> Portanto, nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (juntamente com o Distrito Federal) havia um total de 5 clubes jacobinos oficializados para cada localidade.

Então, por que a historiografia voltou os olhos mais intensamente ao jacobinismo do Rio de Janeiro? A resposta parece ser evidente quando se associa o militarismo do levante de novembro de 1889 e o destaque que os movimentos urbanos da capital federal tiveram

---

<sup>59</sup> QUEIROZ, S. R. de. Op. cit., p.31. As circunstâncias mudaram e a intensidade do jacobinismo diminuiu quando Prudente de Moraes assumiu a presidência e passou a desarticular a estrutura militarista montada, demitindo funcionários contratados irregularmente, exonerando oficiais que ocupavam cargos civis e vetando o aumento do exército. Evidentemente, em especial no ano de 1896, houve uma forte (e imediata) reação jacobina aos civis paulistas, estes representados pelo novo presidente.

<sup>60</sup> Todos esses epítetos foram identificados durante a análise de fontes correlatas. No caso de “O Marechal Vermelho”, há uma referência clara à Revolução Francesa e ao jacobinismo belicoso da fase do Terror. Com relação à comparação com Marco Túlio Cícero, ver “Da Capital”, *Correio Nacional*, São Paulo, 23 de julho de 1896, onde, antes de dizerem que Floriano era o Cícero do Brasil chegam a dizer que Cícero era o Floriano da antiga Roma.

<sup>61</sup> OTÁVIO, R. Op. cit., p.118.

<sup>62</sup> HARHNER, J. “Jacobinos *versus* galegos”, Op. Cit. p. 129.

<sup>63</sup> *O Jacobino*, 23 de novembro de 1895. In: QUEIROZ, S.R. de. Op. cit. p. 82.

aos olhos dos contemporâneos e dos historiadores interessados pela república recém nascida. Porém, em termos quantitativos, o jacobinismo paulista (e paulistano) foi igualmente intenso e influente, além de carregado das mesmas características gerais.

Juntos, formavam um único movimento jacobino<sup>64</sup> em busca de influência nacional e de coerência interna. Ambos determinaram seus inimigos em consonância ao passado que se devia reconstruir e adaptaram as necessidades às políticas locais para o desenvolvimento conjunto do projeto político.

Amparados pelo militarismo, e por isso pela tradicional ética do compromisso<sup>65</sup>, buscaram colocar em prática o “dever” de afastar a monarquia do Brasil. Feito isso em 1889, foi pauta do movimento manter as instituições republicanas fortalecidas e coerentes com o projeto inicial e afastar radicalmente os monarquistas e os elementos que lembrassem o passado monárquico. Por associação, era necessário também manter longe a “mão retrógrada do elemento lusitano”<sup>66</sup>, sendo o português símbolo do atraso político, da colonização, da exploração das riquezas brasileiras, da própria monarquia e da presença de estrangeiros como proprietários monopolizadores das casas de comércio e de imóveis dados a locação.

A *lusofobia* foi mais forte no Rio de Janeiro onde, em 1890, um quinto da população da cidade carioca era composto de imigrantes portugueses ou de origem lusitana.<sup>67</sup> Não bastava apenas ser o grupo majoritário dos imigrantes naquele estado de 1889 a 1930 para ser alvo dos jacobinos, pois os portugueses eram também associados ao passado colonial, sendo vistos como responsáveis por terem trazido a escravidão ao Brasil,

---

<sup>64</sup> Há discussões historiográficas sobre esse tema. Edgar Carone, em *A República Velha (Evolução Política)*, analisa o jacobinismo popular e o jacobinismo parlamentar, entendendo o movimento como heterogêneo e plural. Já Suely Queiroz, em obra já citada, tende sua análise à homogeneidade do movimento, embora também considere elementos circunstanciais e locais para cada clube radical e conjunto de ação jacobina

<sup>65</sup> Paulo Mercadante, em *Militares e Civis. A ética e o compromisso*, faz excelente distinção das éticas de conduta dos militares e dos civis. Identifica o relevante papel da *ética relativa* – caracterizada pelo caráter da duplicidade e de conciliação dos meios políticos, de teorias e práticas distintas nos meios civis, de tradição rural exportadora – e a *ética absoluta* – esta de preocupação com as finalidades propostas pelos militares e as classes médias, dispostas, no século XIX, a realizar reformas profundas, com compromisso claro e sem desvios do objetivo inicial. Estes dois modos de conduta são parte do processo cultural brasileiro, pois alcançam a problemática da política em seus momentos específicos na história, desde os tempos coloniais, durante o império e no advento da república.

<sup>66</sup> *O Jacobino*, 10 de novembro de 1894. In: QUEIROZ, Op. cit., p. 101.

<sup>67</sup> Para outros dados referentes ao antilusitanismo, ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. ‘Por que você veio encher o pandulho aqui?’ Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha, *Revista Análise Social*, vol. XXIX, 1994 (3º), pp.631-654.

por terem feito oposição à independência de 1822 e por terem dado apoio a monarquia. Portanto, eram vistos pelos jacobinos como uma grave ameaça à república.<sup>68</sup>

O medo da recolonização era usado constantemente de modo retórico pelos jacobinos. Eles entendiam que “A capital do país contava com uma ‘população em proporção superior às limitadas necessidades do seu setor industrial e de serviços’, logo a oferta de força de trabalho era superior às colocações no mercado de trabalho, o que resultava, conseqüentemente, no desemprego e na dificuldade de obtenção de uma colocação”.<sup>69</sup>

Há uma forte explicação econômica para a lusofobia do Rio de Janeiro, esta certamente inspirada nas análises economicistas das fontes daquele período. Gladys Sabina Ribeiro, June Hahner e Suely R. Queiroz, em obras já mencionadas, explicam a aversão ao português pelo desemprego que vitimava a população, pela inflação descontrolada devido ao câmbio e às baixas na venda do café, ao monopólio dos aluguéis pelos proprietários portugueses de cortiços e de lojas de comércio. As autoras associam os usos retóricos do jacobinismo aos problemas econômicos que eram atribuídos à maciça presença de lusitanos na cidade, simbolizando a antiga exploração dos portugueses durante a colonização. Acrescentam, ainda, explicações correlatas ao desenvolvimento do capitalismo internacional em fase monopolista, o qual exigira a inserção do Brasil como produtor de matéria prima<sup>70</sup> em detrimento da prestação de serviços e urbanização, o que teria dificultado ainda mais a vida dos trabalhadores nas cidades.

Tais critérios econômicos são relevantes para explicar *características gerais* da ascensão do jacobinismo e de sua tendência xenófoba. Lincoln Penna, por exemplo, enfatizou que o aumento do custo de vida, a retração do mercado de trabalho e a crescente imigração foram fatores que fizeram o jacobinismo ganhar força no cenário político, pois agregou as classes médias dos setores urbanos de prestação de serviços e comerciais.<sup>71</sup>

---

<sup>68</sup> Em 1890, para o caso da cidade do Rio de Janeiro, os portugueses eram 106.461 habitantes, ou seja, um quinto de toda a população da cidade, isto sem contar os filhos de portugueses que apareciam nos recenseamentos como “brasileiros”. Ver: RIBEIRO, Gladys S. ‘Por que você veio encher o pandulho aqui?’, Op. cit. p.633.

<sup>69</sup> RIBEIRO, Gladys S. ‘Por que você veio encher o pandulho aqui?’, Op. cit. pp. 634-35.

<sup>70</sup> QUEIROZ, S. R. de. Op. cit., p. 11.

<sup>71</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma história da República*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 61.

Certamente, todos esses fatores contribuíram para alimentar o sentimento de ódio relativo ao português, mas não explicam a intensidade do movimento jacobino e sua correlação com o contexto específico do republicanismo da década de 1890.<sup>72</sup> Ainda, esse tipo de análise primordialmente econômica, embora transite entre o contexto *amplo* (capitalismo internacional) e o *específico* (monopólio português na cidade do Rio de Janeiro), não esclarece ao todo a coerência do movimento jacobino atuante em diferentes estados do país.

Em São Paulo, a associação simbólica em torno do português também existia, pois a ameaça de restauração era forte e agressiva<sup>73</sup>, o que, inclusive, tornou necessário o fechamento do Centro Monarquista na capital paulista pelas autoridades policiais, em 1896.<sup>74</sup> Porém, o grupo alvo do ódio aos estrangeiros eram os italianos, nacionalidade que na década de 1890 constituiu 690.000 trabalhadores chegados ao Brasil. Se em 1872 os estrangeiros constituíam 8% dos habitantes da cidade de São Paulo, em 1893, 34% da população da cidade era composta apenas por trabalhadores vindos da Itália.<sup>75</sup> A imigração

---

<sup>72</sup> No caso dos estudos de Gladys Sabina Ribeiro, há grande preocupação em datar o antilusitanismo nos diferentes momentos de nossa história, partindo do período Imperial. Porém, a análise relativa aos anos 1890 tem o critério econômico como determinante das reações dos trabalhadores ao monopólio português e da criação histórica desse sentimento, sempre pautada na necessidade de “sobrevivência material” dos trabalhadores explorados e vitimados pelo desemprego e pelas altas dos preços de produtos de consumo básico. O que está sendo exposto aqui neste texto é um novo caminho de análise, onde se atrela também o cenário político específico do momento e a unidade entre a aversão ao estrangeiro e o jacobinismo do Rio de Janeiro e de São Paulo. June Hahner dirigiu sua preocupação para o contexto político, também porque os portugueses saíram de Portugal para fugir da fome e não simplesmente para explorar o brasileiro no Brasil. Segundo esta autora, os portugueses também buscavam a sua defesa, pois sofriam com a inflação, com a queda da produção agrícola após a abolição, com o crescimento das cidades e, especialmente, com o cenário turbulento da política de então. Ver HAHNER, J., “Jacobinos versus Galegos”, p. 130.

<sup>73</sup> Maria de Lourdes Mônaco Janotti, em *Os Subversivos da República*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, constatou o vazio historiográfico a respeito da atuação dos monarquistas no início da República, quando os contemporâneos não os ignoravam, pois eram temidos como uma ameaça à ordem republicana. A reação dos republicanos radicais foi no sentido de exilar e prender os monarquistas, bem como empastelar jornais e perseguir seus redatores. Dentre os jornais monarquistas empastelados ou suspensos, tivemos: *A Platéia* (24/1/1894), *O Comércio de São Paulo* (24/1/1894), *Paulistaner Eccho* (27/1/1894); *A Pátria Italiana* (1/4/1894); *Bestia Humana* (5/4/1894); *Tablatt* (14/4/1894), *O Repórter e Tribuna do Povo*. *O Comércio de São Paulo* foi reaberto em 1895, sob a direção de Eduardo Prado, Afonso Arinos e Couto de Magalhães. A autora constatou também que “Mais forte que a ação monarquista, foi o receio que dela se tinha e, em nome dele, eram justificados os atos de violência que consolidavam o novo regime”. Ver JANOTTI, M. L. M. Op. cit., p. 56.

<sup>74</sup> São Paulo, em 1895, tornava-se o principal núcleo das reações anti-republicanas e monarquistas. Em 31 de outubro de 1896, o Chefe de Polícia de São Paulo Xavier Toledo mandou fechar o Centro Monarquista da cidade.

<sup>75</sup> Esta proporção, para o caso da presença italiana, era mais significativa que o dado para Buenos Aires em 1895 (27,4% da população) e para Nova Iorque (2,6% de italianos para a cidade) em 1890. Dados tirados de

subsidiada contribuiu para o desdobramento de manifestações anti-italianas, especialmente de junho de 1892 a dezembro de 1896, quando se prolongou toda a Questão dos Protocolos Ítalo-Brasileiros.<sup>76</sup> Retoricamente, em São Paulo, aos italianos e também aos estrangeiros – 75 a 80% dos trabalhadores da cidade<sup>77</sup> – era atribuída a causa maior de todos os problemas sociais e econômicos decorridos do crescimento desenfreado das cidades. Mas é necessário ir além do alcance econômico da retórica jacobina.

Os estrangeiros, no geral, eram vistos como exploradores das classes populares e como enquistadores, isto é, inimigos do povo brasileiro nos casos em que não aceitavam nossa cultura ao negarem se assimilar na sociedade receptora, formando grupos culturais e étnicos diversos e avessos ao fortalecimento da “nação” e do “povo brasileiro”. Desse modo, os jacobinos eram completamente avessos ao cosmopolitismo, ao alistamento de estrangeiros no exército e à presença deste na administração pública, pois isso colocaria em risco a construção da “unidade nacional”. Além disso, a presença de milhares de imigrantes no estado de São Paulo fez com que os jacobinos desconfiassem da fragilidade da autonomia política e soberania do Brasil, pois problemas relativos às colônias aqui instaladas eram sempre remetidos aos consulados e a arbitramento de outras nações. Os italianos também eram vistos genericamente como monarquistas, porque súditos do rei italiano Umberto I, o que contribuía para serem acusados de restauradores e inimigos da

---

*Relatório apresentado ao presidente do estado de São Paulo Cesário Motta Junior pelo diretor da Repartição da Estatística e Arquivo Antonio Toledo Piza e, 31 de julho de 1894* (Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894); Argentina, Censo, Comisión Directiva, *Segundo Censo de la Republica Argentina, Mayo 10 de 1895, 3 vols.* (Buenos Aires: Taller Tipográfico de La Penitenciaria Nacional, 1898, II, 17); United States, Department of the Interior, Census Office, *Report on the population of the United States at the eleventh census: 1890*, 15 vols. In 25 (Washington, D.C.: Government Printing Office, 1892-97), I, Part I, pp.lxvii, 672. In HAHNER, June. *Pobreza e Política. Os pobres urbanos no Brasil. 1870 a 1920*, tradução de Cecy Ramires Maduro, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993, p. 61.

<sup>76</sup> A Questão dos Protocolos será recorrente neste trabalho. Adianta-se, aqui, uma nota explicativa para mencionar que se tratou de tensões diplomáticas entre o Brasil e a Itália que culminaram no rompimento diplomático entre os dois países, refletindo em manifestações populares de apoio e de ódio à colônia italiana, especialmente em São Paulo. O caso se iniciou quando o governo de Roma resolveu pedir compensações por danos causados aos seus súditos durante a revolução federalista e outros movimentos armados, estendendo nesta ocasião os reclamos a outros casos em que os colonos se sentiam prejudicados por quebra do cumprimento de contrato verbal relativo à imigração. O Brasil submeteu o problema à mediação dos Estados Unidos e atendeu às solicitações italianas. Os Protocolos foram assinados em dezembro de 1895 e fevereiro de 1896, o que autorizou a abertura dos créditos necessários à execução do acordo. Porém, a ratificação e a aprovação finais desses protocolos pelo Parlamento consumiram todo o ano de 1896, devido à reação e à agitação popular. Somente em 3 de dezembro de 1896, depois da aprovação pelo Congresso é que os protocolos foram definitivamente sancionados.

<sup>77</sup> HAHNER, J. “Jacobinos *versus* galegos”, p. 139.

república. Estes elementos mencionados não são econômicos e por isso contribuem no esclarecimento de certas especificidades do movimento jacobino justamente por não se desprenderem da complexa totalidade do objeto e não ignorarem possibilidades frutíferas de compreensão de características que poderiam parecer contraditórias à primeira vista, mas que, na verdade, mostram-se coerentes tanto com a especificidade quanto com a totalidade do que se estuda.

Certamente, havia elementos relacionados à vida cotidiana que sustentavam o discurso jacobino avesso aos estrangeiros. Porém, seria de grande validade identificar outros manifestos inimigos dos radicais da república. Geralmente, os bacharéis também eram inseridos no grupo opositor. Tradicionalmente, eram descritos como a elite dos diplomados que passava a ocupar os cargos públicos durante o império. Os jacobinos carregavam rixas antigas entre as escolas militares e as escolas civis, sendo que a primeira, na visão do militarismo, educava o jovem para o *compromisso* com o progresso e, a segunda, era vista como um criadouro de “casacas”, de jovens não educados no evolucionismo e que no máximo podiam almejar um cargo público no estável regime monárquico, ancoradouro dos privilégios políticos. Estes jovens bacharéis em Direito eram vistos como *conciliadores* dos monarquistas, e, portanto, como elementos não confiáveis para a proposta de fortalecimento da república recém nascida.

Em São Paulo, porém, em função dos específicos movimentos políticos e literários nascidos (ou convergidos) na Faculdade de Direito desta cidade durante as décadas de 1870 e 1880, os bacharéis paulistanos / paulistas não eram de todo rechaçados e afastados dos propósitos jacobinos daquela localidade.

Tanto para o caso do Rio de Janeiro quanto para o caso de São Paulo, a composição social geral do movimento jacobino foi explorada pela historiografia, revelando assim dados relevantes, ainda que bastante genéricos.

Pelo fato de não formarem um partido fortemente estruturado e de amplitude e influência nacionais, é difícil investigar os sujeitos responsáveis por esta história. Deixaram, porém, suas pistas e pegadas pelos grupos jacobinos por onde passaram.

As associações jacobinas eram compostas exclusivamente por brasileiros natos (e não naturalizados) e eram geralmente presididas por militares de baixa ou mediana patente, porém dotados de certa influência em sua cidade. Suely Queiroz esclareceu ainda que:

Suas atividades incluíam reuniões de caráter político onde se decidia a participação de atos bélicos, a organização de comícios e homenagens e representações ao governo. Juntamente com os jornais jacobinos, tais associações mantinham vivo o culto a Floriano, promovendo [após sua morte] romarias ao seu túmulo em datas cívicas. Delas saíam, em grande parte, os integrantes dos ‘batalhões patrióticos’, espécie de milícia formada para defender a República em caso de perigo e que construíram outro foco de jacobinismo.<sup>78</sup>

Esses batalhões patrióticos são originários de momentos anteriores à presidência de Floriano, quando se temia uma reação anti-republicana nos anos do governo provisório. Mas, os batalhões foram fortemente atuantes a partir de 1891, no início do governo de Floriano, quando já eram denominados clubes jacobinos. Enfim, foram reativados especialmente depois da instabilidade trazida pela morte do “consolidador da república”, depois de 1895.<sup>79</sup> Abrigavam elementos heterogêneos da sociedade como homens de negócios, pequenos funcionários públicos aspirantes a cargos governamentais, guarda-livros, tipógrafos, militares e trabalhadores braçais. A maioria dos que participavam pertencia ao grupo do funcionalismo público, com idade de 50 a 60 anos.<sup>80</sup> No Rio de Janeiro, trabalhadores se aproximavam dos clubes pela rixa comum que tinham com os bacharéis e os soldados davam o tom da direção política. Edgar Carone, em *A república velha: Evolução Política*, acrescentou que o grupo mais numeroso era composto por militares, pelas classes médias e pobres, porém, não entravam operários aos clubes jacobinos.<sup>81</sup>

O governo de Floriano Peixoto não somente deu armas e *status* oficial aos batalhões e atribuiu cargos de oficiais regulares a eles, mas também colocou vários deles em posições de grande perigo durante a Revolta Naval [Revolta da Armada], onde, liderados por oficiais regulares do Exército, conduziram-se bem. Entre seus membros estavam pequenos comerciantes, escriturários e contadores, em grande parte o mesmo tipo de empregados que preencheria as fileiras daqueles ‘fanáticos republicanos’, os *jacobinos*.<sup>82</sup>

---

<sup>78</sup> QUEIROZ, S. R. de. Op. cit. p. 83.

<sup>79</sup> Ibidem, p.83.

<sup>80</sup> HAHNER, J. “Jacobinos *versus* Galegos”, p. 133. A exceção estaria no exemplo do Club Tiradentes, composto na maior parte por jovens republicanos.

<sup>81</sup> CARONE, Edgar. *A República velha: Evolução política*, São Paulo: DIFEL, 1983, p. 155.

<sup>82</sup> HAHNER, J. *Pobreza e Política*, p. 148.

Deste modo, o governo de Floriano Peixoto granjeou a simpatia das camadas médias urbanas e, influenciado também por ela, adotou uma política autoritária e nacionalista<sup>83</sup>.

Nas palavras de Lincoln Penna: “Não fora a expansão do setor terciário da economia brasileira proveniente do surto da atividade cafeeira em consonância com a conjuntura mundial, e não teríamos formado àquela época um setor de camadas médias urbanas tão influente. É indiscutível que o pequeno comércio e os quadros do funcionalismo público cresceram consideravelmente, e desses grupos é que saíram elementos desse segmento da sociedade, responsáveis pela base social e política de apoio com que contou Floriano Peixoto.”<sup>84</sup>

Também June Hahner acrescentou que ao mesmo tempo em que muitos operários eram influenciados pelo crescente nacionalismo da década de 1890, poucos se juntaram às fileiras dos *jacobinos*, os virulentos ultranacionalistas que montaram os mais violentos ataques verbais e físicos aos estrangeiros no Brasil.<sup>85</sup> Além disso, diferentemente dos jacobinos franceses, os brasileiros contavam com raríssimos artesãos e nenhuma participação das mulheres. Pelo que consta na historiografia até então existente, estes artesãos juntavam-se com os operários e eram atraídos por outros movimentos políticos urbanos como o socialismo e o anarquismo.<sup>86</sup>

Compunham também a base social dos clubes jacobinos, e propriamente do jacobinismo, um grupo de parlamentares influentes. Foi o caso do tenente-coronel Lauro Sodré, do major Barbosa Lima, Timóteo da Costa, Frederico Borges, Alcindo Guanabara, Irineu Machado, Érico Coelho, José Medeiros e Albuquerque, Manuel Bueno de Andrada, Sebastião Lobo, Nilo Peçanha, Martins Júnior, João Tobias, Antonio José de Siqueira, Coelho Rodrigues, Serzedello Corrêa, Lamenha Lins, José Isidoro Martins Junior, Augusto Montenegro, Lauro Müller, Pedro Moacyr, Cassiano do Nascimento (este foi ex-Ministro das Relações Exteriores) e o Coronel Torres Homem.<sup>87</sup>

---

<sup>83</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma história da República*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p.60.

<sup>84</sup> *Ibidem.* p. 66.

<sup>85</sup> HAHNER, J. *Pobreza e Política*, p. 143.

<sup>86</sup> HAHNER, J. “Jacobinos versus Galegos”, p. 133.

<sup>87</sup> Todos os nomes foram localizados por meio de intensa pesquisa e leitura de fontes, bibliografia e biografias, em especial o livro *Os radicais da República*, de Suely R. de Queiros, o periódico *O Correio*

Além do pequeno oficialato do Exército, de elementos populares, pequenos comerciantes e proprietários, professores, alguns estudantes, profissionais liberais (médicos, farmacêuticos e engenheiros) e parlamentares, também intelectuais e literatos compunham parte da base social do movimento jacobino. Eram os nomes mais conhecidos os de Raul Pompéia, Marechal Xavier Pinheiro, Teixeira Mendes, Deocleciano Martir e Viriato Padilha – mais conhecido como Aníbal Mascarenhas.

A partir de agora, espera-se que o leitor tenha notado: 1) como a ação prática do jacobinismo se relacionou diretamente ao antigo projeto republicano radical e ao comportamento do movimento abolicionista, ambos da década de 1880; 2) como o radicalismo republicano foi alimento do jacobinismo e como este manifestou intolerância ao estrangeiro e 3) como as características gerais do jacobinismo não foram capazes de explicar as especificidades do movimento jacobino, tampouco de questões mais próximas às motivações de manifestações anti-italianas em São Paulo. A seguir, será apresentada a investigação das particularidades do jacobinismo paulista para alcançar sua base social, as disputas políticas em que se envolveu e os ressentimentos motivadores da violência contrária aos imigrantes vindos da Itália.

---

*Nacional*, jornal jacobino de São Paulo, as obras *A vida inquieta de Raul Pompéia*, de Eloy Pontes e *Os Subversivos da República*, de Maria de Lourdes M. Janotti. É relevante o fato de os parlamentares jacobinos serem minoria e de alguns deles terem pertencido ao Partido Republicano Federal (PRF).



## “FORNALHA POLÍTICA” E AGITAÇÃO SOCIAL NO FERVOR DAS MANIFESTAÇÕES JACOBINAS ANTI-ITALIANAS

A situação do momento é cheia de desconhecido e inquietação para todas as almas patrióticas: aos graves problemas da política interna, tão anuviada de preocupações para os republicanos, vieram adicionar-se as ameaças de séria complicação nas relações exteriores, por causa dos últimos fatos com a Itália.

Caio Graccho, “Cartas Políticas”.<sup>88</sup>

O jacobinismo paulista caracterizou-se pelos aspectos gerais já expostos no capítulo anterior, mas também por especificidades construídas em conjunturas históricas e políticas próprias. O movimento paulista manifestou-se violentamente contra a presença de estrangeiros, de imigrantes e especialmente de italianos. É possível acessar esse fato pela ampla divulgação na grande e na pequena imprensa paulista das manifestações anti-italianas ocorridas na década de 1890.

Conhecido na literatura como a “locomotiva do Brasil”, São Paulo angariava para si no final do século XIX as glórias do dirigismo econômico do Brasil e da promoção da lavoura cafeeira exportadora, esta responsável por amplo emprego de trabalhadores nacionais e imigrantes.

Para se ter uma idéia da proporção da entrada de estrangeiros no referido estado, de 1820 a 1949, São Paulo recebeu 2,5 milhões dos 4,8 milhões de estrangeiros que entraram no país. Desde 1880, passou a receber trabalhadores europeus por meio da grande imigração e então os italianos se destacaram como o grupo majoritário. De 1880 a 1889, 144 mil italianos foram introduzidos nas lavouras paulistas e, de 1890 a 1899, mais de 430 mil italianos foram contabilizados na mesma região.<sup>89</sup>

O peso da grande imigração italiana está estreitamente relacionado à subvenção de passagens e despesas com a viagem desses imigrantes por parte da União e do estado paulista, bem como a acordos diplomáticos fixados com o governo na Itália, ansioso por

---

<sup>88</sup> Carta política enviada do Rio de Janeiro e publicada n’ *O Estado de S. Paulo*, 17 de setembro de 1896.

<sup>89</sup> HALL, Michael. “Imigrantes na Cidade de São Paulo”. In: PORTA, Paula (org). *História da Cidade de São Paulo. A cidade na Primeira metade do século XX (1890-1954)*. São Paulo: Paz e Terra, vol. 3, 2005.

desaguar na América seus súditos famintos de pão e de trabalho. Jamais se deixava de ponderar que a questão de imigração era “a questão vital do estado de S. Paulo”.<sup>90</sup>

Na capital do estado, os efeitos da imigração também foram visíveis aos olhos de qualquer visitante. Em 1893, 54,6 % da população da cidade era composta por estrangeiros (188.045), sendo deste percentual 45.457 italianos (35%), o que inclusive excedia o número de brasileiros. Estes dados estatísticos foram responsáveis por deixar a capital do estado conhecida como uma das maiores cidades de imigração do mundo no final do século XIX, juntamente com Nova Iorque e Buenos Aires.<sup>91</sup>

Quando esses imigrantes não se dirigiam à lavoura, tendiam a buscar emprego e moradia nas cidades grandes, como Santos e São Paulo, especialmente no porto (Santos), nos bairros industriais ou próximos às linhas férreas. Michael Hall afirmou ainda que, no geral, os imigrantes não constituíram guetos étnicos tão fechados, mas se concentraram sob o critério da nacionalidade em alguns bairros da cidade de São Paulo.<sup>92</sup>

Houve concentração dos estrangeiros em áreas profissionais urbanas como nas categorias dos artistas (86% de estrangeiros), dos transportes (81% de estrangeiros), na indústria manufatureira (79%) e no comércio, onde os estrangeiros totalizavam 72% dos profissionais desse ramo.<sup>93</sup> Dados gerais indicam que, nas grandes cidades e nas capitais, os trabalhadores estrangeiros compuseram a cifra de nove operários para cada dez encontrados em 1901<sup>94</sup>, dispendo-se lado a lado dos trabalhadores nacionais. Observadores

---

<sup>90</sup> CAMPOS SALES, M. Mensagem de 7 de abril de 1897 do presidente do estado de S. Paulo Campos Sales, *Center for Research Libraries*, 1897, p.94. Disponível em: [www.crl.edu/pt-br/brazil](http://www.crl.edu/pt-br/brazil)

<sup>91</sup> HALL, Michael. Imigrantes na Cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (org). *História da Cidade de São Paulo. A cidade na Primeira metade do século XX (1890-1954)*. São Paulo: Paz e Terra, vol. 3, 2005. Em *Mensagem de 7 de abril de 1897 do presidente do estado de S. Paulo Campos Sales*, o então governador menciona terem entrado no referido estado, desde 1827, 700.211 estrangeiros, sendo 493.535 italianos. Ver p. 89 do referido documento disponível em: [www.crl.edu/pt-br/brazil](http://www.crl.edu/pt-br/brazil).

<sup>92</sup> HALL, Michael. Imigrantes na Cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (org). *História da Cidade de São Paulo. A cidade na Primeira metade do século XX (1890-1954)*. São Paulo: Paz e Terra, vol. 3, 2005, p.122.

<sup>93</sup> HALL, Michael. “Entre a Etnicidade e a Classe em São Paulo”, In: CARNEIRO, M. L. Tucci; CROCI, Federico (orgs). *Histórias de Trabalho e Histórias da Imigração*, São Paulo: EDUSP, 2008.

<sup>94</sup> BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. Rogério Bonfá também angaria esses dados para analisar as expulsões de estrangeiros em: BONFÁ, Rogério L. G. ‘Com lei ou sem lei’: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o Executivo e o Judiciário na Primeira República, Dissertação de Mestrado, Campinas, 2008, p.03.

contemporâneos também registraram na história uma forte presença e circulação de comerciantes italianos em diversas áreas da capital paulista.<sup>95</sup>

Próximo a virada para o século XX, a situação do imigrante italiano nem sempre era estável e repleta de garantias como as propagandas do outro lado do Atlântico faziam crer. Os imigrantes mostravam-se descontentes com o trabalho nas lavouras, com os ganhos que não correspondiam ao tempo de trabalho na terra, no plantio e nas colheitas que, depois da florada, não se revertiam em sacas e em ganhos proporcionais ao trabalho agregado. Registraram insatisfação com relação aos custos altíssimos para se viver nas fazendas, os quais transformavam os imigrantes em reféns de gastos inesperados como a necessidade urgente de médico e de compra de produtos nas vendas dos fazendeiros.<sup>96</sup>

Tanto no campo quanto nas cidades, o trabalhador estrangeiro sentia que não havia encontrado um lugar digno de sua presença e de seu trabalho. Fugas noturnas de famílias inteiras em busca de trabalho em outra fazenda longínqua, procuras contínuas por emprego em diferentes fábricas, fugas do porto de Santos e da Hospedaria dos Imigrantes, dias passados a fio a procura de um primeiro emprego numa terra desconhecida e de muitas línguas ouvidas, prisões arbitrárias, noites na cadeia para assinatura de “Termo de Bem Viver”...<sup>97</sup> Verdadeiros “arrastões” de expulsão de estrangeiros do Brasil<sup>98</sup>, participação na formação de grupos grevistas, organização de movimento operário e reações à Grande Naturalização obrigatória<sup>99</sup>, a qual impedia a concretização do sonho de retornar

---

<sup>95</sup> “Necessitamos de braços para a lavoura e nada explica a aglomeração de estrangeiros monopolizando o comércio nas nossas praças; e se devemos transformar o estrangeiro em produtor exclusivo, é porque o papel de intermediário, comerciante, compete somente aos nacionais. (...) [esta situação] tanto concorre para que as nossas cidades continuem a atrair aqueles que com tanto sacrifício mandamos vir para a lavoura”. Em: “Nacionalização do Comércio”, *Correio Nacional*, 6 de setembro de 1896.

<sup>96</sup> Sobre as mais diversas dificuldades vividas pelos imigrantes italianos, consultar: ALVIM, Zuleica. *Brava Gente. Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986;

<sup>97</sup> De acordo com o Código Penal de 1890, o Termo de Bem Viver concedia liberdade aos retidos na delegacia por vadiagem. Quando assinados pelos inquiridos, obrigava-os a buscar ocupação e moradia fixa.

<sup>98</sup> Rogério Bonfá, em obra já citada, localizou um dos períodos de intensificação das expulsões de estrangeiros para o estado de sítio do governo de Floriano Peixoto, quando foi instituído o Decreto de número 1566, de 13/10/1893, em que “o direito de permitir que estrangeiros entrem no território nacional, ali permaneçam ou dele sejam obrigados a sair, é uma lógica necessária da *soberania* da União”. Ver: BONFÁ, Rogério L. G. Op. cit. p.30. Outra fonte relevante para este tema é: LEAL, Cláudia F. B. *Pensiero e Dinamite: Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*, tese de Doutorado, departamento de História, IFCH-UNICAMP, Campinas, fevereiro de 2006.

<sup>99</sup> A lei da grande naturalização de 1890 declarava cidadãos brasileiros todos os estrangeiros que em seis meses não manifestassem o expreso desejo de manter sua cidadania de origem.

tranquilamente ao berço da pátria mãe... Tudo isso indica que a integração do imigrante foi gradual, estendida ao longo de mais ou menos um século de história<sup>100</sup>, mas sempre envolta por dificuldades, tropeços, decepções, desilusões e de reações próprias da sobrevivência humana e social em determinada realidade.

A grande presença dos imigrantes no Brasil movimentou debates parlamentares, elaborou discursos imigrantistas e críticas à imigração subvencionada, além de gerar reações na opinião pública, na imprensa e na própria sociedade receptora, que, certamente, tinha olhares peculiares – quando não enviesados – sobre a chegada dos estrangeiros na *terra brasilis*.

Sabe-se que nos anos 1890, a imagem do europeu como trabalhador ideal começou a se desgastar e sofrer algumas alterações, ainda que o discurso imigrantista tentasse reforçar nos grandes jornais a imagem do imigrante como trabalhador ordeiro e civilizado. Isso porque a vivência e o contato social mostraram que a assimilação do estrangeiro não seria tão simples quanto pregavam os propagandistas da imigração. Enquanto a onda migratória se intensificava, conflitos entre estrangeiros e nacionais tomavam conta de cidades e aterrorizavam os cafezais. Ironicamente, as grandes “levas” de imigrantes chegando aos portos foram indiretamente responsáveis pelo desgaste e pelos questionamentos da imagem previamente construída do europeu como trabalhador ideal.

Em 1892, por exemplo, italianos e brasileiros nativistas entraram em conflito nas cidades de Santos e São Paulo.<sup>101</sup> Estes episódios tiveram muita repercussão e fizeram com que os atritos entre esses grupos se repetissem outras vezes até 1896, novamente na cidade de São Paulo e em outras localidades do interior do estado e do país. *Meetings*, manifestações de rua, multidões gritando contra a presença dos italianos justificam o destaque do primeiro episódio em Santos por seu significado histórico especial para a compreensão da história da imigração. Ângelo Trento afirmou que o caso de Santos foi o

---

<sup>100</sup> A integração dos imigrantes foi gradual e dividida em três fases de assimilação. Para encontrar estas informações, ver: HALL, Michael. “Imigrantes na Cidade de São Paulo”, Op. cit.

<sup>101</sup> O incidente teria iniciado com a prisão do capitão de uma embarcação italiana, o qual acabou falecendo na cadeia devido a maus tratos das autoridades. Embora a grande imprensa tenha alegado que o Capitão Anatra teria morrido de febre amarela, os jornais italianos frisam as arbitrariedades da polícia contra os italianos. Depois deste episódio, grupos saíram nas ruas para defender ou criticar a postura e presença dos italianos em Santos e em São Paulo. No caso do grupo brasileiro, as fontes consulares e diplomáticas italianas relatam que se ouviam gritos de “morrás” aos italianos e que a orientação de tal grupo era jacobina.

único permeado de conflitos na história da colônia italiana no Brasil. Segundo o historiador italiano, “A ausência de atritos significativos entre a imigração italiana e os elementos nativos (...) dependeu de dois dados (...): a rapidez de assimilação dos italianos em relação ao novo ambiente e a facilidade com que o mundo brasileiro o acolheu [o imigrante]”.<sup>102</sup> Porém, a argumentação aqui construída segue na contramão da tese de Trento, porque pretende enfatizar a *presença de conflitos* nesse momento da história do Brasil e da imigração.<sup>103</sup>

Desde a época do Segundo Reinado, as relações diplomáticas entre Brasil e Itália costumavam ser amigáveis devido ao interesse italiano em manter as forças navais na região Platina e promover a imigração italiana na parte sul do continente. Porém, o mesmo não pode ser dito para as relações diplomáticas do fim do século XIX, quando o governo italiano chegou a considerar a possibilidade de um conflito naval armado contra o Brasil.<sup>104</sup>

A situação no Brasil entre italianos e brasileiros então não estava equilibrada. Gianfausto Rosoli, em artigo para o “Congresso Euro-Brasileiro sulle migrazioni”, analisa a questão da nacionalidade nos anos 1890 e atenta aos conflitos sociais entre italianos e brasileiros no decorrer da discussão da lei de naturalização, formulada apenas em 1891, definindo que *brasileiros* eram aqueles nascidos no Brasil, mesmo que de pais estrangeiros, e todos os *estrangeiros* residentes no país em 1889 que não tivessem declarado intenção de manter a nacionalidade original. Longos embates decorreram desta temática, pois, ao passo que os políticos brasileiros defendiam que esta era uma medida para facilitar a assimilação do elemento estrangeiro no Brasil, os italianos acusavam o legislativo de articular uma burocracia que dificultava a manutenção da nacionalidade original e de impor uma cidadania sem o consenso daqueles que eram obrigados a se naturalizarem. Rosoli mostra o clima tenso deste período transcrevendo um trecho da carta do então cônsul em São Paulo, Rozwadowski:

---

<sup>102</sup> TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*, São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1989, p.194.

<sup>103</sup> Uma primeira análise sobre os episódios de Santos que seguem mencionados neste texto apareceram em meu estudo monográfico: ROVINA, Melina Roberto. *Autos e Notícias: as formas de representação do imigrante italiano em São Paulo nos anos 1890*. Monografia de graduação, IFCH – UNICAMP, Campinas, junho de 2008.

<sup>104</sup> GABRIELLE, Mariano. “Su un progetto di spedizione navale italiana contro il Brasile nell’ano 1896”, *Note e Discussioni: Storia Política*, vol.VI, 1967, p.330.

Agrava-se ainda mais o ânimo dos brasileiros contra os italianos que declararam não querer mudar a nacionalidade... Da região de São Bernardo veio um colono me declarar que o chefe administrativo de lá anunciou ter recebido ordens de dispensar da colônia os italianos que não quiserem virar brasileiros.<sup>105</sup>

Depois de pouco mais de dois anos, quando a questão da naturalização ainda repercutia, ocorreram os já mencionados incidentes em Santos que contribuíram para a crise diplomática entre Brasil e Itália. Segundo balanço feito em artigo do *Estado de S. Paulo*, no dia 13 de junho de 1892 a guarda de Santos teria visto o capitão do vapor italiano *Pietro-Ten*, levar a bordo uma mulher aos berros. Ao averiguar o que se passava, um dos guardas teria sido insultado pelo capitão de nome Anatra.<sup>106</sup> Este primeiro incidente ocasionou muita polêmica e alteração dos ânimos da colônia italiana, porque a versão da grande imprensa não correspondia com a do jornal *Roma* e de outros ligados à comunidade, os quais defendiam que a prisão do capitão teria sido ilegal, que este teria sido maltratado na cadeia, e, quando solto, faleceu alguns dias depois.<sup>107</sup>

A situação entre as duas nações – e entre as duas nacionalidades – ficou ainda mais tensa quando, no dia 20 de junho de 1892, também em Santos, se deu um conflito entre a tripulação italiana do vapor *Mentana* e a guarda do cais. Muitas versões surgiram do ocorrido, alterando ainda mais os ânimos. Segundo o *Estado de S. Paulo*, o jornal *Roma* teria exagerado propositadamente ao relatar o conflito e ao acusar brasileiros de pisarem sobre a bandeira italiana no momento da chegada do *Mentana*.<sup>108</sup> Na visão do jornal paulistano, os periódicos italianos estariam “se aproveitando de um caso fortuito para incitarem a discórdia de gente pacífica e ordeira e atacarem a popularidade fomentando um

---

<sup>105</sup> Carta de Rozwadowski a Riva. São Paulo, 6 de maggio 1890, DCS, s. XCV. In: ROSOLI, Gianfausto, “Le Relazioni tra Itália e Brasile e le Questioni dell’Emigrazione (1889-1896)”, *Emigrazioni Europee e Popolo Brasiliano. Atti Del Congresso Euro-Brasiliano sulle migrazioni (São Paulo, agosto de 1985)*, Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987, p. 195. Todas as traduções do italiano para o português são minhas. Segue a transcrição do texto original: “si accentua sempre più l’animosità dei brasiliani contro gli italiani che hanno dichiarato di non voler mutare nazionalità... Dal nucleo governativo di S. Bernardo venne un colono a dichiararmi che il capo amministrativo (...) annunciò avere vuto ordine di licenziare dalla colônia gli italiani che non vorranno diventare brasiliani”.

<sup>106</sup> “Conflicto em Santos”, *O Estado de S. Paulo*, 12 de junho de 1892.

<sup>107</sup> TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Istituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1989, pp. 191-192.

<sup>108</sup> Há um livro de Afonso Schmidt que narra de forma literária muitos desses eventos de 1892. Ver: SCHMIDT, Afonso. *O passadiço. No tempo do Protocolo*, São Paulo: Clube do Livro, 1967.

conflito internacional pela falsíssima redação de fatos iniludíveis”.<sup>109</sup> Se do lado dos italianos alegavam-se arbitrariedades e violências contra os tripulantes do vapor, a polícia e a grande imprensa se defendiam dizendo que a violência fora originada pelos estrangeiros, os quais ainda teriam disparado tiros à guarda do cais.

No Rio de Janeiro, “brasileiros exaltados” também percorriam as ruas levando a bandeira brasileira e dando vivas ao Brasil.<sup>110</sup> No dia 3 de julho, na capital do estado de São Paulo, um *meeting* abalou a ordem da cidade:

Cerca de quinhentos italianos das mais baixas camadas populares reuniram-se no domingo para protestar *contra a policia de S. Paulo* [grifos no original] – por causa dos fatos a pouco ocorridos em Santos entre marinheiros italianos e guardas da alfândega d’aquela cidade. (...) No *meeting* (...) um orador exaltado, depois de proferir insultos, aconselhou os italianos presentes a que se armassem de punhais e revolveres e fossem atacar essa policia de bandidos e malfeitores, injuriando em seguida este Estado e todo o Brasil.<sup>111</sup>

Supostos insultos à bandeira eram proferidos com grande frequência, além de conflitos entre as duas nacionalidades, tiros disparados, casas invadidas e transeuntes ofendidos. O *Estado de S. Paulo* sempre enfatizava que os italianos “desordeiros” tumultuaram a cidade de tal modo que até pararam os bondes para forçar os passageiros a darem vivas à Itália e morras ao Brasil.<sup>112</sup> O *Correio Paulistano* também parecia defender que as violências foram originadas pelos italianos, porém, inseria em suas notícias atitudes de grupos de nacionais, descritos como “exaltados”, que praticaram “(...) atos de condenável represália, quebrando móveis e tentando lançar fogo ao prédio” quando decidiram empastelar o jornal *Roma*. Ainda assim, segundo este jornal, estes exaltados agiram de maneira justificada, pois se encontravam “indignados” com a imprensa italiana.<sup>113</sup> Outros relatos indicam que estes “exaltados” eram os grupos jacobinos que orientavam as manifestações anti-italianas antes de saírem às ruas.

Nos meses de junho e julho do mesmo ano de 1892, a repercussão dos incidentes de Santos ainda era notável em conflitos nas ruas entre nacionais e italianos e principalmente, nas discussões presentes nos jornais paulistas *O Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano*

---

<sup>109</sup> “O caso de Santos”, *O Estado de S. Paulo*, 2 de junho de 1892.

<sup>110</sup> “Os conflictos”, *O Estado de S. Paulo*, 6 de junho de 1892.

<sup>111</sup> “As consequencias do meeting”, *O Estado de S. Paulo*, 5 de julho de 1892.

<sup>112</sup> “As consequencias do meeting”, *O Estado de S. Paulo*, 5 de julho de 1892.

<sup>113</sup> “As desordens de ante-hontem”, *Correio Paulistano*, 5 de julho de 1892.

sobre o problema da imigração e das relações diplomáticas entre os dois países. O governo italiano pressionou o brasileiro, exigindo indenizações e reparo aos danos sofridos pelos seus súditos. Àquela época, os dois países viveram um verdadeiro impasse atingindo não só a diplomacia, mas o convívio daqueles que viviam no Brasil. Parecia haver uma verdadeira guerra civil entre brasileiros e italianos, e não faltaram insurreições populares contra o italiano em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Pernambuco... Naquele tempo, ocorria “um tipo de guerra de nervos que não contribuía na resolução da questão”.<sup>114</sup> Em agosto de 1896, a Itália trocou telegramas propondo o envio da esquadra militar “Atlântico” ao Brasil, trazendo a possibilidade de um conflito armado para a reivindicação do prestígio nacional italiano.<sup>115</sup>

A discussão sobre o Protocolo, ou seja, sobre o projeto de lei que obrigaria o governo a pagar uma indenização aos italianos por estes terem sofrido grandes represálias em um território onde, teoricamente, deveriam ter a promessa de uma boa recepção e convívio pacífico, provocou em São Paulo manifestações no dia 10 de agosto de 1896 com mais de três mil pessoas gritando contra a aprovação do projeto. No dia 22 do mesmo mês, os atritos se deram com maior gravidade e as diferentes versões causaram grandes polêmicas na imprensa e na vida cotidiana, pois envolviam o cônsul da Itália Conde Copans de Brichanteau nas “arruaças”. O *Estado de S. Paulo* e toda a grande imprensa paulista, inclusive a européia, atribuíram a responsabilidade dos conflitos da Rua Quinze de Novembro ao referido cônsul porque este teria, premeditadamente, liderado um grupo de manifestantes italianos aos gritos de “Morra o Brasil”.<sup>116</sup>

Na contramão dessa versão, os relatórios consulares destinados ao governo da Itália, muitos deles escritos pelo próprio Brichanteau, oferecem maiores detalhes da complexa tensão do momento.

Em carta escrita no Brasil pelo ministro italiano das relações exteriores, há informações de que no dia 9 de agosto estiveram presentes estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo “unidos aos nativistas e jacobinos, [que] pretendiam se reunir no

---

<sup>114</sup> GABRIELLE, Mariano. Op. cit., p. 331.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 334.

<sup>116</sup> “Por Causa do Protocollo”, *O Estado de S. Paulo*, 24 de agosto de 1896.

Largo de São Francisco para protestar contra a aprovação do Protocolo Ítalo-Brasileiro”.<sup>117</sup> Primeiramente, a carta levanta a suspeita de que deputados jacobinos estariam agindo na Câmara para que os protocolos fossem rejeitados, depois atesta a presença de jacobinos na organização de uma manifestação dos alunos de Direito; por último – e dedicando grande espaço –, trata da questão do descaso da polícia na defesa dos italianos. Segundo essa fonte, a polícia teria protegido um *meeting* que proferira gritos de “Morra os italianos”, “Morra a colônia italiana”<sup>118</sup> e aos trabalhadores estrangeiros. Brichanteau terminou a carta colocando a hipótese de chantagear a força policial e o governo brasileiro com a possibilidade de organização de um grande *meeting* com toda a colônia italiana e de suspensão de toda a imigração, para que assim os italianos se fizessem respeitar:

Proponho que se faça uma demonstração de 25 ou 30 mil italianos aos gritos de viva a Itália para fazer com o número uma declaração de advertência a estes anfitriões ingratos, para dizer que os italianos saberiam, quando quisessem, se fazerem respeitar e eu não pensei mesmo em recusar tal proposta pelo intento de poder unir ao redor da Autoridade Consular toda a colônia e poder dirigi-a melhor em quaisquer ocorrências populares (...) Nós podemos causar um grave dano aos interesses materiais deles com a suspensão da nossa imigração sem a qual seria este um país absolutamente arruinado.<sup>119</sup>

Se na carta de 16 de agosto os estudantes e jacobinos ainda estavam se organizando, na carta escrita por Brichanteau do dia 23 de agosto de 1896 a manifestação nativista já havia se realizado em frente à Faculdade de Direito, no Largo de São Francisco, onde os manifestantes teriam queimado uma bandeira italiana. Nesse mesmo dia, nas palavras do cônsul, este estava no teatro para ver uma apresentação pacífica de italianos em prol do hospital Umberto I quando ouviu um italiano pedir por seu socorro, pois um grupo desarmado de italianos, que gritava ‘vivas’ à Itália, foi abordado pela mesma polícia que

---

<sup>117</sup> Carta escrita pelo ministro das relações exteriores ao governo italiano, São Paulo, 16 de Agosto de 1896, Nº 3561/408, AEL-MR/II/22. No original: “in unione ai nativisti e giacobini, intendevano riunirsi sulla piazza di S. Francisco per protestare contra l’approvazione del protocollo Italo-Brasiliano”.

<sup>118</sup> Ibidem, pp. 01 e 04.

<sup>119</sup> Carta escrita pelo Cônsul Conde de Brichanteau ao governo italiano. São Paulo, 23 de Agosto de 1896, Sem Número, AEL - MR/II/22, p. 05. No original: “Si propose di fare una contra dimostrazione di 25 o 30 mila italiani al grido di viva l’Italia per dare col numero, un salutare avvertimento a questi ingrati ospiti, che gl’italiani saprebbero, quando il volessero, farsi rispettare, ed, io non ha creduto, in massima, di respingere tale proposta all scopo di poter unire intorno all’Autorità Consolare tutta intera la colonia e poterla meglio dirigere in qualsiasi fra gente. (...)” e “(...) noi possiamo recar grave danno ao loro interessi materiali colla sospensione della nostra immigrazione senza della quale sarebbe questo um paese assolutamente rovinato.”

nada tinha feito para conter a manifestação nativista, atingindo, assim, brutalmente a colônia italiana<sup>120</sup>. Escreve o Cônsul: “Não deixei de manifestar ao Diretor Chefe de Polícia a minha viva surpresa ao constatar a diferença de tratamento entre nativistas e italianos”,<sup>121</sup> porque uma turba de brasileiros *nativistas, jacobinos e monarquistas* se uniu na Rua Quinze de Novembro para insultar a Itália e chegar ao teatro, sem que nada fizesse a polícia.<sup>122</sup> Vale lembrar que o Chefe de Polícia em 1896 era o Doutor Francisco de Paula Xavier Toledo, membro do grupo jacobino e que teve o nome amplamente elogiado no jornal nativista *Correio Nacional*. Além disso, em junho de 1896 o jornal jacobino paulistano noticiou um forte movimento dos “moradores” de Santa Efigênia para entrega de representação popular ao referido Xavier Toledo pedindo a *demissão* do 2º subdelegado do distrito. A justificativa do pedido estaria no fato de o subdelegado ser *estrangeiro* e “achar-se (...) *incompatibilizado* com os brasileiros, e [por] não cumprir com retidão os seus deveres [g.m.]”.<sup>123</sup> Percebe-se, portanto, a ação prática dos radicais jacobinos, infiltrados também no poder público e nos corpos das autoridades locais, no sentido de um sutil afastamento dos estrangeiros dos cargos públicos além de um tratamento policial prejudicial aos imigrantes.

Um dos eventos mais incisivos de agosto de 1896 foi consequência desta mesma agitação, durante a invasão do Teatro São José, na referida apresentação em benefício do Hospital Italiano, onde um manifestante gritou: “Se há algum brasileiro aqui, saia! Queremos acabar com esta canalha de carcamanos!”.<sup>124</sup> Segundo artigo de Michael Hall, nesta ocasião, outros teriam gritado “Viva Menelik!”, como referência ao líder etíope que

---

<sup>120</sup> Ibidem.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 07. No texto italiano: “Non tralasciai di manifestare al Direttore Capo della Polizia la mia viva sorpresa nel constatar la differenza di trattamento tra i nativisti e gli italiani”.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 08.

<sup>123</sup> *Correio Nacional*, 25 de junho de 1896.

<sup>124</sup> Relato de Rosalbino Sandoro, presidente da Società Italiana di Beneficenza em documento em apoio ao cônsul de Brichanteau, Arquivo do Ministero degli Affari Esteri (Roma), 28 de agosto de 1896. In: HALL, Michael. “Entre a Etnicidade e a Classe em São Paulo”, In: CARNEIRO, M.L.Tucci. e CROCI, Federico (orgs). *Histórias de Trabalho e Histórias da Imigração*, São Paulo: EDUSP, 2008.

havia derrotado os invasores italianos na Etiópia, e “Morte à Itália!”, o que terminou com uma verdadeira batalha dentro do teatro.<sup>125</sup>

Esta mesma “turba di facinorosi” (turba de facínoras), nas palavras do cônsul Brichanteau, gritava “morte ao cônsul”, “morte a Umberto”, “canalhas”...<sup>126</sup> e em meio a tanta confusão, o cônsul que aconselharia a calma aos seus compatriotas e esperava que a polícia dispersasse as manifestações nativistas, teve de voltar para casa, com sua família, acompanhado por soldados, devido a responsabilidade que lhe cabia e ao grande perigo da situação, porque, segundo Brichanteau, naquele momento havia “uma verdadeira *caça aos italianos* feita pelos brasileiros e pela Polícia [g.m.]”.<sup>127</sup>

A referência à “caça aos italianos” também aparece em carta posterior escrita pelo ministro das relações exteriores, no dia 27 de Agosto de 1896. Nessa, há descrições de ataque a casas italianas, de maus-tratos pela polícia e por manifestantes contrários à Itália e aos protocolos. O ministro defendeu que a caça aos italianos ocorria tanto nas ruas e nas praças onde gritavam “morte a Itália”, quanto na Câmara dos Deputados, onde se fingia discutir algum procedimento para atender as reclamações da colônia.<sup>128</sup> Ainda, para completar as dificuldades vivenciadas pelos italianos, a historiadora Cláudia Leal estudou as atitudes do cônsul Brichanteau relativas à contenção de movimentos anarquistas italianos e alegou que este cônsul teria mencionado “abusos cometidos pelas autoridades brasileiras” contra os italianos e “inquietava-se pelas reservas contra italianos que indivíduos subversivos [referindo-se aos anarquistas] poderiam suscitar entre as autoridades e a população do país”.<sup>129</sup>

---

<sup>125</sup> Relato de Giovanni Eboli, vice-cônsul em Santos, que na época estava presente no teatro. Carta de Eboli ao Ministero degli Affari Esteri, Roma, 30 de agosto de 1896, Série Política, Brasile, 282. In: HALL, Michael. “Entre a Etnicidade e a Classe em São Paulo”, Op. cit.

<sup>126</sup> Carta escrita pelo Cônsul Conde de Brichanteau ao governo italiano. São Paulo, 23 de Agosto de 1896, Sem Número, AEL - MR/II/22, p. 11.

<sup>127</sup> Carta escrita pelo Cônsul Conde de Brichanteau ao governo italiano. São Paulo, 23 de Agosto de 1896, Sem Número, AEL - MR/II/22, p. 15. Segue o texto original: “In questo momento é una vera *caccia agli italiani* data dai brasiliani e dalla Polizia, e nel mentre io farò il mio dovere fino all ultimo momento”[grifos meus].

<sup>128</sup> Carta escrita pelo Ministro das Relações Exteriores ao governo italiano, São Paulo, 27 de Agosto de 1896, Nº 2229/533, AEL – MR/II/22, p. 03.

<sup>129</sup> LEAL, Cláudia F. Baeta. Pensiero e Dinamite. Anarquismo e Repressão em São Paulo nos anos 1890, tese de Doutorado, departamento de História, IFCH-UNICAMP, Campinas, fevereiro de 2006, p.51;

Essa riqueza de detalhes presente nas fontes relativas ao período de 1892-1896 oferece uma idéia clara das principais questões e conflitos relativos ao longo episódio dos Protocolos.

Por isso, também a grande imprensa precisou atenuar os recorrentes discursos imigrantistas. A respeito dos conflitos entre brasileiros e italianos na cidade de Santos, em 5 de julho de 1892, o jornal *O Estado de S. Paulo* construiu imagens negativas a respeito de parte da colônia italiana. Descreveu que “cerca de quinhentos italianos das mais baixas camadas populares reuniram-se no domingo”.<sup>130</sup> No editorial do dia seguinte, como se não fosse suficiente atribuir indiretamente os adjetivos *miserável*, *culpado* e *desordeiro* ao elemento italiano, apareceu a imagem do imigrante *desocupado*, o que, dentro da valorização do trabalho<sup>131</sup> própria da época, era considerado algo bastante ofensivo. Observa-se que o discurso construído colocou o italiano como o responsável pelos incidentes, porque esse estrangeiro seria do tipo indesejado (e até temido) pelo Brasil.

Não foi por certo a colônia italiana que o praticou [sobre um suposto insulto à bandeira brasileira]; os que tal realizaram não têm pátria; - pertencem a essa feição *amorfa*, *repugnante* e *indefinida* que constituiu a vasa de todas as nacionalidades [g.m.].<sup>132</sup>

As representações negativas destoavam do discurso imigrantista oficial. Ao mesmo tempo em que a presença de representações negativas referentes ao italiano ganhava as páginas, também representações positivas – e até elogiosas – descreviam a colônia italiana instalada nas terras brasileiras, de modo que os dois tipos de adjetivação e descrição do imigrante conviviam perfeitamente bem nas linhas do periódico. Era possível, assim, defender a imigração, a harmonia nas relações entre Brasil e Itália e o “progresso” da lavoura cafeeira com elogios à colônia “inteligente, sensata e ordeira”,<sup>133</sup> “gente pacífica”,<sup>134</sup> “sã, limpa e distinta”.<sup>135</sup> Para tanto, as representações em torno do imigrante

---

<sup>130</sup> “As consequências do meeting”, *O Estado de S. Paulo*, 5 de julho de 1892.

<sup>131</sup> Gladys Sabina Ribeiro, em tese de Mestrado “*Cabras*” e “*Pés-de-chumbo*”: os rolos do tempo. *O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*, utiliza em boa parte de sua obra o tema da valorização do conceito de trabalho como algo dignificador, que leva ao progresso, à civilização e à modernidade. Ver, por exemplo, a “Introdução”.

<sup>132</sup> “Dia a dia”, *O Estado de S. Paulo*, 6 de julho de 1892.

<sup>133</sup> “O caso de Santos”, *O Estado de S. Paulo*, 29 de junho de 1892.

<sup>134</sup> “O caso de Santos”, *O Estado de S. Paulo*, 2 de julho de 1892.

italiano eram categorizadas da seguinte forma: de um lado descrevia-se o imigrante *ideal*, isto é, aquele que pertencia à parte da colônia italiana que não se envolvia nos conflitos noticiados e que estava trabalhando nos cafezais; do outro lado, adjetivava-se o estrangeiro como “desordeiro”, “desocupado”, “perturbador da ordem” e do progresso, pois este havia decidido se fixar nas movimentadas e saturadas cidades, desobedecendo ao projeto oficial da imigração subvencionada.

A postura do jornal começa a ficar mais clara quando entendida sob a ótica da defesa e consolidação do projeto republicano por parte dos fazendeiros da cafeicultura paulista. Estes estavam mais preocupados em estruturar conjuntos de leis e medidas que lhes garantissem o funcionamento do aparelhamento do Estado de acordo com seus próprios interesses, ou seja, a defesa da prosperidade da produção cafeeira, dos lucros e do progresso do estado de São Paulo. De acordo com o pensamento cafeeiro, o progresso seria possível se houvesse, *nas lavouras*, trabalho e trabalhadores.<sup>136</sup>

No editorial abaixo transcrito, é possível identificar esta *convivência* dos diferentes modos de representação do imigrante italiano:

Os elementos de prosperidade não faltam no Brasil; a imigração européia continua a afluir para ali com um impulso continuo, apesar de certos embaraços e de certos incidentes. E, pois, que esta questão foi ainda há pouco aventada por jornais italianos, não serão inúteis algumas explicações nítidas e precisas. A imprensa italiana publicou cartas de imigrantes, nas quais eles se queixam da situação em que se acham no Brasil: não é somente a miséria e a febre amarela que ali os espera, mas todas as espécies de vexame, dizem eles. A acusação é muito vaga e difícil de verificar-se à distancia. Está provado, entretanto (...) que se a corrente de imigração italiana para o Brasil vai em aumento, este resultado é, principalmente, devido ao efeito que produzem as correspondências dos colonos que ali se acham (...). As condições do Brasil não mudaram; o que se verificou foi a qualidade dos imigrantes.

O colono italiano que emigra para o Brasil e se estabelece em uma fazenda com sua família, nove vezes sobre dez acha-se contente com a sua sorte e não escreve aos seus parentes e amigos, senão aconselhando-os a seguir o seu exemplo. Apenas o que é preciso notar é que há outros imigrantes que saídos das cidades italianas [vão] exercer (...) as pequenas indústrias. Esses (...) o Brasil não os deseja, - teme-os.<sup>137</sup>

---

<sup>135</sup> “As consequências do meeting”, *O Estado de S. Paulo*, 5 de julho de 1892.

<sup>136</sup> Uma análise mais detalhada a respeito da representação do imigrante italiano na grande imprensa paulista da década de 1890 foi desenvolvida em trabalho monográfico de minha autoria. Ver: ROVINA, Melina Roberto. Autos e Notícias: as formas de representação do imigrante italiano em São Paulo nos anos 1890. Monografia de graduação, IFCH – UNICAMP, Campinas, junho de 2008, p. 34.

<sup>137</sup> “Questões Brasileiras”, *O Estado de S. Paulo*, 4 de setembro de 1892.

A convivência dos dois discursos é bastante clara, não havendo exclusão de argumentação. Ao longo da década de 1890, quando os conflitos entre nacionais e estrangeiros se intensificavam, houve diferenças na ênfase de cada discurso, porém, sempre com a defesa oficial da imigração. N’*O Estado de São Paulo*, quando o italiano “nocivo”, “desordeiro” e “hostil” era identificado, a dialética do texto acabava proporcionando a grande defesa da imigração européia e assumindo até mesmo um tom propagandístico desta política. Outras vezes, porém, a lógica se invertia e se camuflava na defesa da imigração, havendo indícios bem recebidos pelo leitor da aversão ao estrangeiro.

A diferença na ênfase dos discursos – ora com defesa da imigração e ora com condenação do imigrante indesejável – dependia muito do momento em que foi escrito: nos anos 1892 e 1896, durante o desenrolar da Questão dos Protocolos, ficou mais evidente a preocupação em identificar o italiano como o responsável pelos incidentes, camuflada no discurso do apaziguamento e harmonia entre os dois países; nos anos intermediários, quando a política imigratória relacionada à Itália estava muito abalada, houve maior preocupação com a defesa da vinda dos estrangeiros para os “braços abertos” do Brasil, sob o pretexto da defesa da imigração e da diferenciação das qualidades daqueles que imigravam.

A pacificação dos conflitos entre brasileiros e italianos e a enfática defesa da harmonia e do equilíbrio entre o Brasil e a Itália pelos órgãos da grande imprensa paulista, contribuíram para que a retórica jornalística definisse o tom dos estudos migratórios subsequentes, especialmente até as décadas de 1940 e 1950. Nesta época, a “assimilação” harmônica dos imigrantes foi construída historicamente por estudos influenciados diretamente pela política estadonovista, desejosa de combater os enquistamentos étnicos, construir uma pátria forte e um povo “brasileiro” nacionalista.<sup>138</sup>

Está clara, portanto, a necessidade de se reler a história da imigração e da república recém nascida em 1889 com olhares que não partam do pressuposto imediato da assimilação. A história que se quer resgatar aqui é a do início da história republicana e a da

---

<sup>138</sup> É o caso de autores como José Arthur Rios, *Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil* e Giorgio Mortara, *Os estudos demográficos no Brasil*. Para maiores informações a respeito dessa historiografia de tipo assimilacionista, consultar análise em: HALL, Michael. “Imigrantes na Cidade de São Paulo”, p. 126.

imigração maciça, quando as tensões e os conflitos entre nacionais e estrangeiros eram evidentes e por isso destoaram da posterior tentativa de construção historiográfica assimilacionista.

Percebe-se, portanto, que os imigrantes italianos estavam em meio a um fogo cruzado: de um lado do conflito estavam as propostas imigrantistas das oligarquias cafeeiras, desejosas por maior participação política direta nos primórdios da república, e na outra frente de batalha estavam os radicais da república, avessos à presença estrangeira no Brasil e, especialmente, no estado de São Paulo.

Voltando para a cidade de São Paulo do ano de 1896 – ano simbólico para essa complexa história de conflitos – sabe-se que era publicado duas vezes por semana um curioso periódico intitulado *Correio Nacional*. Tratava-se de um veículo impresso de propaganda jacobina daquela cidade,<sup>139</sup> redigido por Agrício Camargo e por Samuel Porto e gerido por João Camargo (até 25/06/1896) e por Brazílio Prado (de junho a dezembro de 1896). Ao longo de sua leitura, foi possível agrupar nomes das mais diversas personalidades envolvidas no projeto jacobino paulistano e na política nacional.<sup>140</sup> As

---

<sup>139</sup> Os originais estão no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e recentemente o Arquivo Edgar Leuenroth propôs a compra da microfilmagem dos seguintes números disponíveis que resistiram ao tempo e às reconstruções da história republicana: Ano II, de 17/06/1896 a 13/12/1896, n<sup>os</sup> 39 a 41, 43 a 71, 73, 75 a 77.

<sup>140</sup> A lista de nomes identificados ao longo da publicação do referido jornal é bastante rica. Dentre as figuras que se relacionaram com o movimento jacobino, com a escrita do jornal, no trabalho como correspondente e como figuras enaltecidas e elogiadas em sua atuação política, temos: Agrício Camargo, Samuel Porto, João Camargo, Antonio José de Siqueira, Alcides Cruz, Carlos Dias Machado, Antonio Serpa Sobrinho, Brasílio Prado, Cunha Mendes, Alberto Lemos, Pedro Forster Júnior, Henrique Cancio, Ulysses Cruz, Alfredo Zuquim, Teófilo Dias Castro, Francisco Afonso Ferreira, Benjamin Augusto Miranda, Francisco de Paula Xavier Toledo, Francisco Cabral, Dr. França Carvalho, Coronel Torres Homem, Sebastião Lobo, Sérgio Wernerck, Honório de Oliveira Pinheiro, Dr. Marcondes Machado, Coronel Lúcio Fagundes, Major Vigilato Franco, Major Domiciano de Assis, José Alves Negrão, Capitão Bento Arruda, Capitão Renato Jardim, Alferes Rafael Santana, Hippolito Leão de Azevedo, Aderbal de Paula Ferreira, Major Saturnino Pilar, Sizenato de Almeida Pinto, Juvenal Ramos dos Santos, Hemetério de Paula Matthias, Fortunato da Silva Lemos, Ladislau Leme, Antonio Simplício da Costa, Major José Xavier Pinheiro, José Manoel Pereira, Medeiros e Albuquerque, Augusto de Carvalho Aranha, Francisco de Castro Júnior, Capitão Deocleciano Mártir, Nilo Peçanha, Antonio Manuel Bueno de Andrade, Américo de Albuquerque, Villela de Castro, José Aristides de Souza, Leopoldo de Freitas, Evaristo de Oliveira, Teixeira Mendes, Dr. Martins Júnior, José Piza, H. Ellis da Silva, F. Soares de Campos, João Tobias, Mello Guimarães, Aprígio Cesarino, J.J. do Nascimento, Aníbal Mascarenhas, Felisbello Freire, Dr. Martiniano Brandão, Julio de Silveira Lobo, Dr. Carlos Costa, Lindolfo Azevedo, Almirante Jerônimo Golçalvez, Capitão Servílio Gonçalves, Padre José Maria Trindade, Benjamin Motta, Leopoldo de Almeida, Capitão José Manoel Pereira, Capitão Rodrigues Júnior, Nicanor do Nascimento, Dario Ribeiro, Luiz Carneiro, Dr. João Moretz Sohn, Serzedello Correa e Coelho Rodrigues.

constantes referências aos diretórios central e locais do Partido Republicano Nacional (PRN), às reuniões propostas pelo órgão e ao seu *Manifesto* de 12 de fevereiro de 1896 permitiram análises sobre a ação desse partido e sobre a prática jacobina na capital paulista e em diversas regiões do Brasil. Permitiu, ainda, rastrear as motivações da violenta ação jacobina contra seus inimigos, suas especificidades, as disputas republicanas do momento e outros elementos para investigação da base social do jacobinismo paulista.

Ao mesmo tempo em que essa fonte impressa contribuiu para a investigação e análise de certa conjuntura política e social, ela também abriu os estudos para novos desafios a serem superados. Exatamente por nunca ter sido explorado pela historiografia, não há nenhum dado disponível sobre o *Correio Nacional* além de seu ano de fundação (1895), registrado na clássica obra *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré. Os estudos sobre os partidos políticos no início da república também não mencionam a existência do Partido Republicano Nacional e tampouco os dicionários histórico-biográficos lembraram-se de registrar os fundadores e principais redatores do jornal: possivelmente não foram escritores paulistas “ilustres” para comporem verbetes no *Dicionário dos Autores Paulistas*, de Luis Correia de Melo. Talvez, nem mesmo foram breves referências para o mundo da literatura para comporem a *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, organizada em dois volumes por Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa. Ou talvez ainda, novas camadas de passado teriam se sobreposto aos “vitoriosos” da república daqueles tempos...

No entanto, por meio da crítica interna dessa fonte, bem como da comparação com outros documentos do mesmo período e da sensibilidade própria do historiador, foi possível escrever uma história instigante. No caso, as pistas e a trama argumentativa do jornal levaram o faro do historiador a duas evidências. A primeira seria de que as manifestações anti-italianas do Largo de São Francisco envolveram, entre outros elementos da sociedade, os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. A segunda evidência seria a da correlação direta entre o movimento abolicionista paulista, herdeiro de Luiz Gama e de Antônio Bento e o jacobinismo de São Paulo.

Para consolidar as conclusões da investigação, utilizaram-se os mais variados fragmentos dessa história que se quer contar, partindo da articulação do movimento

republicano e de suas ações e teorias plurais, passando pela radicalização política e chegando ao casamento entre a defesa do republicanismo e o movimento abolicionista. Essa trajetória analítica possibilitou avistar o universo das disputas republicanas antes e depois do quinze de novembro de 1889 – contendas estas que se estenderam até a virada do século XIX para o XX e que foram responsáveis pela força do jacobinismo no estado de São Paulo e no Brasil.

Resta, então, conhecer melhor a conjuntura política do estado de São Paulo, suas relações com a alta política nacional em momento transitório para assim alcançar com maior propriedade a cultura política de então e sua atmosfera social, saturada com a presença dos numerosos imigrantes italianos. Assim, novos meios foram explorados para se investigar as motivações e os ressentimentos responsáveis pela articulação das manifestações sociais anti-italianas em São Paulo, bem como a composição social do jacobinismo paulista e suas peculiaridades.

Para isso, atenta-se às características do *Correio Nacional*, constituídas em consonância com o *nativismo* mais genérico do movimento jacobino brasileiro. O jacobinismo paulista também voltou questões de seu presente ao passado para assim reconstruí-lo e julgar as personagens históricas que potencialmente serviriam à concretização do fortalecimento das instituições republicanas. Desejava uma pátria forte e soberana e para isso utilizou a propaganda do sentimento nativista, a qual “se faz lembrando o período mais brilhante de nossa História, justamente aquele em que em Pernambuco, no Rio e em outros pontos do Brasil o *sentimento nativista* fez mais irradiante a águia da nação brasileira nos campos de combate (g.m.)”.<sup>141</sup>

O jacobinismo paulista foi um “combatente” defensor da ação imediata, tempestiva e violenta. Lutar pela república significava defender os pilares e a coerência interna do movimento e derramar sangue pela pátria. Lutar pela república significava unir os “verdadeiros” republicanos e afastar seus inimigos – dentre eles o elemento estrangeiro –

---

<sup>141</sup> “Avançada”, *Correio Nacional*, 10 de julho de 1896. Na edição de 15 de outubro do mesmo ano, há resenha de livro lançado naquele momento de título *Suplício de Caneca*, onde há resgate do passado imperial apenas no que interessa como modelo para o jacobinismo: “(...) também o nativismo é a força suprema de um povo, é a força inforçável [sic], é a força que faz impossíveis; foi o nativismo comprimido pelo estrangeiro, que muito concorreu em Pernambuco para as explosões que se chamam Expulsão dos Holandeses, República de 1817 e Confederação do Equador”.

das brechas institucionais, pois a república era entendida como “filha de elementos totalmente brasileiros”.<sup>142</sup>

Silvio Romero e Teixeira Mendes foram arrolados pelos jacobinos paulistas e deram embasamento teórico ao nativismo e à nova proposta de história a ser construída por eles. Segundo Romero, uma nação se definiria e se individualizaria quando se afastasse, pela *história*, do caráter das raças que a constituíram. Para isso, o “papel histórico” da nação brasileira seria o de, urgentemente, afastar da nação as categorias referentes ao “negro africano”, ao “selvagem tipo” e ao “aventureiro português”, para assim ver fortalecer um *único elemento: o nacional*, o verdadeiro “nativo” da história republicana.<sup>143</sup>

Teixeira Mendes, segundo o referido jornal, era “incontestavelmente uma autoridade” no assunto do nativismo e sustentava que, para os republicanos, “o nativismo significa realmente a necessidade de defender a República contra a exploração de estrangeiros que não tem pelo Brasil nenhuma simpatia”<sup>144</sup> e que por isso era o único “meio para se combater as perturbações políticas”. Com essas duas referências teóricas, essencialmente nativistas e nacionalistas, compreende-se o motivo de lançarem numa história longínqua e remota o período colonial/imperial. O passado da escravidão, por exemplo, passou a ser descrito como um dos maiores pesos da história brasileira pré-república e, por isso, também foi lançado na escuridão de um longo passado construído, embora o ano de 1888 não estivesse nem uma década distante dessa história em constante processo de reconstrução.

Indica-se, aqui, que o radicalismo republicano fez necessária a valorização do “povo brasileiro”, único, sem elementos “destoantes” identificáveis. Deste modo, fica clara a escolha da bandeira nacional oficial. O radicalismo republicano de base militarista rejeitou a bandeira de Silva Jardim para propor a tradicional unidade nacional do povo brasileiro pela bandeira até hoje vigente.

Juntamente com o *nacionalismo*, agregavam-se o *patriotismo* e o *nativismo* ao discurso jacobino. O *patriotismo* era entendido como o sentimento que deveria ser alimento dos brasileiros, ao mesmo tempo em que necessitaria ser cultivado pelo nativismo dos

---

<sup>142</sup> “Navegação de cabotagem”, *Correio Nacional*, 10 de julho de 1896.

<sup>143</sup> “Lendo Sylvio Romero”, *Correio Nacional*, 02 de agosto de 1896.

<sup>144</sup> “Cartel”, *Correio Nacional*, 19 de agosto de 1896.

“verdadeiros republicanos”. O *nativismo*, portanto, era a *ação* capaz de evitar os cosmopolitismos “absurdos”<sup>145</sup> e de afastar os critérios raciais para se conduzir a pátria à sua maior “virtude” possível: o *nacionalismo*, isto é, o sustentáculo de uma pátria forte, soberana, republicana e livre do estrangeiro “oportunista”.

Em 1896, os jacobinos paulistas ainda visavam o “nobre ideal” de Floriano: construir “O Brasil para os brasileiros”.<sup>146</sup> Para eles, o elemento *florianista* era o sentimento republicano mais puro, a “garantia de república”, e por isso capaz de construir “o verdadeiro e único partido republicano”.<sup>147</sup>

Todos esses sentimentos extravasavam nas maneiras de representar os estrangeiros. No específico caso paulista, o *italiano* era o maior alvo das descrições jacobinas. Até julho de 1896, os monarquistas ganhavam o maior número e intensidade de artigos combativos contra as ações restauradoras. Nesse período, o ódio ao estrangeiro era relativamente amenizado pela linguagem do jornal. Enquanto os monarquistas eram adjetivados como “ratos”, “animalaços”, “patifes”, “infelizes”, “monstregos”, “desnorteados acéfalos”<sup>148</sup>, os estrangeiros eram recorrentemente descritos por meio de dois rótulos – ambos amplamente divulgados na grande imprensa: o primeiro era o tipo *desejável* de imigrante, grato por ter sido recebido e ganho trabalho em terras brasileiras; o segundo rótulo atribuído ao imigrante era o da ingratidão, do estrangeiro *indesejado*, pouco escrupuloso, recém-chegado e disposto a se indispor com o elemento nativista e que, como um mendigo, cuspiam na mão que lhe dava a esmola, vivendo a circular nas cidades em busca de sedição e da execução de planos monárquicos.<sup>149</sup>

Mais uma vez, observa-se uma dicotomia com a descrição de um imigrante *desejado*, mas ao mesmo tempo *temido*.<sup>150</sup> Assim, o jornal deixava claro que o Partido

---

<sup>145</sup> “Cosmopolitismo absurdo”, na linguagem jacobina, era aquele cosmopolitismo “que não exprime a idéia de um conjunto de várias nacionalidades perfeitamente equilibradas.” Cf. “Nacionalização do Comércio”, *Correio Nacional*, 06 de setembro de 1896.

<sup>146</sup> “Sebastianistas”, *Correio Nacional*, 04 de julho de 1896.

<sup>147</sup> “Floriano Peixoto”, *Correio Nacional*, 10 de julho de 1896.

<sup>148</sup> Essas adjetivações concentravam-se na série de artigos para crítica dos monarquistas de título “Os Ratos”, publicada durante o mês de junho e início de julho de 1896.

<sup>149</sup> Ver, por exemplo, “Elemento Novo”, *Correio Nacional*, 19 de julho de 1896: “Dá-se com a maioria dos italianos um fato que denota eloquentemente o grau de ingratidão desse povo”.

<sup>150</sup> Para maiores detalhes sobre esta dicotomia, ver também: RIBEIRO, Maria Therezinha Janine. *Desejado e temido. Preconceito contra o imigrante italiano na Primeira República*. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo, FFLCH, Departamento de História, 1985;

Republicano Nacional (PRN) não era contra o estrangeiro *laborioso*, “que coopera na solidificação da nacionalidade brasileira”, que tinha “amor ao trabalho e à comunhão nacional”, mas contra aquele que exerce “função indevida” dando força aos especuladores políticos<sup>151</sup>, como está explícito no trecho extraído:

(...) a campanha nacionalista, campanha reivindicadora, não significa o ódio injusto aqueles que, expatriados voluntariamente, procuram identificar-se com os nossos costumes e tradições (...)

O Partido Republicano Nacional não repele o estrangeiro por ser estrangeiro, mas o ataca, quando, esquecidos das leis nacionais, ameaçam-nos com suas possantes esquadras, chasqueando da nossa autonomia de povo.<sup>152</sup>

A mensagem era clara: ao entrar no país dos republicanos brasileiros, a república deveria ser vista sobre um pedestal e *todos* deveriam trabalhar para construir um único povo digno da soberania nacional. O estrangeiro, isto é, o imigrante genérico, era mal visto ou temido quando havia neste grupo, além da ameaça monárquica, a supremacia do número. Abundantes especialmente nas cidades, onde a concentração de atividades coincidia também com a vasta possibilidade de tipos de serviços, os estrangeiros eram muitas vezes associados aos efeitos negativos do acelerado crescimento urbano. Por isso, a imoralidade e a criminalidade das cidades eram vistas como conseqüências negativas atribuídas aos numerosos hóspedes. As estatísticas e o aparato criminológico do século XIX contribuía para colocar, lado a lado, crime e presença estrangeira. Além de o estrangeiro ser um criminoso em potencial na cidade, sua situação piorava quando este se encontrava ocioso, sem trabalho. A vadiagem, além de não agregar civilização, era vista como elemento desmoralizante, corruptor de sua sociedade e preceptor da criminalidade.

Concomitantemente à aversão ao imigrante vadio estava a ojeriza ao imigrante economicamente ativo das cidades. Esta afirmação parece contraditória, porém, deve-se sempre lembrar que o aumento do número de estrangeiros intensificava tal sentimento e ainda outros temores. Embora a política imigratória dirigisse seu discurso aos trabalhadores da lavoura, as cidades estavam sempre de portas abertas para a constante recepção de estrangeiros, profissionais vindos muitas vezes de centros urbanos de além mar e dispostos a continuarem seus ofícios e a trabalharem na prestação de serviços, concorrendo assim

---

<sup>151</sup> “Abaixo a Intriga!”, *Correio Nacional*, 25 de junho de 1896.

<sup>152</sup> “Abaixo a Intriga”, *Correio Nacional*, 10 de julho de 1896.

diretamente com os nacionais. Portanto, a concorrência no mercado de trabalho foi um claro fator para a intensificação do temor relativo à chegada de imigrantes.

Ao estrangeiro também era atribuído o estigma de desordeiro. O imigrante traria desordem quando não se predispusesse a assimilar a cultura da sociedade receptora e passasse a divulgar idéias “incendiadoras”. O “perigo anárquico” era geralmente associado a imigrantes europeus chegados nas grandes levas migratórias, como meio de “deportação espontânea” dos governos da Europa demonstrando a clara política de manutenção da ordem interna por meio de incentivos à emigração. E assim o perigo era gradualmente imaginado e redimensionado. Pensava-se que além de milhares de estrangeiros “invadirem” as cidades, juntamente com eles chegavam elementos “mal intencionados” e “perigosos desordeiros”, como os anarquistas e socialistas.

Toda essa exposição tem o sentido de evidenciar que havia um claro sentimento de temor e aversão ao estrangeiro, independente de sua nacionalidade. É muito difícil identificar as raízes de tais sentimentos, porém, a intensificação destes tem relação direta com o crescimento da imigração maciça. As críticas ao sistema imigratório subvencionado aumentavam na medida em que a aversão ao estrangeiro “ingrato” era cada vez mais escancarada nas fontes estudadas. Atacava-se o estrangeiro pela função indevida que este exercia, especialmente quando essa função não cooperava na solidificação da nacionalidade brasileira.<sup>153</sup> A clara aversão ao estrangeiro estaria fundamentada no entendimento que a sociedade brasileira tinha a respeito de sua situação no final do século XIX: os imigrantes pobres, além de não serem brasileiros, chegavam aos montes, não se instalavam nas lavouras e colocavam a cultura nacional, a república, a oferta de trabalho, a ordem e a moralidade das cidades fora da normalidade e do controle nacional.

O imigrante italiano se inseria no grupo genérico dos estrangeiros, mas a sua presença no estado de São Paulo recebia críticas ainda mais ferozes da sociedade receptora. Sendo o grupo mais numeroso da capital do estado, o italiano, pela força do número, era o alvo principal da crítica e da aversão ao estrangeiro nessa localidade.

A aversão ao imigrante italiano passou a receber contornos de verdadeiro sentimento de ódio em momentos em que a Itália abalou a nossa soberania nacional. Ao

---

<sup>153</sup> “Abaixo a Intriga!”, *Correio Nacional*, 25 de junho de 1896.

suspender temporariamente a emigração e ao sugerir enviar esquadras para uma retaliação militar ao Brasil, a Itália teve as relações diplomáticas com o Brasil abaladas em 1896. Ocorria a sétima discussão sobre as já referidas reclamações italianas, em julho de 1896 e debatia-se no Congresso uma nova liberação de verbas para sanar uma longa lista de reclamações de imigrantes italianos envolvendo prejuízos a estes durante a Revolta Federalista e devido à quebra de contratos de trabalho escritos e verbais por brasileiros. A partir desse momento, os estrangeiros passaram a ser descritos como os mais vis inimigos da república e os italianos como os responsáveis pela situação submissa em que se encontrava o Brasil. Ao mesmo tempo, a imigração subvencionada recebia suas críticas mais ácidas e corrosivas:

[Nós] Trazemos aos milheiros esses famintos da Europa, armamo-los no dia seguinte com direitos políticos e mandamos que trabalhem na obra da república que nem sabem o que é, sem ao menos lhes darmos tempo de aprende-los (...)  
O europeu, procedente desses países que *nos abarrotam de cidadãos*, aqui chega monarquista.<sup>154</sup>

Nem mesmo a Lei da Grande Naturalização escapou às críticas dos jacobinos paulistas. A imigração subsidiada era o alvo das críticas porque pressupunha não ser uma imigração *espontânea*, mas que trazia estrangeiros “aos montes”, de países monárquicos, formando uma turba de sujeitos desconhecedores dos “verdadeiros” e “puros” ideais da república.

Julho também foi o mês em que recomeçaram os comícios e *meetings* contra a aprovação do Protocolo. Na Capital Federal, na Bahia, na Paraíba,<sup>155</sup> no estado de São Paulo, na capital deste estado e em algumas cidades interioranas – a exemplo Batatais – circulavam convites públicos às passeatas, às tribunas, aos comícios e à assinatura de moções populares para reprovação das reclamações italianas. Todos esses eventos foram promovidos pelos diretórios central (Rio de Janeiro) e locais (São Paulo e interior) do PRN, quando a crítica aos estrangeiros se acidificava e ainda agregava críticas ao presidente Prudente de Moraes, ao chefe do Partido Republicano Federal (PRF) – Francisco Glicério –

---

<sup>154</sup> “A República e os estrangeiros”, *Correio Nacional*, 19 de julho de 1896.

<sup>155</sup> As referências a alguns locais onde ocorreram os conflitos podem ser encontradas em: Mensagem do Presidente do Brasil Prudente de Moraes ao Congresso Nacional de 3 de maio de 1897, *Center for Research Libraries*, 1897, p.94. Disponível em: [www.crl.edu/pt-br/brazil](http://www.crl.edu/pt-br/brazil).

e ao ministro das Relações Exteriores, vistos como responsáveis por entregar a soberania brasileira nas mãos da arbitragem italiana. Para os jacobinos, o único bem que os “prostituidores da república” almejavam, isto é, os oligarcas e os federalistas, era o bem “particular”, “pessoal” e nunca o “bem público”.<sup>156</sup>

Uma série de poemas satíricos assinados somente pelas iniciais C.M., foi publicada nesse mesmo jornal durante todo o mês de agosto até a segunda semana de setembro de 1896. O título – “Alfinetadas” – obviamente sugere provocação “bem humorada”, mas dolorida, e encabeça ofensas ao imigrante italiano que era o alvo das alfinetadas.

#### Alfinetada

##### I

(um poeta demonstra que o enorme bigode  
de um rei serve para alguma coisa)

Um italiano dizia:  
‘Ah Menelik, tua morte  
À força está destinada:  
Na derradeira agonia,  
Verá a Itália ser forte,  
Verei a Itália vingada...’

Um negro, ouvindo-o abismado,  
Diz: ‘Ó Menelik, de certo,  
Poderá ser enforcado:  
Tendo o pescoço amarrado  
Com o bigode de Humberto...’<sup>157</sup>

##### II

(Em que se fala sobre a indenização  
de um cadáver italiano)

Assim os vermes falaram,  
Quando na cova lançaram  
Um italiano sombrio:  
‘Se é moda a indenização,  
Nós que, em livre reunião,  
Com tal gosto e sangue frio,  
Um italiano comemos?’

\_ Vá lá, disse um, que paguemos.  
Mas somos tão desgraçados  
Que, além de pagar, morremos  
De tal carne... envenenados!<sup>158</sup>

<sup>156</sup> “Da Capital”, *Correio Nacional*, 28 de agosto de 1896.

<sup>157</sup> “Alfinetada”, *Correio Nacional*, 14 de agosto de 1896. As iniciais C.M. provavelmente são de Cunha Mendes.

<sup>158</sup> “Alfinetada”, *Correio Nacional*, 19 de agosto de 1896.

### III

(Em que se fala sobre o pé formidável  
d'uma italiana)

Não há medida – oh surpresa!  
Em todo o sistema métrico  
Que meça a imensa grandeza  
Desse seu pé quilométrico.<sup>159</sup>

### IV

(Em que se fala sobre a indenização  
d'uma italiana rasgada)

Um brasileiro malvado  
Machucou-me de tal modo  
Que o meu corpo delicado  
Está rasgado de todo...  
Pois por tal machucação  
E por dores tão cruéis,  
Reclamo a indenização  
Que é só de sessenta réis!<sup>160</sup>

Nos versos acima, encontram-se críticas à desabonada monarquia italiana, ao seu exército fracassado na Abissínia pelo líder Etíope Menelik, referências às indenizações italianas que deveriam ser pagas pelos brasileiros cansados de subsidiar a imigração, a qual atrapalhava a própria sorte do elemento nacional. Por último, evidenciam-se alfinetadas misóginas às italianas, descritas como pouco bonitas e nada donzelas... Diante disso, quais motivos justificariam colocar o *italiano* – ou a italiana – como o alvo de linguagem e ação tão violentas?

Além dos dados estatísticos que demonstravam a força dos números da imigração italiana, outros relatos e percepções próprios de italianos que passaram pelo Brasil na década de 1890 são importantes para a construção da resposta.

Em *Italia e Italiani in Brasile. Note e Appunti*, publicação de 1897, o autor Filippo Ugolotti fez apontamentos sobre seus três anos de viagens pelo Brasil e sobre os dez anos em que morou em São Paulo. Em sua obra, há a construção de uma argumentação imigrantista, com foco em incentivar e orientar a grande imigração de italianos para o estado de Minas Gerais. Mesmo assim, percebe-se que o autor acabou apontando, indiretamente, os problemas do imigrante e da imigração para São Paulo.

---

<sup>159</sup> “Alfinetada”, *Correio Nacional*, 02 de setembro de 1896.

<sup>160</sup> “Alfinetada”, *Correio Nacional*, 06 de setembro de 1896.

Este autor evidenciou três causas principais que concorreriam para que o imigrante italiano fosse “mal compreendido” pelos brasileiros: 1) o número exuberante de imigrantes em toda a América; 2) a concorrência no mercado de trabalho e 3) a falta de preparo e de conhecimento dos emigrados antes da travessia do Atlântico.<sup>161</sup>

A primeira causa é esclarecida por meio de dados sobre a presença italiana na cidade de São Paulo. Em 1897, eram 60 mil de uma população de 150 mil habitantes. O autor enfatizou, ainda, que as outras nacionalidades também ajudavam a sobrepor esse número ao de nacionais.<sup>162</sup> No Rio de Janeiro, a situação era diversa, pois havia apenas, aproximadamente, 17 mil italianos trabalhando.

A segunda causa é argumentada na tentativa de se traduzir o pensamento de muitos brasileiros sobre a presença dos italianos. Aqueles não compartilhavam as idéias imigrantistas do governo, tampouco aprovavam o pagamento de milhares de contos de réis

“para chamar tanta gente, ainda mais que a crise é difícil e os ganhos e o trabalho são também escassos e difíceis. ‘O que vem então fazer toda essa gente? Se falta trabalho para nós, como pode ser isso? (...) vêm tomar uma parte de terra, de trabalho, de ganhos que são nossos’”.<sup>163</sup>

Em sua percepção, Ugolotti opôs ainda as *idades* às *lavouras*, dualidade presente na grande imprensa paulista e também no periódico trabalhado, *Correio Nacional*. O autor aponta que os imigrantes aqui chegados eram, na maioria, operários, alfaiates, sapateiros, pedreiros e buscavam se fixar nas capitais e nos grandes centros urbanos, concorrendo com a mão-de-obra nacional<sup>164</sup> e barateando os salários para os patrões, que acabavam preferindo o italiano ao nacional. Nos campos a concorrência era bem limitada e quase não atingia o “verdadeiro trabalhador rural”, porque as áreas agrícolas eram imensas e os trabalhadores rurais escassos, o que não ocorreria nas cidades, onde se concentravam os brasileiros.<sup>165</sup> O autor identificou, portanto, uma maior “antipatia” aos italianos nas cidades

---

<sup>161</sup> UGOLOTTI, Filippo. *Italia e Italiani in Brasile. Note e Appunti*, São Paulo: Typografia Riedel e Lemmi, 1897, p. 19.

<sup>162</sup> Ibidem, p. 27. Ausonio Latini, em *La Questione Italiana al Brasile*, indicou a proporção de 1 italiano para 3 brasileiros na cidade de São Paulo para o ano de 1897.

<sup>163</sup> UGOLOTTI, Filippo. *Italia e Italiani in Brasile. Note e Appunti*, São Paulo: Typografia Riedel e Lemmi, 1897, p.20. Ver também o seguinte trecho à p.74: “Non è lui che paga tutta questa carne del vecchio mondo? Non è quindi roba sua? Ecco Il imbrione, La ragione per La quale gli americani in generale (...) si mostrano cogli emigranti insensibile, freddi, indifferenti.”

<sup>164</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 20.

e menor antipatia nas áreas rurais por motivos de concentração demográfica dos brasileiros nos centros urbanos, onde prestavam serviços, empregavam-se em pequenas manufaturas e acabavam por concorrer com os imigrantes.

Com relação à falta de preparo do emigrante, a culpa era atribuída ao sistema de imigração subvencionada que não conseguia controlar toda a política de propaganda e contratação de trabalhadores, permitindo que “mal intencionados” lucrassem a custo das viagens de quaisquer italianos, inclusive de muitos “maus elementos” e de outros que nem mesmo estariam capacitados para trabalhar na lavoura cafeeira:

São desses infelizes que as capitais e os grandes centros são povoados, e, quando não se dirigem à vadiagem, terminam por se adaptarem a qualquer vil ocupação.<sup>166</sup>

Nas cidades, portanto, conviviam a aversão ao estrangeiro genérico, a antipatia e o desprezo ao imigrante italiano. Eram numerosas as manifestações violentas contra a presença dos imigrantes italianos e excediam também marginalizados, arruaceiros e miseráveis vindos da Itália – os chamados pelos jacobinos do *Correio Nacional* de “lazzaroni”.<sup>167</sup> Segundo Ugolotti, “Se fosse necessário dizer que os italianos, como coletividade, gozam de grande simpatia no Brasil, seria dizer coisa contrária à verdade”.<sup>168</sup> É possível, portanto, arrolar todos esses elementos apontados por um contemporâneo italiano, não jacobino, para compreender os ressentimentos e as motivações que culminaram na ação nativista violenta contra o imigrante italiano em São Paulo.

Questões políticas também não podem ser desconsideradas. Identificou-se que o paulista genérico é claramente descrito por Ugolotti – e também por outras testemunhas – como um elemento segregador dos estrangeiros nas áreas da administração pública e da política, e como um sujeito que não respeita o imigrante italiano, lançando mão de política violenta.<sup>169</sup> O grupo jacobino do estado de São Paulo teve sua base social identificada por

---

<sup>166</sup> Ibidem, p. 102.

<sup>167</sup> “Resta-nos agora no nosso patriotismo de Brasileiros não deixar que esses *lazzaroni* se apoderem da *terra de bandeirantes* a quem devem o seu progresso e engrandecimento”, em: “A Questão do Protocolo”, *Correio Nacional*, 06 de setembro de 1896.

<sup>168</sup> UGOLOTTI, F. Op. Cit., p. 17.

<sup>169</sup> Ibidem, p. 09.

paulistas militares, advogados e “profissionais de todos os gêneros”, todos nacionalistas de “orgulho jacobino”, que tendiam a ver o estrangeiro como um inimigo aproveitador:<sup>170</sup>

[No Brasil] a palavra *estrangeiro* é frequentemente jogada na cara como sinônimo de inimigo e de intruso a qualquer um que se interesse ou se ocupe de algo do país.<sup>171</sup>

Ausonio Latini foi outro observador italiano que publicou obra a respeito da “fornalha política” e social que tomou conta da vida dos italianos na década de 1890. Em *La Questione Italiana al Brasile* – obra finalizada em 27 de setembro de 1896, portanto, depois dos incidentes em São Paulo e antes da finalização da Questão dos Protocolos Ítalo-Brasileiros – percebe-se novamente uma forte defesa da imigração subvencionada, mas agora com grande preocupação em amenizar os conflitos e diminuir os efeitos das críticas relativas à concorrência no mercado de trabalho supostamente trazida pelos italianos. Para obter êxito em sua empreitada, Latini procurou desconstruir toda a questão (*vertenza*) político-partidária de seu tempo para, assim, esvaziar as causas apontadas por Ugolotti sobre as numerosas manifestações anti-italianas. Preocupou-se, primordialmente, em examinar o “ambiente político”, o conteúdo e os significados de tanto combate na ocasião dos Protocolos.

Seus primeiros argumentos tiveram a seguinte tônica: os tristes fatos de agosto de 1896, em São Paulo, não teriam tido nenhuma relação com questões da imigração, mas sim com forças políticas daquele momento, pois os ódios violentos seriam oriundos das “paixões políticas” e das ações esperançosas dos monarquistas, o que teria reacendido a agitação política e popular nos cenários paulista e nacional.<sup>172</sup> Sendo assim, a imigração teria influenciado apenas na criação de um ambiente político propício aos exageros e radicalismos, tanto da parte italiana (que na imprensa compatriota teria exagerado as dificuldades do imigrante) quanto da parte brasileira (que teria aumentado o número de populares presentes nos meetings anti-italianos).<sup>173</sup>

---

<sup>170</sup> Ibidem, pp.10 e 18.

<sup>171</sup> Ibidem. Esta é a tradução da nota 1 do autor citado, p.18.

<sup>172</sup> LATINI, Ausonio. *La Questione Italiana al Brasile*, Rio de Janeiro, 1896. Série de fac-símile *Bibliolife old Books*, British Library.

<sup>173</sup> Ibidem, p.07.

Há muita coerência na preocupação e exposição de Ausônio Latini, as quais se encontram com o desenvolvimento inicial deste trabalho. Para compreender a mencionada “fornalha política”, agora a história da república deve se voltar para o dia 3 de novembro de 1891, quando Deodoro ordenou o fechamento do Congresso sobre o pretexto de ameaça política restauradora. Iniciou-se o primeiro estado de sítio republicano, justamente para o presidente evitar a possibilidade de um *impeachment*. A essa altura, estava Deodoro da Fonseca, juntamente com Henrique Pereira Lucena (Barão de Lucena) compondo novo ministério para articular forças políticas resistentes aos confrontos oligárquicos pelo poder.

A oposição a Deodoro da Fonseca e ao ministério de Lucena foi reativa à tentativa de golpe militar deodorista. Com o vice-presidente Floriano Peixoto, parte da oposição se agrupava no partido *nativista* (ou jacobino), o qual já existia há algum tempo na sociedade brasileira.<sup>174</sup> Formado inicialmente pela mocidade que saía do Ateneu e se espalhava pelo Rio de Janeiro para os combates contra a Marinha, o jacobinismo foi ganhando os oficiais do exército como adeptos – os “responsáveis” pela “vitória” da república – e acabou excedendo patriotismo. Depois da morte de Floriano, grande parte do oficialato aparecia “em todas as ocasiões disposto a encorajar as tendências chauvisnistas do jacobinismo e, nem sempre envolvido com o governo, ostentava com impulso vivo e ardor próprio de quem fazia carreira militar, seus sentimentos soberbos e desdenhosos diante dos países estrangeiros e das colônias estrangeiras aqui estabelecidas”.<sup>175</sup>

Àquele tempo, Exército e Marinha – sob liderança de Floriano Peixoto e Custódio de Melo -, os outros estados e os republicanos radicais de São Paulo resistiram à reforma ministerial lucenista. Tramava-se a deposição de Deodoro<sup>176</sup> e o enfraquecimento do grupo deodorista radical, planos estes que ganhavam força com as agitações federalistas do Rio Grande do Sul. De 1891 a 1895, quando decorreram a Revolução Federalista no sul e a Revolta da Marinha no Rio, o que a população assistia era a um jogo de manipulações em que os antigos propagandistas da república, o Exército, a mocidade e os nacionalistas

---

<sup>174</sup> LATINI, Ausonio. *La Questione Italiana al Brasile*, Rio de Janeiro, 1896. Série de fac-símile *Bibliolife old Books*, British Library, pp.10-12.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p.13.

<sup>176</sup> Deodoro da Fonseca renunciou em 23 de novembro de 1891.

radicais estavam a defender a autoridade governativa sob o pretexto de se manter a “suprema saúde da pátria”.<sup>177</sup>

Em 1892, as supostas “ameaças monarquistas” da agitação política daquele momento fizeram com que os eventos anti-italianos de Santos e de São Paulo fossem relacionados ao fato do então cônsul italiano Conde Rozwadoski<sup>178</sup> ser adepto resoluto do regime monárquico. A oposição “república” *versus* “monarquia” atrapalhava a diplomacia entre o Brasil e a Itália, mas não era suficiente para explicar as motivações políticas mais profundas.

A força jacobina do momento era anti-deodorista. Utilizava da ação violenta e aproveitava a conjuntura política no jogo das articulações. Os *inimigos* da república, portanto, foram *construídos* sobre o tripé de oposição a Deodoro da Fonseca, aos monarquistas e ao Partido Republicano Federal (a partir de 1893).

A intensa oposição a Deodoro formou grupos diversos que disputavam o dirigismo da república. Naquele momento, venceu o grupo de Floriano, não sem alianças às oligarquias cariocas e paulistas e à movimentação monarquista. A Primeira Revolta da Armada (1891), por exemplo, entrou para a história como um movimento integrante na conspiração monarquista para a derrubada da república, mas, na realidade, “representou (...) um elemento dentro do conjunto de forças que se opunham a Deodoro”.<sup>179</sup>

Vieram as batalhas jurídicas e a campanha da legalidade, a substituição dos governadores que haviam apoiado Deodoro da Fonseca, repressão, desterro aos opositoristas e a morte de Deodoro em agosto de 1892. Enquanto isso, Floriano Peixoto

---

<sup>177</sup> LATINI, Ausonio. *La Questione Italiana al Brasile*, Rio de Janeiro, 1896. Série de fac-símile *Bibliolife old Books*, British Library, p.11.

<sup>178</sup> Rozwadoski foi substituído em 1893 por Giosué Notari (antes vice-cônsul). Este foi substituído ainda pelo cônsul Conde Copans de Brichanteau, transferido de Porto Alegre para São Paulo, quando as reclamações italianas já estavam pendentes. Ver essa informação em: LATINI, A. Op. cit. p.15.

<sup>179</sup> ARIAS NETO, José Miguel. “A Revolta da Armada de 1893: um fato construído”, p. 134. In: OLIVEIRA, Cecília H. de Salles; PRADO, Maria Lígia C.; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.) *A história na política, a política na história*, São Paulo: Alameda, 2006. O autor frisa o fato de que a historiografia dispensou-se de analisar a participação da oficialidade naval na política e que por isso entendeu pouco sobre os governos militares do início da república. Arias Neto explica ainda que o “mito florianista e jacobino de uma Armada monarquista, criado no momento da Revolta de 1893, manteve-se na memória e na historiografia política brasileira. Isto ocorreu porque a noção de ‘ordem’ que articula o discurso do poder foi incorporada pela historiografia”, criando um consenso sobre o passado e deixando o dissenso para as anedotas e para as curiosidades marginais sobre esse passado, p.161.

governou até 1893 com apoio incondicional do próprio Custódio de Melo,<sup>180</sup> quando enfim se iniciou o governo pessoal do “Marechal de Ferro”.

Em abril de 1893, fundava-se o Partido Republicano Federal, como reflexo da oposição que então se articulava contra o governo florianista, especialmente no Rio Grande do Sul. Simultaneamente, clubes jacobinos propunham a reeleição de Floriano Peixoto, o “Consolidador da República”. “Os adversários do governo passaram a estimular uma revolta dos oficiais da Armada, único caminho, em seu entender, para derrubar o presidente. Enquanto conspiravam com os militares, terçavam uma batalha jurídico-política com o governo em torno do caso Wandenkolk”.<sup>181</sup> Estavam lá as bases para a Revolta da Armada de 6 de setembro de 1893, a qual uniu os federalistas contra Floriano e contra o jacobinismo.

Ausonio Latini estava certo quando considerou ser evidente que outras paixões cozinham na *fornalha política*, pois eram “neste ponto [que] estavam as coisas quando vieram os fatos de São Paulo”,<sup>182</sup> as violências contra os imigrantes italianos em Santos, no Rio, Paraíba e na Bahia. O radicalismo jacobino buscava conquistar todo o espaço possível na política e na vida social. Mesmo com a morte de Floriano Peixoto (1895), já com o grupo enfraquecido, buscou manter a coerência de suas ações violentas contra seus “inimigos”. E as longas contendas da imigração subvencionada e dos Protocolos teriam redimensionado a animosidade política.

Latini só não estava correto quando descreveu as manifestações anti-italianas, desde 1892, como uma sequência de “infelizes coincidências” que agravaram a situação do ambiente político.<sup>183</sup> As violências contra os imigrantes italianos tiveram relação intrínseca com diferentes motivações e com as disputas republicanas de 1889 a 1900 e não podem ser reduzidas a acidentais e infelizes coincidências.

Certa vez, o literato Raul Pompéia idealizou o programa de um partido que foi fundado no Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1896. Trata-se do Partido Republicano Nacional (PRN) e essa data ficou documentada por meio da publicação do Manifesto onde

---

<sup>180</sup> Ibidem, p.142.

<sup>181</sup> ARIAS NETO, José Miguel. Op. cit., p.156.

<sup>182</sup> LATINI, A. Op. cit., p.39.

<sup>183</sup> Ibidem, p.18.

correligionários declaravam aversão ao princípio federativo, à imigração subvencionada, ao ensino primário em línguas estrangeiras, à lei da Grande Naturalização e à presença de estrangeiros no funcionalismo estatal. Promoviam a regeneração do serviço militar e a confirmação da independência da classe nacional dos funcionários públicos. Este partido florianista colocou-se ainda como o “vigilante” da república, capaz de defendê-la das “ameaças monárquicas” e das conciliações políticas dos civis oriundas da atividade do campineiro Francisco Glicério e de seu partido (o PRF) e concretizadas durante a presidência de Prudente de Moraes, também do Partido Republicano Federal.<sup>184</sup>

Fundados os pilares do jacobino Partido Republicano Nacional, foram organizados centros locais em outros estados, assim como na cidade de São Paulo. Também nesta cidade, sabe-se que estes jacobinos queriam ver os imigrantes restritos nos trabalhos da terra e de ofícios, sem luz na vida civil, sem direito de participação política<sup>185</sup> e, de preferência, vivendo longe das cidades.

Os “nacionais”, os “verdadeiros republicanos”, os nativistas, buscavam ampliar a influência em todas as esferas da política e da diplomacia por meio dos mesmos instrumentos de ação do próprio movimento jacobino. É o caso de Érico Coelho que era um

representante do jacobinismo superlativo do momento, [e] pronunciou, no dia da chegada do diplomata português [Thomaz Ribeiro], um discurso escandaloso [na Câmara dos Deputados], em que coisas tão sérias e de tão alto interesse, como fossem as relações luso-brasileiras (...) foram tratadas de modo grotesco (...) [e] cantou os versos (...) de uma canção de revista:

*Chegou, chegou, chegou  
Chegou, agora mesmo...*

Uma coisa lamentável. A tudo isso, entretanto, se devia dar desconto do muito que devia correr por conta da oposição florianista ao governo de Prudente de Moraes.<sup>186</sup>

---

<sup>184</sup> BRASIL, Partido Republicano Nacional, *O Manifesto de 12 de fevereiro de 1896*, In: *Correio Nacional*, 11 de outubro de 1896.

<sup>185</sup> LATINI, A. Op. cit. p. 13.

<sup>186</sup> OTÁVIO, Rodrigo. *Minhas Memórias dos outros*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 1ª série, p. 170. Nessa ocasião, os jacobinos paulistas incentivaram *meetings* contra os portugueses e a vinda do poeta e diplomata português Thomaz Ribeiro, por terem entendido que este teria sido pouco respeitoso às mulheres brasileiras em seus poemas. Houve muito tumulto e prisões. Thomaz Ribeiro não deixou a vez aos jacobinos e publicou novo poema, em Lisboa, em resposta provocativa ao deputado Érico Coelho:

“Volto às brasílias plagas,  
Volvo à terra que idolatro,  
Visitar as moças-magas...  
Fazer... o diabo a quatro.

Serzedello Corrêa, outra figura da alta política nacional, atuou na Câmara dos Deputados lançando um projeto de lei para a expulsão de estrangeiros, onde propunha: “Art.1º. Todo o estrangeiro pode ser expulso do território brasileiro, quer esteja ou não sob proteção de um tratado, quer esteja de passagem ou estabelecido a longos anos no país e aí possua bens, desde que por motivo de ordem pública assim o entenda convenientemente o governo federal”.<sup>187</sup>

Além do chamado “jacobinismo popular”, parte do movimento jacobino que objetivava o apoio das camadas populares e defendia a melhoria das condições de vida e a moralização política,<sup>188</sup> também grupos acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo, jovens do Curso Anexo à Academia e da Escola Politécnica se envolveram no jacobinismo paulista e se responsabilizaram pela organização e impressão do próprio *Correio Nacional*. É preciso lembrar, porém, que o bacharelismo era criticado pelo jacobinismo de outras regiões do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Por isso, “os bacharéis sabe-tudo”, os

---

Na Europa já tudo é clássico,  
Godo, ou grego, ou medieval;  
Só na jovem doida América  
Há carnaval- carnaval!

E do Amazonas ao Prata,  
Do Recife a Diamantina,  
Há tanta moça divina  
E de olhar que prende... e mata,

Que, por seus ares olímpicos,  
Dir-se-iam – Deusas do Amor, -  
Se um positivista – *in partibus* –  
Não fosse um inquisidor.

Mas com tais, tantos enleios,  
Feitos de tão fina essência...  
Éricos, tende paciência!...  
Sois tão feios! Ai ! tão feios!...

Se um dia o divórcio empresta-vos  
Luz que o siso vos roubou,  
Trepai à tribuna, eméritos,  
E cantai: \_ Chegou, chegou”.

<sup>187</sup> O projeto foi aprovado no mês de agosto de 1896. “Expulsão de Estrangeiros”, Ver *Correio Nacional*, 14 de agosto de 1896.

<sup>188</sup> “Jacobinismo popular” é um termo utilizado por Edgar Carone e Lincoln Penna para designar a ala do movimento que não participava diretamente da cultura letrada e da política institucional.

“graduados diretores dos negócios da nação”, ou, os “verdadeiros criadores de problemas”<sup>189</sup> eram os adjetivos atribuídos aos bacharéis do Brasil, criticados pelos radicais da república por serem representantes dos grupos liberais conservadores. Porém, no caso de São Paulo, a presença de certos bacharéis nos comícios e tribunas jacobinas constituía uma característica particular e denotava a presença de um importante elemento para a compreensão da composição social do jacobinismo paulista.

A mocidade estudantil era uma parte do grupo jacobino de São Paulo. Mesmo sendo composta por estudantes de escolas civis, estudantes do curso de Ciências Sociais e Jurídicas de São Paulo, da Escola Politécnica e de cursos preparatórios, a maioria era formada por “futuros bacharéis” que criticavam o chamado “bacharelato político” da “ditadura constitucional” do “bacharel Prudente” o qual, segundo os jacobinos, fazia de grande parte da Câmara dos Deputados a chamada “sala do café”.<sup>190</sup>

Estes específicos bacharéis paulistas eram os glorificados “acadêmicos de direito” de São Paulo, a “brilhante mocidade da *tradicional* Faculdade de Direito de São Paulo”, os “vigilantes” e “defensores” da república, responsáveis pelo “nosso país [desde 1827] conquistar a sua emancipação intelectual, inaugurando os cursos jurídicos, e daí para cá os nossos patrícios não precisaram mais ir mendigar no estrangeiro os conhecimentos de ciências sociais e jurídicas que até então só Coimbra nos fornecia”.<sup>191</sup>

Os jacobinos paulistas apelavam muito pelo apoio dos jovens da cidade e do estado de São Paulo. Diziam que a juventude havia substituído a monarquia e que eram os jovens capazes de fortalecer a república porque estes não tiveram em sua educação as tradições monarquistas do passado. Acrescentavam, ainda, ser “tolice por em dúvida que seja republicana a maioria do povo brasileiro, quando é incontestável que a mocidade o é naturalmente muito maior que o grupo de velhos, entre os quais, além disso, se encontram republicanos em número não pequeno”.<sup>192</sup>

Os nomes dos acadêmicos organizadores dos *meetings* anti-italianos de agosto de 1896 também estavam estampados nas páginas do jornal jacobino *Correio Nacional*: Dario

---

<sup>189</sup> Termos selecionados por June Hahner, em *Pobreza e Política*, p. 151.

<sup>190</sup> “De Vento em Popa”, *Correio Nacional*, 20 de junho de 1896.

<sup>191</sup> “Festa Acadêmica”, *Correio Nacional*, 14 de agosto de 1896.

<sup>192</sup> “A República e os estrangeiros”, *Correio Nacional*, 19 de julho de 1896.

Ribeiro, Francisco de Castro Júnior, Evaristo de Oliveira, Albano Reis, João Telles Rudge, José Maria Whitaker, Raul Cardoso de Mello, Augusto de Carvalho Aranha e Afonso Borges, por exemplo.<sup>193</sup>

Além da mocidade acadêmica, outras figuras estavam ligadas ao PRN e ao referido jornal, como Henrique Cancio, Alcides Cruz, o coronel Francisco de Paula Xavier Toledo, o major José Xavier Pinheiro, Antônio Manuel Bueno de Andrada e Américo de Albuquerque.<sup>194</sup> Percebe-se também que muitos membros do partido eram oriundos das patentes militares e da vida política paulista urbana, dissociada dos grupos agrícolas do estado.

Há ainda uma relação interessantíssima dessa mocidade urbana com a tradição atribuída aos abolicionistas do estado de São Paulo. Neste caso, até mesmo a Faculdade de Direito de São Paulo tem a credibilidade abolicionista construída historicamente por ter “tradicionalmente” defendido a república e a liberdade, desde os tempos de Luís Gama e Castro Alves e também com a atuação de Carlos Garcia, Paula Novais, Júlio Mesquita, Antônio Bento e Raul Pompéia.

Antonio Manuel Bueno de Andrada, nascido na cidade de São Paulo em 22 de janeiro de 1857 (falecido na cidade do Rio de Janeiro em 17 de junho de 1941), deixou relatos sobre os momentos em que, jovem, atuou no abolicionismo e em prol da república. Formou-se engenheiro civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1880, quando retornou à cidade de São Paulo. Foi um grande propagandista da abolição e da república da década de 1880 e organizou oposição a Deodoro da Fonseca na época do golpe de estado, quando passou a ocupar o cargo de deputado provincial entre 1892 e 1894 e, de 1895 a 1902, foi representante de São Paulo na Câmara Federal.<sup>195</sup>

---

<sup>193</sup> Os prontuários dos alunos estão disponíveis no Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo (USP) e possibilitam inferir que Raul Renato Cardoso de Mello, João da Silva Telles Rudge, José Maria Whitaker e Evaristo Pinheiro de Oliveira passaram pelo Curso Preparatório anexo à Faculdade antes de serem matriculados ao Curso de Direito, e que tinham em 1896 entre 18 e 23 anos. Albano Drummond Reis era de Curitiba e Francisco de Castro Júnior do Rio de Janeiro, e não fizeram curso preparatório em São Paulo.

<sup>194</sup> Ao todo, 84 nomes relacionados ao jornal e ao movimento jacobino (paulista ou brasileiro) foram citados ao longo dos números disponíveis do *Correio Nacional*. Seria interessante em pesquisas futuras, fazer uma ampla busca nos compêndios histórico-biográficos para saber mais sobre a atuação dessas personagens e as relações entre radicalismo republicano, o militarismo e abolicionismo paulista.

<sup>195</sup> ANTONIO MANUEL BUENO DE ANDRADA. In: MELO, Luis Correia de. *Dicionário de Autores Paulistas*, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

Em 13 de maio de 1918, Bueno de Andrada escreveu um texto sobre a abolição em São Paulo para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Nele assertou claramente que, mesmo depois da “clemente lei”, “nunca, porém, os verdadeiros abolicionistas, os intransigentes, deram por completamente atingidos seus fins humanitários, com a certeza de que nem mais um só brasileiro nasceria escravo”.<sup>196</sup>

Percebe-se que esta personagem histórica utilizou as mesmas significações radicais jacobinas para os termos “verdadeiro” e “intransigente” e valorizou toda a ação republicana e abolicionista radical. Para ele, também nas décadas de 1870 e 1880, muitos paulistas eram partidários da “boa causa”, mas poucos se dedicavam a ela de modo “prático”.<sup>197</sup> Em seu artigo, glorificou seu passado por ter conhecido pessoalmente Luís Gama e ter se relacionado com os “bons homens” que com Gama trabalhavam nas alforrias, conhecendo, portanto, a “maior parte do elemento genuinamente abolicionista”.<sup>198</sup> Depois da morte de Luís Gama, Bueno de Andrada também se tornou companheiro de Antonio Bento e do grupo dos caifazes, os quais teriam se destinado a condensar a agitação popular em torno da extinção da escravidão.

Afinal, o que Bueno de Andrada tem a ver com as relações entre o abolicionismo e o republicanismo radical das décadas de 1880 e 1890? O *Correio Nacional*, juntamente com os jacobinos paulistas das manifestações anti-italianas, deram públicos “vivas” aos deputados Nilo Peçanha, Medeiros e Albuquerque e ao próprio Bueno de Andrada,

---

<sup>196</sup> ANDRADA, Antonio Manuel Bueno de. “A abolição em São Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, LXXVII, 1941, p.261.

<sup>197</sup> *Ibidem*, p.261.

<sup>198</sup> *Ibidem*, p.263. A partir dessa parte de seu texto, o autor passa a citar nomes de abolicionistas paulistas com quem teve contato, como Pedro de Oliveira Santos (“Pedro Considerações”), Albino Soares Bairão, Justo Nogueira de Azambuja, coronel Vasconcelos, Liberalino de Albuquerque, Lyrio e José Firmino, tenente Antonio Arcanjo Dias Batista, oficiais paulistas do Exército como Manuel Eugênio Ramalho, coronel Andrade Vasconcelos, dr. Mateus Marques de Moura Leite, tenente Leite Sobrinho. Outros nomes ainda são arrolados por Bueno de Andrada como “fervorosos abolicionistas”: José Mariano Garcia, Francisco Marques (“Chico Dourador”), dr. Antonio Bento de Souza e Castro, Antonio Bento e seus auxiliares de nome Valentin Kinz, Teodoro João de Castro, Artur Carlos, Casemiro Corrêa Pinto, Bento Soares de Queiroz (“Bento Ventania”), os tipógrafos Pedro Braga, Pedro Arbues e outros moços como Gabriel Prestes, Hipólito da Silva, Vieira de Almeida, Antônio Da Veiga Cabral, João Cândio, dr. Antônio Muniz de Souza. Os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo também tiveram seus nomes arrolados no artigo, foram eles: Carlos Garcia, Paula Novais, Júlio Mesquita, Raul Pompéia. Os comerciantes Abílio Soares, Costa Moreira, Luís Labre, João Cândido Martins e, dentre muitos outros nomes, destaco por último o nome do major José Xavier Pinheiro.

especialmente por este ter sido o único paulista a votar contra os protocolos em agosto de 1896.<sup>199</sup>

Não só é possível retomar toda a simbologia que a figura de Bueno de Andrada remetia aos jacobinos, mas também a recorrente associação direta entre os radicalismos dos “verdadeiros republicanos” e o passado abolicionista, bem como menções a outras figuras públicas do período republicano que haviam se ligado aos movimentos políticos da década de 1880.

Naquela época, “A onda avassaladora das idéias abolicionistas rapidamente inundou o coração e mente dos habitantes da cidade de São Paulo e rapidamente da cidade de Santos”.<sup>200</sup> E agora é nesta cidade portuária que os olhos de Clio descem âncoras, justamente onde o Quilombo do Jabaquara recebeu os negros libertos e fugidos com auxílio dos caifazes de Antonio Bento. Também foi lá que atuou o major José Xavier Pinheiro. Sabe-se sobre esta personagem histórica apenas que ela compôs a diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida, fundada em 21 de abril 1888 para cuidar dos menores órfãos da cidade por ocasião da febre amarela<sup>201</sup> e que, durante a década de 1880, atuou como um dos homens mais influentes no abolicionismo santista, também atrelado ao grupo de Antonio Bento. Passou a viver no Rio de Janeiro na década 1890, quando foi correspondente desta cidade para o referido jornal *Correio Nacional*. Foi autor de obras biográficas como *Leôncio Correia*, *Francisco Otaviano* e *Marechal Floriano, o Consolidador da República*.<sup>202</sup>

No *Correio Nacional*, Xavier Pinheiro era o autor da seção “Da Capital”, onde, a partir de julho de 1896, possuía espaço para informar o público paulista sobre o andamento

---

<sup>199</sup> *Correio Nacional*, ver dias 14/08 e 28/08/1896. Segundo Ausonio Latini, em *La Questione Italiana al Brasile*, à página 37, sabe-se que o Protocolo foi aprovado em primeira leitura por 97 votos de maioria paulista contra 64 votos, significando forte oposição à aprovação das reclamações italianas.

<sup>200</sup> ANDRADA, A. M. B. Op. cit., p. 266.

<sup>201</sup> TRINDADE, Laércio. Histórias e Lendas de Santos. Santos em 1902. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300v14.htm>. Acesso em 27/08/2010.

<sup>202</sup> June Hahner, em *Relações entre civis e militares no Brasil*, à página 94, também se deparou com a falta de dados biográficos relativos a quase todos os oficiais, o que dificulta a consubstanciação das contendas em torno dos laços entre o Exército e as classes médias ascendentes. Para aprofundamento desta questão, ver também artigo de LUZ, Nícia Villela. “O Papel das Classes Médias Brasileiras no Movimento Republicano”, *Revista de História*, nº 57, 1964.

da política na Capital Federal, sobre a influência do jacobinismo carioca e sobre questões que alimentavam o radicalismo republicano e o florianismo.

No dia 29 de julho foi publicada uma carta de sua autoria, com uma história “assustadora”: causou susto aos radicais por razões políticas próprias do jacobinismo e assusta o leitor de hoje pela violência impositiva e objetiva dos jacobinos daquele momento:

Em Todos os Santos (...) existe uma escola de meninas mantida pela Prefeitura Municipal.

A professora, que dirige a tal escola, dizem que é uma senhora inteligente, simpática, conhecedora das ciências e artes e de todos os serviços manuais e ginásticos. Há pouco foi visitar a escola mantida pela Prefeitura o inspetor escolar do distrito que quis saber em que pé andavam as coisas: o adiantamento das meninas. E começou a fazer perguntas sobre geografia, indagando as capitais dos estados da República do Brasil.

\_ Nenê, qual é a capital do Espírito Santo?

\_ Vitória.

\_ E do Ceará?

\_ Fortaleza.

\_ E do Rio Grande do Sul?

\_ É Porto Alegre.

\_ E... e de Santa Catarina?

\_ Desterro, sim senhor!

\_ Desterro? Pois a menina não sabe que a República mudou o nome da capital para Florianópolis como homenagem àquele que constitui a glória da República e que representa a vitória de uma idéia e que nós devemos amar como a Deus?

\_ A nossa professora não nos ensina assim, diz que é Desterro!

O inspetor (...) fez ver à *mestra* que ela fazia mal em não ensinar o que estava adotado e pediu-lhe para que não continuasse a *professar* daquele modo: a capital de Santa Catarina era *Florianópolis* e não *Desterro*. (...)

No dia seguinte, duas meninas, duas alunas da mesma escola, conversavam em voz alta:

\_ Qual é a capital de Santa Catarina?

\_ *Florianópolis*!

\_ Não é, não é! É Desterro!

Nisto, pé ante pé, aproxima-se a *provecta professora* e diz às meninas:

\_ Enquanto eu for diretora desta Escola, a capital do estado de Santa Catarina será sempre: \_ DESTERRO! Florianópolis?! Por quê? Homenagem a um bandido, a um sanguinário, a um miserável! Nunca! É Desterro, ouviram, senhoras?! (...)

Agora é com o cidadão Prefeito do Distrito Federal: o que merece essa educadora?

Que resultado pode trazer semelhante educação às crianças?

Pois é desse modo que se procura inocular nos pequeninos cérebros lições de civismo e de amor à Pátria? (...)

A República não deve manter essa professora; o Sr. Furquim Werneck deve demiti-la por *inepta* por *incapaz*, por não ter requisitos para a nobilíssima missão que abraçou!

Vá ser costureira ou fazer sapatinhos de *tricot* e abandone a cadeira que ingloriamente ocupa.

Xavier Pinheiro [grifos no original].<sup>203</sup>

Não é o trabalho do historiador julgar como ideais tão nobres como a liberdade proposta no abolicionismo chegaram a se virar do avesso com a força do florianismo, esta escancarada no relato acima transcrito. Ironicamente, a defesa da liberdade e do ideal abolicionista, ambos elementos atrelados ao republicanismo radical, apareceu no trecho como responsável por transformar uma “senhora inteligente, simpática, conhecedora das ciências e artes e de todos os serviços manuais e ginásticos” em “inepta”, em “incapaz”, simplesmente porque a senhora fez crítica ao falecido ex-presidente Floriano Peixoto. Enquanto esta professora era silenciada, a “república” aparecia vitoriosa e sempre escrita com “R” maiúsculo...

O que importa ao historiador são as relações entre as diferentes décadas de 1880 e 1890, unidas por meio dos radicalismos e consensos inventados em prol da república e que permaneceram na história assoalhados no jacobinismo brasileiro.

Para o caso do estado de São Paulo, é possível esclarecer parte da composição social do jacobinismo por meio da presença de negros libertos no movimento. Além dos dados estatísticos que mostram como o estado de São Paulo recebeu escravos e libertos para o trabalho nas fronteiras agrícolas e nos centros urbanos para a prestação de serviços, há relatos sobre a tomada de lugares no mercado de trabalho pelos imigrantes, o que muitas vezes deixava os “nacionais” ao léu da sobrevivência. Ausonio Latini constatou que “Do pequeno comércio ambulante – e o detalhe que no mercado de comestíveis e gêneros alimentícios é quase um exclusivo monopólio dos italianos nos estabelecimentos industriais – às fábricas [era] onde prevalecia o elemento operário italiano”.<sup>204</sup>

Enquanto o contexto da imigração fez com que, tanto no campo quanto na cidade, o elemento italiano conquistasse e “invadisse” (*invadere*), pouco a pouco, todos os estratos

---

<sup>203</sup> PINHEIRO, Xavier. “Da Capital”, *Correio Nacional*, 29 de julho de 1896.

<sup>204</sup> LATINI, A. Op. cit. p. 08.

sociais de São Paulo,<sup>205</sup> os “brasileiros” – isto é, todas as categorias sociais que não eram estrangeiras – acabavam ficando com as beiradas e vivendo dificuldades na busca pela garantia da sobrevivência.

No censo de 1893 da cidade de São Paulo há nítida demonstração da “invasão” dos imigrantes na cidade. A população da cidade era composta por 54% de estrangeiros (188.045 habitantes), dos quais 45.457 eram italianos, excedendo, portanto, o número de brasileiros. Embora o censo não utilize critérios que esclareçam a nacionalidade, podemos supor que a esmagadora maioria dos “brancos” constituía o grupo de estrangeiros imigrantes e seus descendentes. A tabela abaixo mostra a marginalização territorial dos elementos nacionais “caboclos”, “pardos” e “pretos” em direção aos subúrbios das cidades, ou seja, às áreas mais periféricas e menos industrializadas da cidade.

<b>DADOS DEMOGRÁFICOS DA CIDADE DE SÃO PAULO EM 1893 PERCENTUAL REFERENTE À CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL NAS FREGUESIAS (CRITÉRIO DA COR DA PELE)</b>				
<i>FREGUESIAS</i>	<i>BRANCOS</i>	<i>CABOCLOS</i>	<i>PARDOS</i>	<i>PRETOS</i>
<i>Brás</i>	93,1 %	0,3 %	3,3 %	3,3 %
<i>Consolação</i>	89,2 %	0,7 %	5,2 %	4,9 %
<i>Sé (norte e sul)</i>	88,3 %	0,4 %	6,3 %	5 %
<i>Santa Efigênia</i>	86,4 %	0,3 %	8,9 %	4,4 %
<i>Subúrbios</i>	75,1 %	0,2 %	15,3 %	9,4 %

**FONTE:** Dados do censo de 1893 da cidade de São Paulo presentes no Relatório apresentado ao cidadão Dr. Cezário Motta Júnior, secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, pelo Diretor da Repartição da Estatística e Arquivo Dr. Antonio de Toledo Piza, em 31 de Julho de 1894, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1894.

É possível ainda observar como os estrangeiros (incluídos na categoria “brancos”) predominaram nas diversas categorias profissionais, marginalizando o elemento nacional no trabalho agrícola e em serviços domésticos.

<sup>205</sup> Ibidem, p.08.

<b>DADOS DEMOGRÁFICOS DA CIDADE DE SÃO PAULO EM 1893 CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL NAS PROFISSÕES E OFÍCIOS (CRITÉRIO DA NATURALIDADE)</b>				
<i>PROFISSÕES</i>	<i>ESTRANGEIRO</i>	<i>PERCENTUAL</i>	<i>NACIONAL</i>	<i>PERCENTUAL</i>
Artes	8.760	85,5 %	1.481	14,5 %
Transportes e Outros	8.527	81 %	1.998	19 %
Manufatura	2.893	78,8 %	774	21,2 %
Comercial	6.776	71,6 %	2.680	28,4 %
Trabalhos Domésticos	8.226	58,3 %	5.878	41,7 %
Trabalho Agrícola	783	31,8 %	1.673	68,2 %

**FONTE:** Dados do censo de 1893 da cidade de São Paulo presentes no Relatório apresentado ao cidadão Dr. Cezário Motta Júnior, secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, pelo Diretor da Repartição da Estatística e Arquivo Dr. Antonio de Toledo Piza, em 31 de Julho de 1894, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1894.

Ainda diante de tantas evidências, há dificuldades na constatação imediata da presença de libertos no movimento jacobino paulista do contexto pós-abolição. Até mesmo as estatísticas seguiram a tônica do discurso republicano, “esquecendo” que no Brasil houve escravidão e que o negro liberto era um elemento social recente para a história brasileira. Os libertos receberam o rótulo de “nacionais”, e por isso foram misturados na categoria genérica dos brasileiros. Isso ocorre tanto nas estatísticas quanto nas outras fontes encontradas, estas praticamente vazias de critérios sobre a cor da pele.

A situação não é diferente para o caso do jornal *Correio Nacional*, principal fonte para a compreensão da base social do jacobinismo paulista. Também os libertos podem ter sido camuflados nas recorrentes etiquetas de “verdadeiros republicanos” e “brasileiros nativistas”.

Robert Slenes foi um dos primeiros historiadores a mapear a presença negra no sudeste brasileiro. Segundo sua pesquisa, a partir de 1850, a migração de escravos para o Sudeste foi substancial, chegando a registrar o deslocamento de 200 mil negros para essa região, concentrando até 90 mil (de 1873 a 1881) nos portos do Rio de Janeiro e de Santos.<sup>206</sup>

<sup>206</sup> SLENES, Robert W. The demography and economics of Brazilian Slavery, PhD, Standford, 1976. Ver especialmente o apêndice I, no Capítulo 3 .

Maria Lúcia C. Gitahy constatou o peso do abolicionismo e do republicanismo na formação de certas características da luta política e arregimentou os seguintes dados: em 1888, os escravos eram 5% da população de todo o país e 65% deles estavam localizados nas províncias cafeeiras. O estado de São Paulo tinha uma forte presença de estrangeiros oriundos da imigração, mas isso não pode desconsiderar a grande presença de negros no mesmo estado que era, em 1888, 28,2% dos escravos do país.<sup>207</sup>

Ciro T. de Pádua, em “O negro em São Paulo” registrou que, em 1890, os negros no estado eram 179.526 e os “mulatos” – foi essa a categoria utilizada pelas fontes primárias – eram 217.605.<sup>208</sup> Por meio de referências demográficas, este autor também esclareceu ser forte a concentração de libertos oriundos de outros estados em São Paulo,<sup>209</sup> especialmente em torno de 1900, fortalecendo assim a argumentação de que a presença de libertos nas cidades paulistas e na capital era suficientemente significativa para desencadear ressentimentos diante da maciça presença de estrangeiros na província cafeeira.

Dados para o ano 1893 mostram a relevância da presença negra na cidade de São Paulo, onde compuseram pouco mais de 11% do total dos habitantes da cidade, sendo 8.639 “pardos” e 5.920 eram tidos como “pretos”, de um total de 130.775 habitantes.<sup>210</sup>

O raciocínio que aqui se faz parte do entendimento do jacobinismo como um grupo social e político de base social “(...) ancorada em camadas médias e englobada por uma gama de segmentos sociais vinculados ao *campo* e aos *serviços urbanos*”.<sup>211</sup> Se o jacobinismo paulista tinha uma clara conotação anti-oligárquica e se era avesso à presença de estrangeiros, significa que nem a elite agrícola, e tampouco os imigrantes, dariam maior força ao grupo. Portanto, quais outros segmentos sociais “nacionais” – não operários, mas vinculados aos serviços do campo e de prestação de serviços – poderiam aderir ao

---

<sup>207</sup> GITAHY, M.L.C. *Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana*, São Paulo: Editora UNESP, 1992, pp.36-37.

<sup>208</sup> PÁDUA, Ciro T. “O negro em São Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, LXXVII, 1941, p.213.

<sup>209</sup> *Ibidem*, p.216.

<sup>210</sup> TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A Capital da Solidão. Uma história de São Paulo das origens a 1900*, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2003, p.475. O autor ainda observa que o recenseamento pode não refletir a proporção exata dos moradores da cidade, pois naquele ano ocorria a Revolta da Armada e era tempo de colheita no interior do estado.

<sup>211</sup> PENNA, L. de A. *Por que somos florianistas*, Op. cit. p.93.

jacobinismo em São Paulo? Restaram apenas os pobres caboclos e os libertos,<sup>212</sup> grupos ainda insuficientemente trabalhados na historiografia sobre a transição do Império para a República. Lincoln Penna, inclusive, denominou o jacobinismo de “republicanismo caboclo”. Mesmo sem deixar esclarecimentos sobre o uso da terminologia, pode-se inferir que ela demonstra parte da constituição social do grupo.<sup>213</sup>

Por isso, não é absurdo pensar que o abolicionismo da década de 1880 deixou reminiscências e manteve o apelo aos libertos no contexto da década seguinte. Para consolidar essa argumentação, um bom recurso seria atentar aos *topos* do discurso jacobino paulista e ver como a força discursiva de seu radicalismo dirigiu-se na defesa da “liberdade” e em questões relativas ao passado escravista.

Durante a década de 1890, houve a forte defesa do radicalismo, da “pureza” de ideais e princípios republicanos, da coerência republicana desde seus primórdios e a crítica a todas as práticas políticas que lançassem mão da “conciliação”, esta última entendida como o desvirtuamento dos valores republicanos mais puros. Toda essa conjuntura radical republicana veio de tempos anteriores à própria república e a partir da década de 1880 foi reconstruindo o passado do movimento republicano para enaltecer a república instalada em 1889.

Para reforçar a constatação da proximidade entre as décadas de 1880 e 1890, ligadas pelo elo radical abolicionista e republicano, basta mencionar que no *Correio Nacional* foi publicado o polêmico artigo “Povo de Negros”, em 2 de setembro de 1896, portanto logo após as fortes manifestações anti-italianas na cidade de São Paulo. Esse artigo e os debates por ele suscitados ajudam a rastrear o apelo jacobino à participação política dos “homens de cor” e a própria presença de libertos no jacobinismo paulista.

A discussão começou pouco antes, quando a *Tribuna Italiana*, jornal de Roma, havia publicado que os italianos residentes no Brasil não poderiam se sujeitar às imposições da “protocólica” arbitragem dos brasileiros, de um “povo de negros”. Diante disso, o *Correio Nacional* fez uso dessa adjetivação – evidentemente ofensiva para os critérios de civilização da época – e inverteu toda a argumentação da *Tribuna Italiana*, concluindo que

---

<sup>212</sup> Também chamada de “popolazione indigena”, como uma referência aos “nativos” no Brasil, isto é, aqueles que não tinham ascendência européia. Ver, por exemplo: Filippo Ugolotti. Op. cit. p.20.

<sup>213</sup> PENNA, L. de A. *Por que somos florianistas*. Op. cit. p.99.

o Brasil, mesmo dono de um “povo de negros”, ainda assim era bastante civilizado e que, por outro lado, a Itália, derrotada pelo etíope Menelik, teria muito pouco do tal valor civilizatório.

Se não descobríssemos um insulto no qualificativo com que a *Tribuna* distingue o povo brasileiro não tomaríamos da pena, porque um *povo de negros* é o heróico povo da Abissínia, é o povo daquele rei negro ‘de consciência e alma muito brancas’ que soube ser valente e nobre na defesa de sua pátria e de seus legítimos direitos e que tem sabido ser generoso e humanitário para com os brancos, ao passo que os brancos ‘de consciência preta’ são bárbaros como os armênios!<sup>214</sup>

O periódico paulista desenvolveu a estruturação do artigo repetindo a máxima de que um “*povo de negros* é o povo de Menelik, cujo exército varreu (...) os aguerridos brancos da Itália”.<sup>215</sup> Provavelmente, também visava criar um eco narrativo ao repetir quatro vezes o teor “seremos pretos”:

seremos também um *povo de negros*, sempre pronto e decidido para repelir qualquer afronta por parte dos brancos da Europa.

seremos como os abissínios: a cor preta pouco importa desde que existam esses sentimentos de patriotismo e generosidade!

seremos pretos (...) e isto não desonra, isto não avilta um povo!<sup>216</sup>

Essa expressão não foi utilizada sem justificativa. A argumentação se voltou toda para a inversão Brasil-Itália, onde o Brasil passou a ser descrito como dono de um “povo de negros” civilizado e a Itália como uma monarquia de brancos e pouco civilizados. O artigo do periódico paulista acrescentou ainda que os italianos haviam percebido tal realidade e deixavam a mãe-pátria para virem morar no Brasil, onde as mulheres italianas frequentemente casavam-se com os homens da cor dos abissínios, porque procuravam como companheiro os “*cabritinhos jacobinos – bons patriotas [g.m]*” tornando-se mães de família.

Atenção aos “cabritinhos jacobinos”, adjetivados pelo jornal de “bons patriotas” e de “negros”! O *Correio Nacional* buscou nos critérios de civilização e de amor à pátria a qualificação do povo brasileiro, também composto por negros. No seu revés, estariam os

---

<sup>214</sup> “Povo de Negros”, *Correio Nacional*, 02 de setembro de 1896.

<sup>215</sup> *Ibidem*.

<sup>216</sup> *Ibidem*.

italianos, que não amariam suficientemente sua própria pátria – porque a abandonavam – e viveriam em estágio civilizatório atrasado, pois sustentavam uma fracassada monarquia.

Na troca de ofensas, os jacobinos “impetuosos” deixaram claro o ódio aos numerosos imigrantes italianos indesejados chegados ao Brasil, elucidando que, se também não estavam felizes em meio ao povo brasileiro civilizado, então que se retirassem os “incomodados”:

Não é raro ver-se nos jornalecos italianos, atirarem seus insolentes insultos contra nós brasileiros dando-nos o qualificativo de *macacos, negros e selvagens*, acusando-nos de maltratarmos os italianos residentes no Brasil, mormente em nosso Estado, o que é uma calúnia, própria de seus autores. (...) “os incomodados são os que se mudam”.<sup>217</sup>

Especialmente pelo uso da primeira pessoa no plural, nota-se mais um elemento na composição da base social do jacobinismo paulista anti-italiano: trata-se dos “homens de cor”, componentes do “povo de negros”.

Theófilo Dias Castro, o “Teodias”, foi outra personagem jacobina da conjuntura paulistana. Membro do PRN, também escreveu no *Correio Nacional* contra os estrangeiros e incentivando a população a participar dos comícios e *meetings* pelas ruas da cidade de São Paulo. Sua participação na imprensa se deu também com a publicação d’ *O Progresso. Orgam dos homens de cor*, na mesma cidade, onde escreveu um número comemorativo dos dezessete anos da morte de Luis Gama em co-autoria com José Cupertino. Nesse jornal chamou a atenção dos “Pretos!” para que formassem uma geração que cumprisse os nobres ideais do abolicionismo. Também usava a primeira pessoa em seus textos, escrevendo que:

é necessário que não demoremos em construir o nosso núcleo social, no qual ficam concentradas todas as nossas forças, derivando dele as boas intenções que temos em prestar o nosso auxílio desinteressado à raça a que pertencemos.<sup>218</sup>

Seguindo o exemplo do letrado Luis Gama, Dias Castro chamou os “homens de sua raça” à educação, para que mostrassem que eram “civilizados” e não podiam ser colocados abaixo do nível de outras raças. Enfatizou que os negros sempre tiveram importante papel no trabalho, na construção de famílias e no movimento republicano, e, por isso, não podiam ser preteridos pelos estrangeiros.

---

<sup>217</sup> “Seção Livre”, *Correio Nacional*, 20 de outubro de 1896.

<sup>218</sup> *O Progresso. Orgam dos homens de cor*, ano I, nº 1, 24 de agosto de 1899.

Oh, senhores! Não vedes que o preto (...) é ordeiro, amante da família, laborioso, respeitador das leis de sua pátria?

Proclamou-se a República, o governo da igualdade, da fraternidade e queijandas liberdades. No movimento republicano, contavam-se muitos pretos e mulatos (que vem a dar no mesmo) que prestaram e prestam serviços inolvidáveis ao nosso regime.

No estado de S. Paulo há uns 300.000 trabalhadores europeus nas fazendas, os quais dão vazão ao trabalho que em 1887 era feito com folga por 100.000 pretos! (...) Os pretos, em todos os pontos de vista devem ser preferidos aos estrangeiros para o trabalho agrícola.<sup>219</sup>

Há claramente nesses trechos a valorização do elemento nacional negro como árduo trabalhador e patriota, de tradição abolicionista e republicana, porque também teria ajudado na construção da República. “Teodias” inverteu claramente o discurso imigrantista e caracterizou o negro nacional como melhor trabalhador que o imigrante. A partir da construção argumentativa d’*O Progresso*, foi possível sustentar a constatação de que a presença do italiano também impediria o bom convívio entre “nacionais” e estrangeiros. Soma-se a isso, o fato de Theófilo Dias Castro ser membro do grupo jacobino paulista com evidentes raízes no movimento abolicionista. Não se sabe qual era a cor de pele desse escritor, mas o fato de ele usar a primeira pessoa ao se referir aos “pretos” é uma forte sugestão de pertencimento ao grupo dos libertos.

Ausonio Latini, escritor italiano e observador dos conflitos entre brasileiros e italianos da década de 1890, teve a percepção de que diante de tanta discussão sobre a vitória de Menelik na Abissínia, o fracasso do exército italiano e sobre a misericórdia do líder etíope diante de seus prisioneiros italianos, toda a situação permitia à opinião pública fazer interpretações a respeito daquele momento. O povo de Menelik e a própria personagem principal da vitória na Abissínia passaram a ser um símbolo de tudo o que se opunha à Itália. No contexto brasileiro, especialmente o paulista, “Menelik” simbolizava um obstáculo à presença italiana no Brasil, não sem considerar os critérios “civilizatórios” e “raciais” do momento.

Latini frisou que quando os conflitos terminassem seria a hora da diplomacia pacífica e da harmonia entre os dois povos aflorarem:

---

<sup>219</sup> Ibidem.

Então, não será mais a figura do rei selvagem Menelik que dividirá as duas grandes famílias do tronco latino.<sup>220</sup>

Portanto, o que aqui se enfatizou até este instante? Os jacobinos incluíam os negros libertos. Juntos compuseram o movimento anti-italiano paulista e simbolizaram um grande obstáculo para a almejada harmonia entre os povos de mesma origem latina.

Alcançar esse elemento social dentro da composição do jacobinismo paulista pode não ser uma tarefa árdua se tudo aquilo que não era dito explicitamente for peneirado, garimpado, para depois compor um grande mosaico de detalhes. Percebe-se no *Correio Nacional* que os mesmos discursos republicanos radicais e abolicionistas anteriores ao quinze de novembro continuaram sendo utilizados na defesa dos ideais do jacobinismo.

Valores como a ação direta e prática do próprio movimento abolicionista, como a intransigência dos republicanos, como as causas nobres para as quais morreram os mártires da república, o nacionalismo... Tudo parece remontar ao radicalismo do movimento republicano e abolicionista da década de 1880 e se estender na valorização do jacobinismo como o “verdadeiro republicanismo” da década de 1890.

Assim como a propaganda do abolicionismo que no seu início foi apodada de – assalto à propriedade; assim como a cruzada republicana que, ao ser aventada, teve seus gloriosos mártires e, ao ser continuada, foram os seus continuadores qualificados de doidos; e, finalmente, assim como todas as causas nobres e alevantadas sofrem oposição sistemática e guerra terrível e injusta, assim também o nacionalismo não podia furtar-se às injustiças dos despeitados, às injúrias dos prejudicados, à frieza dos *conservadores*.<sup>221</sup>

A luta dos jacobinos em conquistarem todas as esferas da política e da opinião pública, mesmo que à base da força, os fazia buscar créditos na retomada do passado que eles próprios reconstruíam. Sobre a monção popular de agosto de 1896, na qual o PRN escreveu um pedido de revisão da aprovação das reclamações italianas no Congresso, escreveram os jacobinos:

Esta sanção por parte da consciência pública não deixa de ser uma exuberante prova de que a corrente da opinião brasileira agora é *tão forte e tão impetuosa como nos dias da agitação do abolicionismo, cujos princípios* foram levados pelo sentimento popular para o recinto das câmaras e até a eminência do poder governamental [g.m.].<sup>222</sup>

---

<sup>220</sup> LATINI, A. Op. cit. p. 50.

<sup>221</sup> “A Propaganda”, *Correio Nacional*, 17 de junho de 1896.

<sup>222</sup> “Reclamações estrangeiras”, *Correio Nacional*, 19 de agosto de 1896.

Ainda, se a atenção do historiador se voltar para os usos da palavra “liberdade” – valor utilizado de forma atemporal, mas nunca considerada anacrônica pelos jacobinos – será constatada a retomada de valores enaltecidos na década de 1880 e utilizados para creditar a luta do movimento político jacobino da década de 1890. O *Correio Nacional* aspirara por um Brasil “republicano e *livre*” e para isso retomava a “liberdade” de Cipriano Barata e de Frei Caneca<sup>223</sup> como crítica à administração regencial. Os jacobinos desejavam ainda “uma Pátria forte, *livre* e respeitada” que era “o ideal de todo o republicano sincero que não se subordina[va] a política de convenções”,<sup>224</sup> e denotavam uma crítica aos políticos conciliadores, estes entendidos naquele momento como sendo as oligarquias paulistas. Tinham ainda o “sonho de uma pátria *livre* e grande, na ambição de um Spártaco (...)”,<sup>225</sup> porque o Brasil possuía um “povo que aspira[va] o oxigênio da *liberdade*”.<sup>226</sup> Todas essas estratégias discursivas foram formas utilizadas para a reapropriação do significado de “liberdade” do abolicionismo e do movimento republicano para a construção da coerência do movimento jacobino, bem como de sua credibilidade diante de seus membros e dos grupos sociais que poderiam aderi-lo.

Do mesmo modo ocorria a construção dos inimigos públicos dos jacobinos. Voltavam suas palavras e ações contra os estrangeiros e também contra a escravidão e a monarquia. Estes dois últimos eram associados um ao outro, uma vez que os monarquistas eram descritos como os escravizadores dos homens no passado e, no presente, como os “sinistros condutores da escravização política de um povo”, dando autoridade governativa ao monarca – um “feitor de chicote em punho” que oprimia a “liberdade”,<sup>227</sup> e transformava a sociedade em “escrava de um trono”.<sup>228</sup> Essas camadas de significações foram construídas também de forma proposital para “esquecer” que a Lei Áurea era de 1888, portanto, do regime monárquico.

A intransigência e a radicalização dos jacobinos se faziam presentes para insinuar que, embora antes da proclamação da república “todos” se considerassem republicanos,

---

<sup>223</sup> “A Propaganda”, *Correio Nacional*, 17 de junho de 1896.

<sup>224</sup> “De Vento em Popa”, *Correio Nacional*, 17 de junho de 1896.

<sup>225</sup> “Último Número”, *Correio Nacional*, 17 de junho de 1896.

<sup>226</sup> “A Campanha do Mal”, *Correio Nacional*, 20 de junho de 1896.

<sup>227</sup> “Alerta, Republicanos!”, *Correio Nacional*, 04 de julho de 1896.

<sup>228</sup> “Inedictoriais – O Despeito”, *Correio Nacional*, 10 de julho de 1896.

após o quinze de novembro apenas alguns “verdadeiramente” o eram e o mesmo se daria na atualidade política, onde a república não poderia ser aviltada pelos conciliadores, pelos “falsos” republicanos, aliados às forças políticas do passado e da monarquia. Logo, de um lado ficavam os jacobinos – “vigilantes da Pátria” e “guardiães da República” – e do outro lado, “à espreita”, ficavam os portugueses e italianos, estrangeiros no geral, os monarquistas, os “escravizadores”, os republicanos “impuros”, os bacharéis de “casaca”, o Partido Republicano Federal, as oligarquias paulistas cafeeiras, Francisco Glicério e o próprio presidente Prudente de Moraes.

## O CONFRONTO DAS CONDUTAS POLÍTICAS DO BARRETE FRÍGIO E DO SACO DE COAR CAFÉ

De 1889 até o ano de 1894 vivenciava-se a “vitória” dos radicais da república na política brasileira. Durante esse período, o radicalismo se manifestou em tendências da atividade abolicionista, do movimento republicano e em forças jacobinas. Mas aconteceu na política do estado de São Paulo algo além das tentativas do jacobinismo paulista em alcançar diferentes áreas de influência política e das reações violentas aos seus inimigos estrangeiros.

A história política referente a São Paulo tendeu a explicar a realidade paulistana durante a “república da espada” como se as suas personagens fossem meras espectadoras daquilo que ocorria no centro administrativo do país (Rio de Janeiro). Assim, se tornou mais difícil entender a participação e a dimensão da influência dos paulistas nos cenários políticos estadual e nacional. Pode-se dizer que essa lacuna existe desde os tempos do radicalismo republicano.

A reconstrução teleológica da história pelos radicais da república também ajudou na criação desta lacuna historiográfica. Para eles, a tônica do passado reconstruído era a defesa do “purismo” republicano “próprio” dos “heróis” e “mártires” dos movimentos abolicionista e republicano e do levante militar do quinze de novembro. Mas, em 1894, os pilares desta história começaram a ruir devido às contradições e tensões próprias daquele momento histórico de mudanças. Foi nas eleições de março deste mesmo ano que Prudente de Moraes – paulista de Itu, antes correligionário do PRP e no momento candidato do mais novo PRF – recebeu o cargo presidencial. Se até então os grupos radicais e militares protagonizavam na política republicana, como então surgiu, com tamanha força, a presidência nas mãos de um civil representante da cafeicultura e dos grupos agrícolas? É justamente essa transição (de Floriano Peixoto para Prudente de Moraes) que parece ser, até hoje, um raro objeto de estudo.

Deste modo, torna-se relevante investigar a política paulista no “intervalo” de 1889 a 1894 para a compreensão das disputas republicanas que ocorreram ao longo desse período e dos sentidos atribuídos ao republicanismo de cada momento. A investigação também permite preencher uma lacuna historiográfica e captar parte do processo cultural brasileiro

alcançando a problemática da política. Vale lembrar que esta análise retomou os antecedentes “preparatórios”, as plataformas políticas e o “modo como os espíritos dos homens reagiram, interpretaram e compreenderam o momento”.<sup>229</sup>

Durante o governo provisório, um grupo coeso de civis paulistas, ainda que não lhe agradasse o militarismo, ofereceu seu apoio ao governo central de Deodoro da Fonseca, então dominado pelo Exército, para em troca (e de modo breve) poder preparar o terreno para a eleição de um civil. Isso porque as opções presentes naquele momento estavam entre escolher um dos dois lados possíveis: ou se era *pró* república ou *contra* a república. Os paulistas, então, passaram a ver no Exército uma forma de aliança possível na passagem da monarquia ao novo regime.<sup>230</sup>

Organizou-se, “durante a gestação do gabinete Lucena, uma coordenação das forças civis no sentido de não se permitir um fortalecimento do poder pessoal do presidente [Deodoro] da República. Os liberais de São Paulo, liderados por Prudente de Moraes, articulavam com os mineiros e com o Rio Grande do Sul circunstâncias que deram respaldo ao movimento de Custódio de Melo para a derrubada de Deodoro”.<sup>231</sup>

No início do governo de Floriano Peixoto, o cenário era claramente de enfrentamentos republicanos quando se encontravam posturas políticas nítidas: a castilhistas e defensora do presidencialismo forte; a postura militar que buscava um governo de poder executivo fortalecido, porém não na forma de república constitucional; ou, ainda, a postura federalista própria do grupo dos civis, dos oligarcas agricultores. Mas também neste momento os cafeicultores lutavam por espaço no governo federal, mesmo passando por dissensões internas no PRP.

Enquanto isso, juntamente com Floriano, os jacobinos ganhavam voz e força na ação, julgavam-se os donos dos ideais republicanos e nacionalistas. Enquanto a figura do herói construída em torno de Floriano sustentava o jacobinismo carioca, paulista ou nacional, os agricultores paulistas continuavam suas alianças e conciliações visando maior influência política em âmbitos estadual e federal.

---

<sup>229</sup> SANTOS, José Maria dos. *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista: Subsídios para a História da República*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960, p. XV.

<sup>230</sup> HAHNER, J. *Relações entre civis e militares*, Op. cit. p. 22.

<sup>231</sup> MERCADANTE, P. *Militares e Civis. A ética e o compromisso*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1978, p.125.

Durante a Revolta da Armada, os paulistas aliaram-se ao próprio Floriano Peixoto, emprestando a milícia estatal em troca de certos privilégios e cargos públicos influentes no estado de São Paulo.<sup>232</sup> Sempre defendiam a independência dos assuntos políticos estaduais e, desta forma, diante também de dissidências nas forças armadas, rumavam vagarosamente sobre a linha de aparente contradição doutrinária a um governo central pró-estabilidade exportadora.

“O grupo paulista desenvolveria, por todo o governo de Floriano, uma tática astuciosa de apoio, visando ao fortalecimento de suas forças. Obtiveram, desde logo, o Ministério da Fazenda, pasta para qual fora escolhido Rodrigues Alves”.<sup>233</sup> Iniciou-se também a luta pela retomada do controle das instituições políticas estaduais. A derrubada dos governadores foi o primeiro passo. Américo Brasiliense, em São Paulo, foi destituído e reorganizou-se o partido, convocando-se a Constituinte quando Bernardino de Campos foi eleito governador.<sup>234</sup>

Floriano Peixoto harmonizou de um lado o apoio do grupo paulista cafeicultor e do outro lado os núcleos positivistas militares. Porém, no fim do governo florianista, os jacobinos tentaram manipular seus inimigos para convergir todas as forças contra o palco político já fortemente montado pelos paulistas. Diziam os florianistas que as ameaças monárquicas eram constantes, que a eleição de 1º de março era ilegítima porque a campanha havia sido claramente contra Floriano e que o Executivo e o Legislativo trabalhavam em estado de sítio, portanto vulneráveis às pressões políticas estatais. O “Congresso havia abandonado Floriano Peixoto, que encontrara no Exército, na mocidade e no funcionalismo republicano os aliados para o renhido combate contra os inimigos da Pátria”.<sup>235</sup>

Deixaram a república e então a aversão jacobina passou a ser dirigida a todos os seus “inimigos” – isto é, aqueles que não apoiavam o governo de Floriano e aprumavam-se no cenário político como oposição. Então, enquanto o jacobinismo saía da cena política, surgiam outros inimigos dos radicais da república: os paulistas de Prudente de Moraes que

---

<sup>232</sup> HAHNER, J. *Relações entre civis e militares*, Op. cit., p.127.

<sup>233</sup> MERCADANTE, Paulo. *Militares e Civis. A ética e o compromisso*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1978, p.125.

<sup>234</sup> *Ibidem*, p.125.

<sup>235</sup> JANOTTI, M. de L. M. *Os Subversivos da República*, Op. cit., p. 86.

não mais davam pleno apoio a Floriano porque pareciam preparar a transição para o governo do paulista.

Neste momento Floriano Peixoto já era considerado herói republicano dos jacobinos, e como sua perfeita antítese estava Prudente de Moraes, que “era acusado de compactuar com os restauradores (...) [enquanto] a figura de Floriano era exaltada em tom ameaçador”.<sup>236</sup>

No entanto, a presidência foi entregue ao senhor Prudente de Moraes, que usou a prática da *conciliação* das forças então em confronto para concretizar a estabilização política, a recuperação econômico-exportadora do país e o beneficiamento da cultura cafeeira.

Para entender toda essa complexidade do movimento político e alcançar os confrontos entre civis e militares, é necessário utilizar todo o aporte teórico da fenomenologia das *éticas relativa e absoluta*, trabalhado por Paulo Mercadante. Em *Militares e Civis. A ética e o compromisso*<sup>237</sup>, o autor captou as essências da cultura política brasileira analisando os fenômenos políticos e os comportamentos de conduta dessas duas posturas políticas mais fortes.

Mercadante entende a *ética relativa* como uma conduta comportamental e de pensamento que visa pesar as relações entre o fim almejado e os recursos que se empregam para alcançá-lo. Tal modo de agir prevalecia desde a época colonial, no setor político durante o império e até mesmo nos dias atuais pode-se constatar sua presença. O *relativismo ético* é próprio dos civis, mas ganhou certos contornos diante das circunstâncias históricas:

A ética não é, todavia, um valor que se sustente ao arrepio das vicissitudes históricas. A cultura sofre, em geral, no círculo da pessoa singular, os desafios naturais de sua viabilidade, facultando as adaptações do meio. E o meio é resultante das mudanças sociais e econômicas. A práxis incide, assim, sobre a moral, ensejando nos participantes dos fenômenos a necessária dose de flexibilidade.<sup>238</sup>

---

<sup>236</sup> JANOTTI, M. de L. M. *Os Subversivos da República*, Op. cit., p.89.

<sup>237</sup> MERCADANTE, Paulo. *Militares e Civis. A ética e o compromisso*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1978.

<sup>238</sup> MERCADANTE, Paulo. *Militares e Civis. A ética e o compromisso*, Op. cit., p. 49.

Desde os tempos coloniais, esta ética movimentou personalidades da *intelligentsia* rural – edificadora do Império – no sentido de sempre mover-se de uma antiga rigidez a um meio termo de acomodação, da conciliação.

No século XIX, a tônica das oligarquias era a defesa do liberalismo, e pouco importava a elas se o seu uso da escravidão contradizia os princípios de “liberdade” que deveriam libertar o escravo. No entanto, “a crise da escravatura seria superada com concessões e paliativos, sem que os grandes fazendeiros, senhores de engenho e estancieiros perdessem a rédea do processo histórico. Assim é que a parceria veio a ser a forma fundamental da substituição do braço escravo”.<sup>239</sup>

Deste modo, a “muralha conciliatória” opunha-se ao abolicionismo de forma prática, embora, na teoria, as oligarquias afirmassem ser contra a denominada forte e tradicional “instituição da escravidão”. Assim, o *meio termo* e a *conciliação* eram a base da coerência da ética relativa, própria dos civis fazendeiros do Partido Republicano e de seu esforço permanente em manter a conduta de duplicidade.<sup>240</sup> Por isso, esta idéia de *conciliação* parece ser essencial para compreender os valores e projetos republicanos da sociedade oitocentista.

Fora dos domínios rurais latifundiários, formava-se nas grandes cidades e nos centros urbanos uma ampla camada média, composta por pequenos e médios comerciantes, funcionários públicos graduados, intelectuais, por trabalhadores artesãos, cocheiros, gráficos, tipógrafos e operários de pequenas manufaturas.<sup>241</sup> Estes tinham pouca relação com a tradicional ética relativa da conciliação, própria dos antigos colonos proprietários de terras e ainda presente nas oligarquias rurais.

No século XIX, apareceram em cena os militares como uma possibilidade de tradução das necessidades da classe média em conflito com as práticas conciliatórias dos civis. Desde a Guerra do Paraguai e da Questão Militar, as circunstâncias históricas fizeram nascer a corrente interpretativa que entendia ser o Exército brasileiro o porta-voz da classe

---

<sup>239</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>240</sup> MERCADANTE, Paulo. Op. cit, p. 30. “Uma filosofia, observou Russel [Bertrand], nascida e desenvolvida num país politicamente avançado é pouco mais que a sistematização das idéias reinantes. Em outro, pode vir a ser um foco de ardor revolucionário. Pois é através de teorias que os países menos adiantados tomam conhecimento das normas que regulam a política dos avançados. Nos últimos, a prática inspira a teoria; nos primeiros, a teoria inspira a prática”, Ibidem, p. 111.

<sup>241</sup> Ibidem, p.39.

média, e que, desde 1870, esta classe média não tinha força econômica, mas poderia concentrar força política com o gradual surgimento de um verdadeiro novo poder: o militar.

Os militares tinham na *ética absoluta* um valor incondicional para alcançar objetivamente os *fins* predeterminados. Para essa conduta, era indiferente o *meio* ou o *modo* pelo qual se perseguia a finalidade, mas importava, incondicionalmente, alcançar os objetivos prévios. Por isso, a ética absoluta também é denominada de ética do *compromisso*. Enquanto no século XIX os civis propunham reformas brandas, sem marcas profundas e sempre conciliatórias, os militares queriam a substituição imediata da monarquia pela república, o fim incondicional da escravidão e uma república “verdadeira”, o que, certamente, deu espaço para a formação do radicalismo republicano já explorado neste trabalho.

Também no século oitocentista as duas formas do positivismo – comtista e evolucionista – agitavam a atmosfera do país, despertando o interesse pela literatura filosófica e social. Os moços intelectuais mais contestadores se apegavam gradativamente a esta filosofia capaz de exercitar a ética do compromisso.<sup>242</sup> Nas faculdades de Direito de Recife e de São Paulo, nas escolas de Medicina da Bahia, do Rio e nas escolas Politécnicas da capital federal e de São Paulo, a nova doutrina possibilitava comunicação entre os diferentes pólos. O positivismo deu bases para a política ditatorial da república brasileira em seus primeiros anos, pois se entendia o compromisso como um governo de responsabilidade, tendo a firmeza de seus princípios mais “puristas” e evolucionistas, pois estes princípios garantiriam a integridade da pátria. Não incomodava, portanto, se a essência desses projetos tivesse caráter ditatorial, pois:

O governo ideal, para os positivistas, era a república ditatorial com uma constituição que consagrasse uma espécie de mandarinato intelectual, uma oligarquia de sábios e filósofos. Neste, não é o povo quem elege o chefe, e sim o próprio chefe que designa o sucessor, à maneira dos césares romanos.<sup>243</sup>

Enquanto no quinze de novembro operava-se a ética do compromisso com todos os seus aparatos militares, o confronto entre as duas éticas se intensificava nos primeiros anos republicanos. Os conflitos se tornavam aparentes, dividiam as duas condutas e os homens atuantes em torno dos projetos sobre a soberania do poder legislativo e as limitações do

---

<sup>242</sup> MERCADANTE, Paulo. Op. cit, pp.74-84.

<sup>243</sup> Ibidem, p.123.

executivo. Para minimizar os danos que uma ditadura republicana positivista poderia causar, os civis paulistas vinculavam-se com o Rio de Janeiro por meio de Aristides Lobo. Campos Salles era sempre informado das articulações militares e avisava sempre Francisco Glicério das ocorrências.<sup>244</sup>

Todo o histórico dos conflitos entre militares e civis paulistas gira em torno dos confrontos entre estas duas éticas aqui retomadas da obra de Paulo Mercadante. De um lado, estavam as oligarquias paulistas adeptas do *meio termo* e da *conciliação* e, de outro, os militares – agregadores das camadas médias – *intransigentes* em seus objetivos e meios de alcançá-los.

O abolicionista, republicano e jacobino da década de 1890, Antônio Manuel Bueno de Andrada deixou claro o que separava os “verdadeiros” abolicionistas dos políticos paulistas mais influentes, quando escreveu que:

No alto elemento político paulista muitos eram os partidários da boa causa [abolicionismo] (...) poucos, porém, os que a ela se dedicavam de modo prático.<sup>245</sup>

Está implícito no trecho que o “alto elemento político paulista” não emparelhava a teoria a favor da abolição à prática abolicionista. Com o entendimento da ética relativa, fica fácil identificar que era justamente esta a característica da conduta política paulista: conciliar teorias diferentes e até mesmo incoerentes e criar uma conduta de duplicidade com a coerência própria dos interesses políticos mais imediatos<sup>246</sup>. Isso quer dizer que os paulistas enfatizavam mais a busca pela coerência no plano teórico – e por isso se diziam abolicionistas – enquanto que o plano prático não acompanhava a teoria, pois as

---

<sup>244</sup> MERCADANTE, Paulo. Op. cit., p.116. Evaristo de Moraes, em *Da Monarquia para a República*, publicou o artigo “Como se fez a República”, de 24/11/1922, em resposta à carta de Deocleciano Mártir, no qual afirma: “Por S. Paulo, tinham vindo eleitos os Deputados Campos Sales e Prudente de Moraes, e, por Minas, Álvaro Botelho, mas toda a gente sabe que isto sucedera, em 1885, porque no seio dos dois partidos monárquicos, lavraram fundas dissidências, motivadas pela questão do elemento servil.” In. MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1895, p.120.

<sup>245</sup> ANDRADA, A. M. B. de. Op cit. p.261.

<sup>246</sup> Sobre o deputado republicano da Assembléia Provincial Antonio Muniz de Souza, Manuel Bueno de Andrada também teceu seus comentários, identificando o colega no grupo dos “verdadeiros” republicanos e abolicionistas: “nenhuma conveniência partidária o detinha, circunstância muito ponderável para os maiores republicanos de São Paulo, quando os interesses abolicionistas precisavam de sua palavra ou de sua pena.” ANDRADA, A. M. B de. Op. cit., p.269.

circunstâncias revisitavam a conduta – porque na prática resistiam para que a abolição não acontecesse, ou acontecesse apenas quando fosse inevitável.

Destaca-se outra passagem simbólica dos confrontos políticos entre militares e civis paulistas. O republicano radical e literato Raul Pompéia, quando tomou para si a tarefa de coagir os republicanos paulistas que eram contrários à prática abolicionista (os “elementos morosos do republicanismo”), lançou-lhes a retumbante e escandalosa frase:

Vosso barrete frígio é um saco de coar café!<sup>247</sup>

Pompéia esclareceu o seu ponto de vista. Para ele, ao contrário dos militares, os civis paulistas se diziam republicanos ou abolicionistas apenas para justificar uma prática política interesseira pois visavam garantir os interesses políticos do agronegócio e do próprio grupo.

Portanto, entende-se a postura do literato como própria da ética do compromisso. Raul Pompéia foi um abolicionista aplicado nos tempos em que estudava na Faculdade de Direito de São Paulo. Nesta cidade, como já foi aqui exposto, entrou em contato com Luis Gama e Antonio Bento na década de 1880 quando já se declarava republicano radical. Foi tenente-coronel honorário do Exército e agitador do Clube dos Jacobinos carioca e, pela sua circulação em meios culturais e localidades diferentes, tornou-se a ligação entre os intelectuais mais questionadores das bases estruturais agrícolas, o Exército e as classes médias, mistura essa classificada de movimento jacobino.

Portanto, até seu último dia de vida – interrompida por suicídio, em 25 de dezembro de 1895 – combateu a conduta “flexível” e conciliatória do partidarismo republicano paulista. Segundo ele, os cafeicultores não eram republicanos verdadeiros porque estavam sempre criando um meio termo diante das situações para poderem se beneficiar delas. Eram considerados covardes, porque não tinham nenhum compromisso a atingir, apenas queriam manter as estruturas econômicas consonantes com as necessidades do café. Assim para o literato, os civis paulistas tinham um barrete frígio (símbolo da postura republicana) que servia aos interesses da cafeicultura e viviam sempre no “meio termo”, no “*status quo* da

---

<sup>247</sup> Citado por ANDRADA, A. M. B de. Op. cit., p. 269.

covardia”.<sup>248</sup> Para Pompéia o meio termo era considerado “o pavor da consequência, desfiada em deduções pelo declive do argumento. Na vida comum é a duplicidade tímida, ante as coerências enérgicas do caráter”.<sup>249</sup>

Compreendendo a ética do compromisso e todo o radicalismo republicano e abolicionista agregado a ela, torna-se mais fácil observar a vida (e até mesmo a morte) de Raul Pompéia. Isso possibilita ainda compreender as condutas políticas do período, como e por que eram opostas e quais as motivações de tantos atritos políticos. Constatar a oposição entre a ética relativa e a ética absoluta facilita a identificação dos comportamentos políticos dos sujeitos históricos no passado brasileiro e possibilita a compreensão das disputas próprias das décadas de 1880 e 1890.

Ao considerar a relevância da lógica fenomenológica têm-se mais um instrumento para alcance da complexidade histórica do momento estudado. Mas no que o confronto entre as duas éticas se relaciona com o objeto deste trabalho? A resposta ao leitor é muito simples. Se a ética do compromisso é própria do movimento jacobino e também de seu endosso ao nativismo e ao anti-italianismo e se a ética relativa traduz a postura das elites cafeicultoras e seu modo conciliatório de agir na busca dos interesses particulares, temos então a lógica desse confronto escancarada ao leitor atento porque sabemos o que cada postura visa alcançar, os valores de cada uma e também que ambas rivalizam entre si diante do projeto imigrantista. Os imigrantes, em especial os italianos, estão no meio desse fogo cruzado porque são desejados e necessários às elites agrícolas, mas são vistos como um sério problema aos projetos jacobinos.

Voltando à figura pública de Raul Pompéia, nota-se que há relação direta entre a sua biografia e os princípios mais básicos norteadores da ética do compromisso. O literato foi um defensor persistente da necessidade do fortalecimento da nacionalidade e da soberania da pátria. Era anti-monarquista, nacionalista e jacobino intransigente. Para Pompéia, sua própria atuação política deveria propagar os princípios republicanos sem nunca apelar ao “meio termo” ou à conciliação, numa referência clara à postura dos conciliadores

---

<sup>248</sup> Escritos pessoais do caderno de Raul Pompéia. In. PONTES, Eloi. *A vida inquieta de Raul Pompéia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935, p.49.

<sup>249</sup> *Ibidem*, p.49.

aristocratas. Durante o governo provisório, seu republicanismo vestiu o barrete frígio e o florianismo de sua postura jacobina se acentuou.

Seu republicanismo tornara-se escarlate. Para ele o regime vinha sendo ameaçado e só o marechal Floriano poderia salvá-lo.<sup>250</sup>

Pompéia lançou a acidez de sua crítica aos inimigos do jacobinismo: a monarquia, bem como o domínio português na política e no comércio, a forte presença de estrangeiros no Brasil e a imigração subvencionada. No cerne da crítica a tudo o que lembrasse a presença de elementos estrangeiros estava o seu forte nacionalismo aliado ainda ao militarismo que reforçava a crítica ao cosmopolitismo.

Do ponto de vista do militarismo, o cosmopolitismo seria o mal maior do Brasil em sua condição de “povo nascente”, pois, segundo o autor, o

Cosmopolitismo é o que vem a ser essa indiferença nos momentos graves, a qual sabe, todavia, transformar-se em luta desenfreada pelos interesses imediatos, de simples vantagem pessoal, quando a inércia não é o conselho oportuno da cautela.<sup>251</sup>

Pompéia, portanto, definiu cosmopolitismo como a situação em que os interesses particulares se sobrepõem aos interesses da nação. Para desenvolver sua crítica trouxe à baila questões de imigração.

Segundo o literato, a entrada de imigrantes não poderia se desdobrar na formação de um “estado em outro estado”, de uma “nação em outra nação”<sup>252</sup>, nem permitir “aglomerar sem a mínima ordem” ou “enxertar em nosso país (...) províncias inteiras de países estrangeiros”, pois o desejo seria de que o imigrante que aqui chega “para a América viajasse a ser americano; não para blasonar de europeu”<sup>253</sup>. Isto quer dizer que a assimilação seria essencial para o fortalecimento da nacionalidade e dos interesses nacionais, por isso o cosmopolitismo, isto é, a presença de núcleos coloniais desconexos do projeto de soberania nacional, seria perverso ao projeto jacobino.

Vale lembrar que no ano de 1892, quando Pompéia escreveu tais idéias no jornal paulistano *O Estado de S. Paulo*, tratava-se publicamente das reclamações presentes no

---

<sup>250</sup> PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompéia*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935, p.239.

<sup>251</sup> Trecho de publicação do Exército. In: PONTES, Eloy. Op. cit. p. 264.

<sup>252</sup> POMPÉIA, Raul. “Da Capital”, *O Estado de S. Paulo*, 25 de junho de 1892.

<sup>253</sup> IDEM, “Da Capital”, *O Estado de S. Paulo*, 30 de junho de 1892.

Protocolo Italiano e era, portanto, momento em que a imigração subvencionada estava em pauta. Esta era identificada como o principal fator que impulsionava o cosmopolitismo no Brasil:

Desde que a imigração se faz por grandes massas da mesma nacionalidade, tudo isso é fatal.<sup>254</sup>

A fatalidade estaria no fato de que, quando os elementos estrangeiros se sobressaíssem aos nacionais, a nacionalidade diminuiria, enfraqueceria, e o hóspede acabaria por hospedar o brasileiro. Desse raciocínio surgiram os neologismos de Raul Pompéia: para ele, o imigrante “hóspede” era “hostil”<sup>255</sup> porque prejudicial aos interesses nacionais. A defesa do “imigracionismo”, na sua interpretação seria a defesa do “inimigracionismo”,<sup>256</sup> pois, claramente, para o escritor os estrangeiros eram considerados inimigos do desenvolvimento e progresso do Brasil.

O literato retomava a correlação do estrangeiro como sendo o inimigo ao lembrar da forte e constante presença de portugueses em nossa colonização e na exploração dos recursos nacionais até os últimos anos do Império. Seu anti-lusitanismo era muito forte e justificado pelo seu republicanismo que associava presença portuguesa à ameaça monárquica. Tudo o que era associado à exploração monárquica, teria como fator primeiro a presença de portugueses em nossa história. Para ele, a República teria o papel de extirpar a exploração portuguesa e evitar os assaltos monarquistas sobre os interesses políticos da nação.

---

<sup>254</sup> IDEM, “Da Capital”, *O Estado de S. Paulo*, 11 de julho de 1892.

<sup>255</sup> Ibidem.

<sup>256</sup> IDEM, Da Capital, *O Estado de S. Paulo*, 30/09/1892.



Figura 16 - “O Grito do Ipiranga”, desenho de Raul Pompéia, 1881.

FONTE: PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompéia*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935.

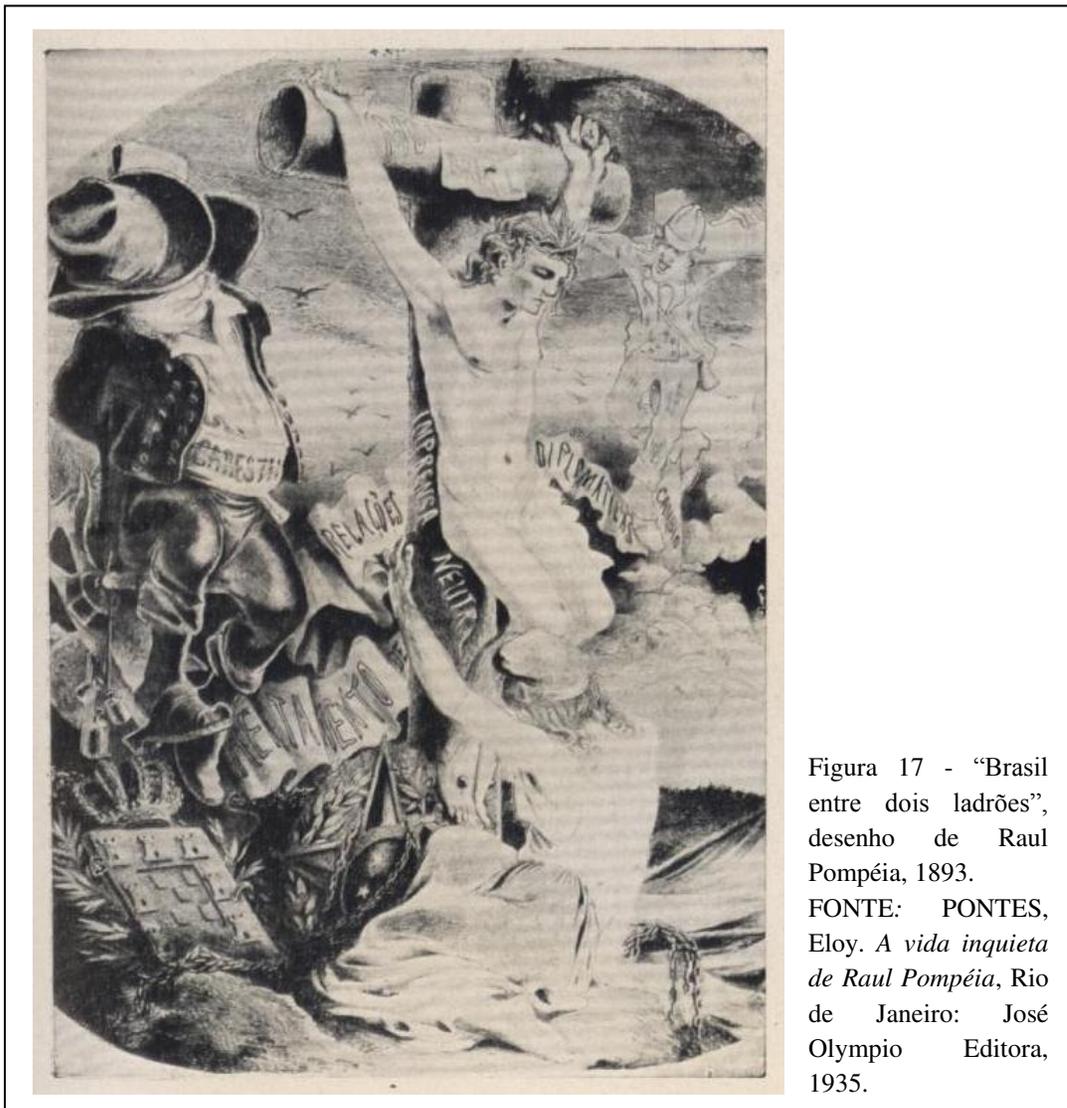


Figura 17 - “Brasil entre dois ladrões”, desenho de Raul Pompéia, 1893.  
FONTE: PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompéia*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935.

No caso do primeiro desenho, a imagem do estrangeiro sendo expulso é representativa de um português, visto o uso das tamancas. No segundo desenho também há a representação de um lusitano com o mesmo tipo de calçado, crucificado ao lado direito do “Brasil” (ao centro). Na imagem, o estrangeiro é associado aos perversos efeitos do câmbio descompensado. Outros fatores contribuiriam para a morte do “Brasil” na mensagem da imagem como a carestia, a imprensa neutra, as relações diplomáticas, elementos que para Pompéia fazem a república brasileira – mulher de barrete frígio sentada à frente do crucificado – chorar diante de tal cenário.

Sendo a imigração maciça e subvencionada, a supremacia do número de estrangeiros assustava os mais nacionalistas, que entendiam o nosso projeto de colonização como uma verdadeira entrega e abandono de nosso território às outras nacionalidades. Desse modo, a política imigrantista era muito criticada. Pompéia escreveu sobre a falta de controle sobre a propaganda imigrantista de além-mar e sobre a falta de controle sobre os imigrantes que entravam em nosso país, fatos que, segundo ele, causavam aumento da criminalidade nas cidades, desordem e não resolviam o suposto problema da falta de mão-de-obra nos campos.

Ainda, de acordo com sua argumentação,

O Brasil não precisa de trabalhadores: é uma mentira. (...) Para o seu engrandecimento, ele precisa, sim, mas de novos concidadãos, de irmãos adotivos, de naturais amigos: não de naturalíssimos inimigos conforme a imigração em massa sabe produzir.<sup>257</sup>

A sua crítica ao sistema de imigração subvencionada esteve sempre pautada pela defesa irrefreável da nacionalidade. Estava, então, de acordo com os protocolos da ética do compromisso ao defender o nacionalismo “mais puro”, sem conciliações e sem enxertos descontrolados de nacionalidades em nosso país. Para Raul Pompéia, deve-se também privilegiar o trabalhador nacional, entenda-se, deve-se privilegiar também o trabalhador negro, então livre, o responsável desde sempre pelo trabalho e progresso do Brasil. Assim, em consonância com os princípios defendidos pelos radicais republicanos jacobinos, Raul Pompéia escreveu n’*O Estado de S. Paulo*:

Disciplinemos primeiro os recursos de que dispomos. (...) Precisamos, antes de tudo, volver os olhos para o negro – o negro generoso e forte, que os declamadores da invasão injuriam e desdenham, o negro glorioso da instituição de toda a fortuna em nossa pátria, o negro heróico e invencível que encheu de pânico e assombro os campos da guerra do Paraguai, o negro de cuja raça emergiu essa grande alma – apoteose, que o Brasil conheceu com o nome de Luiz Gama.

E seja o grito unânime – pela Pátria, pela Pátria: guerra à imigração subvencionada, guerra à imigração em massa!<sup>258</sup>

---

<sup>257</sup> POMPÉIA, Raul. “Da Capital”, *O Estado de S. Paulo*, 11 de julho de 1892.

<sup>258</sup> IDEM, “Da Capital”, *O Estado de S. Paulo*, 25 de julho de 1892. Caso algum pesquisador se interesse em aprofundar a relação entre o jacobinismo de Raul Pompéia e a defesa do trabalhador nacional e do negro liberto, há ainda outros momentos em que o literato retoma esse tema como na publicação do dia 25 de julho de 1892, n’*O Estado de São Paulo* onde escreveu: “O Brasil não precisa de trabalhadores... Não precisa. Antes da abolição da escravidão, o trabalho rendia-nos a opulência”. Ou ainda na Carta do dia 27 de julho de 1892, no mesmo jornal, quando publicou que “Os abolicionistas, hoje deploravelmente distraídos em grande

Seu nacionalismo agrega aversão aos imigrantes que vinham trabalhar nos espaços e serviços que antes eram dos trabalhadores nacionais. Pompéia, portanto, era avesso à presença genérica de imigrantes, à presença de portugueses e também à específica entrada de italianos, um dos grupos de imigrantes mais numerosos da década de 1890. Inclusive chegou a chamar esse momento da imigração de “invasão italiana”, a qual “avolumava-se para o Brasil e contra o Brasil”.<sup>259</sup>

Para Pompéia, a imigração subvencionada de italianos era um engano, pois, pela sua lógica, ninguém gosta de trabalhar “espontaneamente” para os outros<sup>260</sup> e, de imediato, o imigrante sai de sua terra já pensando em voltar e não em se fixar em terra estranha. Ainda, aqueles italianos que ficam no Brasil, tentam reconstruir, ao máximo, a Itália em solo nacional, mantendo o ensino da língua italiana, seus costumes e desenvolvendo assim colônias e povoados autônomos e com forte marca cultural os quais atrapalhariam a construção de uma forte nacionalidade brasileira e uma grande pátria de irmãos fraternos.

Portanto, a existência da imigração subvencionada no Brasil, o modo como o sistema era colocado em prática e as consequências advindas dele com a chegada maciça de italianos compunham um brado violento e avesso à presença de imigrantes:

E seja o grito unânime – pela Pátria, pela Pátria: guerra à imigração subvencionada, guerra à imigração em massa!<sup>261</sup>

A crítica específica à presença de italianos foi intensificada por Raul Pompéia na década de 1890. Possivelmente por este ser um momento de grande entrada de italianos e também pela polêmica advinda dos Protocolos Italianos (1892-1896). Além das circunstâncias do momento e de sua crítica ao cosmopolitismo e à presença de italianos por estes ocuparem o trabalho do camponês brasileiro e do liberto, Pompéia entendia que a grande concentração de estrangeiros em centros urbanos ia contra a proposta inicial do sistema de imigração subvencionada e ainda gerava problemas urbanos, miséria e precariedade nas cidades.

---

número, por questiúnculas de baixa politicagem, deviam compreender que a eles cabe a rigorosa obrigação de salvar dos desastres da liberdade a raça infeliz que eles libertaram”.

<sup>259</sup> POMPÉIA, Raul. “Da Capital”, *O Estado de São Paulo*, 31 de janeiro de 1893.

<sup>260</sup> IDEM, “Da Capital”, *O Estado de São Paulo*, 25 de julho de 1892.

<sup>261</sup> Ibidem.

Seu conto “Maladetto Francesco!”<sup>262</sup> possibilita a investigação de motivações específicas para a aversão circunstancial ao imigrante italiano. Embora os estudiosos do literato não tenham datado o conto, pode-se inferir que ele seria da década de 1890, pelas razões que seguirão adiante e pelo próprio desenvolvimento do jacobinismo na década de 1890.

Nele narra-se a breve história de um pequeno imigrante italiano, órfão, miserável, que vivia a vender gazetas nas ruas do Rio de Janeiro e era explorado por um calabrês que não trabalhava. O próprio título do conto é uma das raras falas existentes na obra e trata-se da única “operação fúnebre” – palavras do narrador – que o menino Francesco teve na ocasião de sua morte.

Uma primeira leitura obriga a observar o modo como os italianos são representados ao longo da narrativa. Não há um estereótipo claro do italiano, mas é possível identificar o modo como as personagens italianas são construídas ao longo da narrativa. Se a acidez e a violência de Pompéia contra a imigração maciça eram evidentes no vocabulário e na escrita de seus textos políticos, na fonte literária esta agressividade ao elemento italiano aparece atenuada e de forma sutil na estrutura narrativa do conto.

Quem seria a personagem mais marcante e violenta do conto? E por quê? Seria Giuseppe, o “protetor” de Francesco. “Este protetor esperava os pequeninos lucros que o menino auferia de sua atividade e dava-lhe em paga maus-tratos”.<sup>263</sup> E quem seria Francesco, personagem que empresta seu nome ao título do conto? Uma criança órfã, quase sem falas ao longo da narrativa, a qual teve a irmã morta de frio em seus braços na Itália diante de uma vida miserável. Uma criança que emigrou porque foi mandada para o Brasil por um homem estranho, mas compadecido com a história do menino, o qual acreditou na promessa de que no Brasil não existiria inverno.

Além de poucas palavras, Francesco também era quase invisível. “Quase” porque certa vez uma velhinha demorou-se a olhá-lo e sorriu. Desse dia em diante, o coraçãozinho de Francesco se revolucionou, mas a tristeza de sua história, a vida difícil para conseguir um trocado (que não fosse furtado por Giuseppe) pra jogar amarelinha e a escuridão dos

---

<sup>262</sup> POMPÉIA, Raul. “Maladetto Francesco!”. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Raul Pompéia. Obras. Contos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. III, 1980.

<sup>263</sup> *Ibidem*, p.274.

lugares onde vivia diluíam toda a alegria e traquinagem que uma criança poderia ter. O narrador trabalha várias vezes com a visibilidade e a invisibilidade em seu conto: “Quem o via, tão criança, tão gracioso e tão miserável, não resistia e... lia a *Gazeta da Tarde* ou a de *Notícias* do dia. Quando, à noite, esgotava-se a sacola de couro preto dos jornais, entornava ele com sua bolsinha num canto retirado do passeio, ou em alguma soleira, onde desse luz, e punha-se a fazer suas contas”<sup>264</sup>.

Francesco também “brincava com a morte”, brincava com o resultado extremo da violência vivida. No conto, ele é uma vítima porque é silenciado pela dor, pela violência cotidiana, é personagem opaca, apagada pela miséria: violência que ameaça dia-a-dia o indivíduo e que promove a destruição da personagem, ou seja, a própria morte de Francesco.

O viés da miséria está sempre presente ao longo de toda a narrativa do conto. O mundo em que vivia Francesco era hostil em todos os sentidos: seu passado era triste e miserável, a vinda para o Brasil era solitária, a situação de abandono e exploração em que vivia também carregava a violência do cotidiano, o ambiente onde vivia e os cenários por onde passava eram rudes, escuros, miseráveis. As imagens e os símbolos utilizados pelo narrador aparecem não apenas no clímax da obra literária, mas em todo o seu percurso. O começo do conto prepara o leitor para um outro mundo, através de imagens e símbolos que antecipam toda esta hostilidade do lugar que deveria, teoricamente, acolher Francesco:

Houvera dois dias de chuvarada. As ruas tinham o calçamento lavado. Pelas sarjetas inundadas corria um burburinho d'água em direção aos esgotos. Os lampiões estendiam pela calçada panos de fogo, enquanto as chamas de gás, engaioladas em suas caixas de vidro, debatiam-se doudamente a cada rajada... E o vento passava violento, furtando ao céu turbilhões de nevoeiro e guarda-chuvas aos transeuntes ...

Francesco, que andava adoentado, havia dias, foi para a casa nessa noite muito mais cedo que de costume.

Para casa... Expliquemos.

Na rua... há uma portinha.

Isto é a boca de um corredor apertado entre altos muros, pelos quais escorre o sol branco e ardente do verão, ou conforme o tempo, a chuva das invernadas, que os borra de luxuriantes paisagens feitas a capricho pela vegetação da umidade.

Passam por ai a viração encanada e uma multidão de sujeitos maltrapilhos, que chegam geralmente à tardinha, para saírem, no dia seguinte, à

---

<sup>264</sup> Ibidem, p. 274.

hora em que vêm os lábios rosados da manhã osculando os cirros fugitivos do arrebol.<sup>265</sup>

Neste trecho inicial, há elementos como a “chuva intensa”, a “umidade”, os “esgotos”, os “panos de fogo”, o “vento violento” que constroem a grande durabilidade da rudeza do momento, do lugar, e justificam o mal estado de saúde de Francesco. Ainda, o uso das reticências introduz lentamente o leitor ao mundo do menino. Das ruas úmidas e escuras, o leitor entra em sua “casa”. A descrição da miséria dá elementos para que o leitor construa sua própria imagem da miséria e do espaço onde vivia o italiano: lugar apertado, a mercê das intempéries e que era passagem para todos os sujeitos miseráveis que viviam nas rebarbas da cidade.

De acordo com Marciano Lopes e Silva, estudioso das crônicas e contos do literato Raul Pompéia,

O intenso uso de imagens, utilizadas como símbolos e metáforas, servem, segundo o próprio Pompéia, para ‘avigorar o enunciado e esclarecer como a vinheta esclarece o texto’ (...), posto que, em sua essência, a imagem é ‘a analogia, a comparação, o puro pensamento antes de ser idéia’. (...) Tal concepção o distancia radicalmente da estética vigente entre realistas, parnasianos e naturalistas, pois concebe a anterioridade do pensamento à idéia e privilegia a imaginação e a intuição com respeito à observação objetiva e metódica da realidade. Dessa forma, Raul Pompéia se aproxima da concepção simbolista sobre a linguagem (...). [Para ele,] a aparência é enganadora, pois não corresponde à essência, e a linguagem é imperfeita por ser incapaz de nomeá-la.<sup>266</sup>

Por isso, o conto permite ao leitor exercitar a sua intuição por meio das imagens e o tempo todo retoma aos símbolos da miséria e da violência cotidiana presentes na vida do imigrante.

Francesco é a personagem principal, mas o lugar dele, além de miserável, marginal, é sempre incerto. Não pôde ficar na Itália, não tem onde dormir no quarto de seu “protetor”, vaga pelas ruas a vender jornais e, à noitinha, se esconde na escuridão do quarto, onde faz as contas do ganho do dia e dorme no chão, sobre um amontoado de roupas sujas. A essa questão podemos associar a idéia recorrente que entendia o imigrante como alguém que não tem lugar, que não consegue criar raízes para se fixar. Podemos pensar ainda que, no Brasil,

---

<sup>265</sup> POMPÉIA, Raul. “Maladetto Francesco!”, Op. cit., p. 273.

<sup>266</sup> SILVA, Marciano Lopes e. “A Pandora de Raul Pompéia”, *Acta Scientiarum*, Maringá, vol.24, nº01, 2002, p.37.

com a miséria que violentava milhares de estrangeiros, não havia lugar digno para os que vêm de outra terra, a não ser o quartinho escuro, escondido e úmido, nas rebarbas da cidade.

Qual teria sido a intenção do narrador ao enfatizar a invisibilidade, o silêncio de Francesco e a escuridão em que vivia Francesco ao longo da narrativa? Ao final, por que ilumina e torna visível a cena de sua morte? O jogo do visível e o invisível, das luzes e sombras, e o uso de imagens são sempre retomados no conto. Por exemplo, o começo é especialmente escuro e opaco:

Nesta passagem entrou Francesco.  
Havia uma lâmpada de querosene fixada na parede, à entrada do pátio. Apesar dos esforços dessa pobre lâmpada, cuja luz não conseguia varar a opacidade das suas três faces de vidro, não estava claro o lugar. Francesco lá foi, vacilante e cambaleante de tonteira.<sup>267</sup>

Mais adiante, o narrador retoma a escuridão, agora como um lugar de proteção ao menino: “Ia a noite se adiantando; urgia escolher um abrigo para a noitada, um canto aonde não chegasse a luz nem o olho da polícia.”<sup>268</sup>

Já no momento imediatamente precedente à morte de Francesco, a escuridão passa a ser lugar das “trevas”, simbolizando (e sugerindo) a violência sofrida por Francesco. Após o menino ter se recolhido para dormir no monte de roupas sujas,

Depois de recolher-se um outro italiano da laia do protetor de Francesco e que o auxiliava no pagamento dos poucos mil-réis do aluguel do cômodo, trancou-se a porta deste [quarto]. A luz do corredor ficou lá fora e o quarto entregue às trevas. Começou-se então a ouvir uns gemidos apertados, uns arquejos contidos.<sup>269</sup>

O modo como o narrador trabalha a escuridão ajuda a construir os momentos narrados e configuram a hostilidade e violência cotidiana da vida do italiano. Mesmo no caso em que a escuridão pode proteger Francesco, a situação em que ele se encontra é miserável, pois deve se esconder de todos e principalmente da polícia para contar os poucos ganhos do dia. Ao tornar o conto algo escuro e opaco, e, ao jogar com o silêncio-trevas e voz-luz, o narrador pretende expressar a violência da miséria e assim torná-la visível. Para o literato – talvez isso atinja a construção do narrador do conto – a aparência não pode ser a

---

<sup>267</sup> POMPÉIA, Raul. “Maladetto Francesco!”, Op. cit. p. 274.

<sup>268</sup> Ibidem, p. 277.

<sup>269</sup> Ibidem, p. 279.

realidade, e é esse o jogo feito com o leitor: na escuridão, há pouca visibilidade, é difícil saber muito sobre o que ocorre nas “trevas” se estas não forem iluminadas. Uma maneira de fazer isso é através da literatura. O conto de Pompéia ilumina e torna visível o problema da miséria dos anos 1890 da cidade do Rio de Janeiro e destaca a violência cotidiana sofrida por Francesco e por muitos outros imigrantes que não possuem lugar próprio no mundo. Já Giuseppe seria a representação do imigrante indesejado, porque não é laborioso e pretende apenas tirar proveito daqueles que trabalham.<sup>270</sup>

A cena clímax ilumina melhor a análise aqui desenvolvida. O menino morre durante o sono, depois de viver um dia cansativo de trabalho e de ser explorado (e talvez violentado) por Giuseppe. Quando o dia chega, este dá um ponta-pé em Francesco porque o menino supostamente ainda estaria dormindo. O leitor, junto com Giuseppe, descobre que o menino está morto. Talvez este seja o momento mais agressivo da narrativa: alia os elementos “morte” e “silêncio”, com a provável intenção de estabelecer o limite máximo da violência. O calabrês exclama “Maladetto Francesco!” porque estaria pensando nos prejuízos que a morte do menino lhe poderia causar. Já no fim do conto, o *sol* entra no quartinho e com seus raios vivificantes amortalha o pobre menino. É o sol que traz a luz, a qual traz vida ao menino, ou seja, o alivia de toda a hostilidade ao seu redor. É a luz do sol que torna visível a realidade e o problema da miséria que o Brasil estaria vivendo.

O jogo com a voz e com o silêncio durante o conto e de modo concomitante com o jogo de luz e sombra também diz muito sobre qual problema deve ser solucionado. Com o uso da *metáfora solar* – muito comum entre os intelectuais da Revolução Francesa e recorrente no Brasil até início do século XX sempre remontando aos ideais republicanos – Pompéia parece tentar criar uma consciência no leitor ao iluminar a cena final. A metáfora solar faz com que se crie um *sol interno*<sup>271</sup>, a consciência que o homem construiu para si no momento da luz. Olhar com essa consciência também é iluminar, e Pompéia parece iluminar para fazer o leitor olhar com seu próprio sol interno.

---

<sup>270</sup> Ver o seguinte trecho do conto: “Giuseppe, o generoso protetor de Francesco, dormia cedo. Quando não passava misteriosamente a noite fora de casa, às oito horas, quem entrasse no quarto vê-lo-ia preguiçosamente estendido numa maca improvisada sobre duas caixas.” POMPÉIA, Raul. “Maladetto Francesco!”, Op. cit., p. 278.

<sup>271</sup> POMPÉIA, Raul. “Maladetto Francesco!”, Op. cit., pp. 31-38.

Sabendo que Francesco é um menino de poucas falas, que apenas solta algumas exclamações ou alguns gritos corriqueiros, mas que nunca expressa o que sente e nem estabelece diálogo, pode-se inferir que a miséria parece silenciar a vítima, parece tentar impor o silêncio ao personagem por meio da dor, ameaçando-o constantemente, tendendo a consumi-lo e destruí-lo. Francesco morre sem dizer uma palavra, a única exclamação que ecoa na ocasião de sua morte é o título do conto, pronunciado como uma maldição: “Maladetto Francesco!”

Portanto, a maldição iluminada pelo narrador seria a existência da imigração maciça de italianos para o Brasil, a qual seria a grande culpada pela miséria de estrangeiros e pelos problemas enfrentados nos centros urbanos pela recente República e pela nação sedenta por progresso e civilização. O narrador criado por Raul Pompéia estaria, assim, chamando a atenção para a imigração sem controle, muito volumosa e sem seleção de ingressantes, a qual na sua visão acabaria por degradar um país.

Deste modo, o narrador orienta sua discussão sob os signos da miséria, da imigração e do progresso da nação. A miséria e a imigração desmedida e sem controle estão, portanto, no lugar do incivilizado: o imigrante mal selecionado e mal preparado para emigrar seria “elemento de ruína nacional”, ou melhor, a chegada de imigrantes ao Brasil não poderia levar nem o país, nem o imigrante, a um final feliz.

Como outros defensores do jacobinismo, Raul Pompéia defende uma concepção de Estado baseada no modelo republicano, que prega a autonomia e a defesa nacionais perante os países estrangeiros, a consolidação das invioláveis instituições republicanas e uma construção controlada do povo brasileiro, do elemento nacional. De acordo com essa lógica, o autor concebe o fenômeno migratório subvencionado como uma ameaça aos brios nacionais e ao desenvolvimento do Brasil.

O uso de fontes variadas e a argumentação até aqui desenvolvida têm o propósito de identificar as condutas próprias das duas éticas trabalhadas por Paulo Mercadante. No caso da análise do conto de Raul Pompéia, buscou-se identificar também sua conduta, sua prática política e a coerência de seu comportamento próprio da ética do compromisso porque a sua interpretação sobre a presença dos italianos e imigrantes no Brasil também tem relações com o seu comportamento político.

Pompéia foi intransigentemente jacobino e radical na construção de suas críticas. Ao longo de sua juventude, foi abolicionista, nacionalista, republicano, florianista, defensor do trabalhador nacional e crítico da presença estrangeira no país. Para ele, a única possibilidade de o Brasil receber imigrantes ou permanecer com estrangeiros no território seria quando estes viessem aqui com o propósito de engrandecer o país e viessem por desejo próprio e não por circunstâncias miseráveis do país natal ou por políticas de imigração. Portanto, Pompéia tinha como *compromisso* manter o progresso como alvo e não mudar a trajetória constante do desenvolvimento nacional. Para isso, não conciliaria, em hipótese alguma, os termos “república”, “progresso”, “nação” aos termos “interesses particulares”, “imigração” e “cosmopolitismo”.

Raul Pompéia já era conhecidíssimo jacobino na década de 1890 e serviu de modelo de conduta aos correligionários do PRN. Os princípios da ética do compromisso, da ética absoluta, estiveram presentes no manifesto de fundação do partido de 1896, “cujos fundamentos foram elaborados pela possante inteligência do saudoso Raul Pompéia”.<sup>272</sup>

O PRN sustentará firmemente a República (...) velando-lhe pela *pureza dos princípios* e defendendo-lhe a natural *intransigência* de costumes contra os sofismas do bacharelismo político e as deturpações da plutocracia corruptora.

O PRN tem o encargo de (...) conseguir a abolição do sistema de imigração subvencionada, devendo ser feita a introdução dos imigrantes por iniciativa e com responsabilidade apenas da parte interessada, cabendo ao poder público somente o serviço de colonização e fiscalização criteriosa.

Reprimir e acautelar a expansão abusiva dos velhos monopólios coloniais, que tem até o presente, na esfera comercial, cerrado portas ao advento da ordem republicana.<sup>273</sup>

Toda a vida política de Raul Pompéia foi radicalmente pautada pela conduta intransigente da ética do compromisso e pelo forte republicanismo. Seu suicídio em 25 de dezembro de 1895 indicou o radicalismo de sua última ação. Depois da eleição de Prudente de Moraes em 1894, os republicanos jacobinos também deram sinais de *desencanto* diante da situação republicana, esta cada vez mais entregue aos civis paulistas e entendida pelos radicais como situação de desonra republicana causada pelos próprios republicanos. Talvez esse descontentamento republicano tivesse alimentado os últimos atos de Pompéia e, numa

---

<sup>272</sup> “Partido Republicano Nacional”, *Correio Nacional*, 11 de outubro de 1896.

<sup>273</sup> “Manifesto do Partido Republicano Nacional”, *Correio Nacional*, 11 de outubro de 1896 (grifos meus).

entrega da própria vida à pátria que, na sua visão, já estava a se esfarrapar nas mãos dos civis, deu fim a sua existência com um tiro no peito.

Assim como Raul Pompéia, os jacobinos do PRN também defendiam o trabalhador nacional, o desenvolvimento da pátria, o comércio nacional e eram contra os “resquícios maléficos” monarquistas, contra os interesses pessoais e particulares para, assim garantirem o interesse nacional.

Em época de desencanto republicano, a partir de 1894, os radicais da república exteriorizavam seus ressentimentos culpando os republicanos sem compromisso, os oligarcas que “desgovernavam” a república, os “répteis que se metamorfosearam em homens”<sup>274</sup>, homens estes de comportamento próprio da ética relativa.

Deste modo, continuavam compondo a história da república ao seu modo, mas agora sem futuro nítido e com final infeliz. Não deixavam de mencionar e esclarecer os motivos do desencanto republicano próprios do momento e das circunstâncias.

Há na personalidade política deste homem [Prudente de Moraes] tão medonha decepção para os republicanos históricos puros, tão flagrante contradição entre as esperanças que o passado fez sonhar e que o presente destruiu (...)

Na oligarquia que banqueteu-se, durante o regime monárquico, sobre as sombras de um povo futuro, muitos políticos houve que, não contemplados nos faustos de então, sentiram-se feridos no seu amor próprio; e sem prévio exame de consciência, com o medo do esquecimento, vieram banhar-se na luz da liberdade.

*A República não era um fim, era um meio.*

Atirados à margem como imprestáveis, corriam para as fileiras dos batalhadores audazes da reconstrução da Pátria; e, recebidos sem exame de sanidade, incorporavam-se aos republicanos, fugindo às amarguras do desespero das solidões políticas. (...)

Não eram elementos salutareos, mas sim deletérios; fingiam o entusiasmo que nos republicanos viam, mas não sentiam; adoravam pelas forças das circunstâncias, uma santa em que não compreendiam, praticavam todas as exterioridades de uma religião de que zombavam!

Répteis que se metamorfosearam em homens; homens que se transformaram em políticos; políticos que se fizeram artistas de vôos aéreos, agarrando, conforme os ditames das *leis das conveniências* e os aplausos da patuléia, neste ou naquele trapézio, não podiam deixar de ser o que sempre foram: \_ serpentes mordendo os peitos que os aqueceram!<sup>275</sup>

---

<sup>274</sup> “O Snr. Prudente de Moraes”, *Correio Nacional*, 06 de setembro de 1896.

<sup>275</sup> “O Snr. Prudente de Moraes”, *Correio Nacional*, 06 de setembro de 1896 (grifos meus). Na publicação do dia 20 de outubro do mesmo ano, em “Ser ou não ser”, também se encontra clara crítica à “política de conciliações”, com este exato termo adotado.

Os oligarcas paulistas, assim como a maior parte da elite agroexportadora do Brasil, possuíam conduta própria da ética relativa. Para eles, a atuação política baseava-se em adaptar as circunstâncias aos próprios interesses. Por isso eram *conciliadores* de interesses e de posturas políticas. Tornaram-se abolicionistas e republicanos na última hora, quando o momento e as circunstâncias pareciam favoráveis ao alcance de novos benefícios.

Foram também grandes defensores da imigração, justamente pelo fato da questão da abolição da escravidão afetar diretamente a estabilidade da produção agrícola, das colheitas e o próprio “patrimônio” pessoal, uma vez que os escravos eram vistos como propriedades e inclusive arrolados em testamentos. Em suma, aos olhos dos jacobinos, os oligarcas eram conciliadores, transigentes, abolicionistas de última hora, republicanos “superficiais”, pessoas interessadas no bem caminhar da agricultura e capazes de buscar apenas interesses particulares. Para completar a lista de críticas, eram também defensores da imigração, do trabalhador estrangeiro, do cosmopolitismo e do progresso e civilização “europeizadores”. Os oligarcas passaram a ser, então, grandes inimigos dos jacobinos e a aversão destes aos primeiros se acirrou ainda mais a partir de 1894.

Desse ano em diante, a ética relativa esteve mais evidente na política brasileira, pois um civil assumia a presidência e representava, além do povo brasileiro, especialmente os interesses oligárquicos. No mesmo contexto, o desencanto republicano jacobino contribuiu para a gradual desagregação do movimento jacobino.

Depois do atentado a Prudente, em 1897, a população gradativamente deixou de apoiar os jacobinos, esvaziando ainda mais o movimento. Assim, a “crise da república” (denominação jacobina) se estendeu até 1930, sustentada sempre pela política das alianças e conciliações. Ficou claro que no cenário político paulista, para os civis agricultores nunca fora essencial a condição de abolicionista para ser republicano, tampouco ser republicano do tipo intransigente. Bastou ter a arte de conciliar teorias e práticas distintas para manter alianças e a influência política própria dessa conduta oriunda dos tempos coloniais.

## AS “INCERTEZAS COERENTES” DA POLÍTICA BRASILEIRA A INCOMODAR OS IMIGRANTES ITALIANOS

A história é indeterminada e o passado existe a partir da passagem imprevisível das questões presentes para um tempo que se torna cada vez mais remoto. Mesmo não determinada, a história possui certas estruturas, certas permanências e forças condicionantes que, de modo sutil, influenciam a conduta de seus sujeitos.

Ao longo desse trabalho, foi possível identificar duas grandes forças condicionantes de condutas na história do Brasil. Trata-se das éticas relativa e absoluta, conceituadas ao longo desse trabalho de forma a afastar análises meramente formais e factuais. Por meio da compreensão das condutas e da exploração do campo analítico da moralidade, ambas incorporadoras da ética, o estudo da história se beneficiou ao passo que foram identificadas movimentações desembaraçadas de símbolos relacionados ao advento da República.<sup>276</sup>

Os jacobinos, de conduta influenciada pelo militarismo, retomaram conceitos, símbolos e heróis do passado de modo a manter a coerência de sua conduta de compromisso republicano e nacionalista. Os oligarcas, civis, apropriaram-se de conceitos e símbolos alheios para adaptarem sua prática, seus meios e as circunstâncias para alcançarem as suas necessidades particulares. Ambos os grupos viveram a passagem do Império para a República mantendo suas condutas para garantir que seus interesses ficassem intactos. Ao longo dos anos, ninguém alterou seus interesses e necessidades, nem seus objetivos. Não alteraram a própria conduta, mas o que diferencia um comportamento do outro é o modo para alcançar os seus interesses e necessidades.

Isso denota que a ruptura no campo da história é bastante sutil, mesmo que os fatos políticos aparentem atropelar qualquer possibilidade de ação ou reação dos sujeitos históricos. Paulo Mercadante, mais uma vez, foi assertivo ao sintetizar que “A ruptura é um estado provisório na História. Não assistimos, jamais, à derrocada de valores consagrados pelos homens”.<sup>277</sup>

---

<sup>276</sup> MERCADANTE, Paulo. “Explicação Indispensável”, *A Coerência das Incertezas. Símbolos e Mitos na Fenomenologia Histórica Luso-Brasileira*. São Paulo: É Realizações, 2001.

<sup>277</sup> MERCADANTE, Paulo. “Explicação Indispensável”, *A Coerência das Incertezas. Símbolos e Mitos na Fenomenologia Histórica Luso-Brasileira*. São Paulo: É Realizações, 2001, p.50.

Desse modo, pode-se dizer que o objeto de estudo desse trabalho encontrou-se com certas *incertezas* da história, isto é, eventos inéditos, reações espontâneas e circunstâncias nunca antes vistas porque próprias de um momento histórico. Mas, essas incertezas conviviam com forças condicionantes da história, capazes de tornar a conduta dos homens em ações *coerentes* com suas necessidades – mesmo diante de circunstâncias inéditas – e de fazê-los reescrever a história a seu favor.

Com esse entendimento, pode-se afirmar que o estudo da história, ciência indeterminada, precisa lidar com certa “coerência das incertezas”.<sup>278</sup>

Neste capítulo, a preocupação principal foi a de analisar o modo como os imigrantes italianos entenderam as principais questões em disputa da década de 1890 e a maneira como compreenderam as coerências das condutas dos sujeitos atuantes nos cenários político e social brasileiros.

Estes imigrantes apreenderam muito bem que estavam no meio do fogo cruzado resultante do confronto das éticas relativa e absoluta. Na ótica dos produtores agrícolas, os imigrantes passaram a ser símbolo do trabalho ordeiro, do progresso e civilização. A defesa da imigração passou a ser construída para atingir um fim único: o desenvolvimento da lavoura cafeeira, por este grupo entendido como o progresso nacional, pois o interesse particular seria visto como equivalente ao interesse da nação. Esse discurso inferia que a quantidade de trabalhadores nacionais não seria mais suficiente para garantir boa produtividade e que o brasileiro já não era mais suficientemente bom trabalhador diante de novas circunstâncias. O imigrantismo era entendido como a solução do problema da mão-de-obra no pós-abolição da escravatura. Apesar do discurso, as necessidades dos cafeicultores sempre foram as mesmas: garantir a produtividade e os interesses particulares.

Os jacobinos, por outro lado, viam os imigrantes como inimigos da pátria e do trabalhador nacional. Eram avessos ao sistema de imigração subvencionada e temiam que o cosmopolitismo advindo da grande presença de estrangeiros no país enfraquecesse o nacionalismo, elemento entendido por eles como responsável pelo progresso da pátria.

---

<sup>278</sup> Esse termo não é utilizado aqui neste trabalho pela primeira vez. Trata-se de um termo próprio das fontes documentais estudadas e trabalhado em análise de Paulo Mercadante em *A Coerência das Incertezas. Símbolos e Mitos na Fenomenologia Histórica Luso-Brasileira*. São Paulo: É Realizações, 2001.

Assim, os italianos eram concomitantemente desejados e indesejados. Estavam no meio do fogo cruzado. Ingressavam em grande número ao Brasil pelo sistema de imigração subvencionada, com apoio das oligarquias paulistas. Ainda que desejados por estes, tiveram seu trabalho explorado nos cafezais e raramente assistiram ao cumprimento das promessas feitas além mar. Fora dos campos, os italianos tiveram de conquistar seu espaço no mercado de trabalho urbano e, ainda, sofreram muito com os ataques anti-italianos dos jacobinos, inimigos dos estrangeiros e dos oligarcas cafeicultores.

Esses imigrantes italianos compreenderam o comportamento político-social brasileiro porque constituíam um dos principais elementos do cabo de guerra em questão. E estando no meio do fogo cruzado, identificaram as “causas gerais” e “causas particulares”<sup>279</sup> das violências dirigidas aos imigrantes e aos italianos e dos atritos entre brasileiros e estrangeiros.

Uma clara aversão ao estrangeiro foi identificada por esses imigrantes vindos da Itália. Documentos diplomáticos do Ministero degli Affari Esteri, da década de 1890, expuseram que os policiais brasileiros eram avessos aos estrangeiros e “cometiam todo tipo de abuso, sobretudo furtos a prejuízo dos estrangeiros, *sem distinção de nacionalidade*”.<sup>280</sup> Além dessa menção clara às arbitrariedades dos agentes policiais dirigidas ao imigrante genérico, há nas fontes italianas uma clara alusão ao “inveterado ódio aos estrangeiros” proferido pelos naturais do Brasil.<sup>281</sup> Como se percebe, a princípio, foi identificada na sociedade brasileira uma aversão genérica a todos os imigrantes, inclusive o italiano.

Ubaldo Moriconi, diretor do jornal *Il Messaggero* em 1894, escreveu a obra *Nel paese de' macacchi*, publicada em 1897, na qual esclareceu que um cidadão italiano deveria temer mais um policial que um ladrão profissional, pois *os estrangeiros* são as

---

<sup>279</sup> *Documenti diplomatici serie : incidenti nel Brasile (1892-1894)*, N.66 (C), “Reclame contro Il Brasile (1892)”, Roma, Italia. No original, em italiano, tem-se: “commettono ogni genere di soprusi, e soprattutto furti a danno degli stranieri, senza distinzione di nazionalità.”

<sup>280</sup> *Ibidem* (grifos meus).

<sup>281</sup> *Documenti diplomatici serie : incidenti nel Brasile (1892-1894)*, N.14 (C), “Nuovi Torbidi a San Paolo (07/07/1892)”, Roma, Italia. No original, em italiano, tem-se: “Il volere in questo modo svisare le mie intenzione e le mie parole mi conferma sempre più la nota mala fede dell’elemento locale e l’antico inveterato ódio che allo straniero portano i brasiliani”.

vítimas das arbitrariedades destes.<sup>282</sup> As autoridades policiais eram muito criticadas pelas fontes italianas e por meio dessa crítica diagnosticavam de modo mais completo a aversão ao estrangeiro no Brasil. Esses documentos da diplomacia denominavam a instituição policial de “polícia de negros”,<sup>283</sup> dando inclusive, indícios de atrito entre os negros da sociedade brasileira e os imigrantes. Moriconi complementou essa informação ao explicar que na polícia eram utilizados até mesmo os capoeiras (negros) para a detenção de estrangeiros.<sup>284</sup>

Os negros da sociedade paulistana foram rotulados por Moriconi como sujeitos “descorteses”<sup>285</sup> para com os estrangeiros. Uma possibilidade para a existência dessa postura estaria na forte concorrência entre imigrantes e nacionais no mercado de trabalho, característica essa identificada também por Filippo Ugolotti aqui neste trabalho.<sup>286</sup> Em um contexto em que os estrangeiros abundavam em São Paulo, em que se via a força do número ocupar os setores de prestação de serviços dos centros urbanos e o predomínio da mão-de-obra estrangeira nas áreas agrícolas, afluíam os atritos, decorrentes de um processo constante de banimento dos brasileiros (inclusive dos negros libertos) para as áreas e atividades mais periféricas e menos desejadas.<sup>287</sup>

Sim, deplorável ambiente tem sido criado – não o ignoramos – por falsos julgamentos emanados e fomentados por quem vê nos italianos um concorrente.<sup>288</sup>

---

<sup>282</sup> MORICONI, U. *Nel paese de' macacchi*, Torino: Roux Frassati e Co. Editori, 1897. Série de fac-símile Historical Collection from the British Library (grifos meus).

<sup>283</sup> *Documenti diplomatici serie : incidenti nel Brasile (1892-1894)*, N.66 (C), “Reclame contro Il Brasile (1892)”, Roma, Italia.

<sup>284</sup> MORICONI, Op. cit. p.248.

<sup>285</sup> Ibidem, p. 347.

<sup>286</sup> UGOLOTTI, Filippo. *Italia e Italiani in Brasile. Note e Appunti*, São Paulo: Typografia Riedel e Lemmi, 1897, p. 19. As percepções de Filippo Ugolotti sobre a relação entre estrangeiros e nacionais já foram expostas nesse trabalho e aqui são retomadas para dar corpo ao argumento do capítulo.

<sup>287</sup> Ubaldo Moriconi, em obra já citada, descreve um evento presenciado por ele na Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora (MG), onde teria presenciado uma forte reação dos brasileiros (inclusive de negros) contra os italianos da Hospedaria. Nesse contexto, o administrador da referida Hospedaria, mulato, teria comentado sobre os ataques “Os carcamanos vão morrer todos! Ih, que caiporismo danado!”. Ver: MORICONI, U. *Nel paese de' macacchi*, pp. 321 e 347.

<sup>288</sup> *Fanfulla*, 28 de março de 1896. Como no jornal predominou uma postura assimilacionista e de harmonização entre brasileiros e italianos, raramente seus artigos transpareciam indignação diante das agressões dirigidas ao italiano. A partir de 23 de agosto de 1896, o *Fanfulla* passou a se posicionar na defesa quase que incondicional dos imigrantes italianos, muito provavelmente pelas circunstâncias mais graves daquele momento. No original: “Sì, deplorable ambiente venne creato – non lo ignoriamo – da falsi

De acordo com Michael Hall, os observadores italianos notaram a presença de número considerável de negros nos vários incidentes registrados na imprensa, como entre trezentos ou quatrocentos fanáticos que passaram pelas ruas do centro de São Paulo, gritando “Morte à Itália!” e “Morte a colônia italiana!”.<sup>289</sup>

O *charge d'affaires* italiano no Rio, relatando os acontecimentos de 1896 em São Paulo, atribuiu a maior parte da culpa aos jacobinos, os quais, ‘quando o fogo estava aceso... retiraram-se para deixar bradar uma gangue de vagabundos composta de negros e de mulatos e para deixar agir os *camorristi* que aqui se chamam capoeiras’.<sup>290</sup>

Em 1892, o ministro das Relações Exteriores da Itália identificou na sociedade brasileira certo sentimento de “rancor e ciúme” dirigido aos estrangeiros.<sup>291</sup> Observa-se que o elemento estrangeiro ainda é tratado como categoria genérica, o que compõe um indício da má recepção da sociedade brasileira aos imigrantes oriundos de todas as partes do mundo.

De acordo com as fontes italianas, eram facilmente avistados ataques a todas as nacionalidades;<sup>292</sup> também em todos os partidos brasileiros era perceptível o sentimento chauvinista e nativista, o qual demonstrava continuamente “um ódio implacável ao estrangeiro estabelecido no país republicano”;<sup>293</sup> na imprensa nacional eram evidentes os ataques à presença de imigrantes na sociedade brasileira e em qualquer jornal estrangeiro eram relatadas as violências e perseguições nas fazendas que tinham como alvo o imigrante recém chegado.

Os documentos italianos identificavam essa aversão ao estrangeiro genérico por meio da coleção de fatos, eventos e observações a respeito da sociedade, do trabalho, da imprensa e da política do Brasil. Se basearam na repetição de fatos e na recorrência de violências dirigidas pelos policiais aos imigrantes, ou por capatazes aos colonos nas

---

prejudizi, aizzati e fomentati da chi vedeva negli italiani um concorrente, da malintese che com um pò di buona volontà, potrebbero in breve tempo sparire”.

<sup>289</sup> HALL, Michael. “Entre a Etnicidade e Classe em São Paulo”. Op. cit., pp. 4 e 5.

<sup>290</sup> Ibidem, p. 5. Com citação do jornal *Fanfulla*, de 10 de agosto de 1896.

<sup>291</sup> *Documenti diplomatici serie : incidenti nel Brasile (1892-1894)*, N.18 (C), “Il ministro degli affari esteri al R. ministro in Rio di Janeiro (5/08/1892)”, Roma, Italia.

<sup>292</sup> MORICONI, U. Op. cit., p.181.

<sup>293</sup> MORICONI, U. Op. cit., pp.181 e 207.

fazendas, ou ainda nas violências aos imigrantes das cidades, vítimas das agressões e arbitrariedades dos agentes dos poderes locais, da polícia e dos patriotas jacobinos de plantão.

Tanto ataques e agressões ao imigrante vindo de qualquer parte do mundo, quanto uma aversão especificamente dirigida aos italianos estavam presentes na sociedade brasileira. Além de identificada uma verdadeira “caça aos italianos”<sup>294</sup> na cidade de São Paulo, em 1896, com consentimento das autoridades policiais, as fontes flagraram ataques da população paulista às casas dos imigrantes durante todo o período de discussão dos Protocolos Ítalo-Brasileiros (1892-1896). Os jacobinos dirigiam seu ódio ao estrangeiro nas ruas das cidades mais proeminentes ameaçando de morte os imigrantes italianos e materializando a jura de morte com cruzes negras pintadas nas portas das residências de famílias italianas e portuguesas<sup>295</sup>; foram localizados indícios de grandes ataques aos italianos na capital do estado de São Paulo, no Rio de Janeiro, em Pernambuco, na Paraíba e no estado da Bahia, concomitantemente na mesma década em que New Orleans (EUA) viveu um grande massacre de italianos.<sup>296</sup>

O terror foi espalhado no Brasil contra o italiano e o medo nas fazendas também existia porque a aversão não era apenas urbana. Capatazes perseguiram colonos, patrões prendiam os imigrantes às terras por meio da contabilidade desonesta de dívidas. Na cidade de São Paulo, em agosto de 1896, além de todos os incidentes e agressões aos italianos por conta da discussão dos Protocolos, houve a invasão por brasileiros do teatro São José<sup>297</sup>, durante a apresentação de uma companhia italiana, na qual deixaram claro que eram avessos à presença desses estrangeiros no Brasil. O jornal italiano *La Tribuna* descreveu a aversão contra os italianos sob o seu ponto de vista, enfatizando a violência que resultou em significativo número de mortos e feridos:

---

<sup>294</sup> O *Fanfulla* também registrou referências a essa perseguição aos italianos. Ver a publicação de 24 de agosto de 1896.

<sup>295</sup> Há clara menção às cruzes negras em “Bananal”, *O Estado de São Paulo*, 13 de agosto de 1896.

<sup>296</sup> GABRIELLE, Mariano. Op. cit., p. 331. Essa menção a New Orleans aparece aqui como mais um indício da aversão ao estrangeiro e como sugestão a futuros estudos sobre uma aversão mais global e relacionada ao movimento internacional da Grande Imigração. Para mais informações sobre essa aversão generalizada ao imigrante italiano, consultar: BEVILACQUA, P., DE CLEMENTI, A., FRANZINA, E. (orgs.). “Brutta gente. Il razzismo anti-italiano”, *Storia dell’ emigrazione italiana: Arrivi*, Roma: Donzelli Editore, 2002.

<sup>297</sup> *O Estado de S. Paulo*, 27 de agosto de 1896.

A multidão brasileira, embebida de um ódio absolutamente injustificado e inflexível, prorropeu todo tipo de excesso contra os italianos residentes na cidade, abandonando-se à crueldade indigna de um povo civil (...).

No Grande Teatro, a Companhia Emanuel dava um espetáculo em benefício do hospital da cidade. Nem mesmo aquele lugar foi respeitado pela multidão irada, a qual irrompeu no teatro assaltando os espectadores, os atores e lançando-se brutalmente sobre as senhoras.<sup>298</sup>

---

<sup>298</sup> *La Tribuna Italiana*, 13 de setembro de 1896. No original: “La folla ebba di un odio assolutamente ingiustificato e quindi inesorabile, prorompe in ogni sorta di eccessi contro gl’italiani residente in quella città, abbandonandosi a crudelità indegne di un popolo civile (...).

Al Teatro Massimo [São José] La compagnia Emanuel dava uno spettacolo a beneficio dell’ospedale italiano della città. Nemmeno quel luogo fu rispettato dalla folla furibonda, La quale irrupe nel teatro assalendo gli spettatori e gli attori, scagliandosi brutalmente perfino contro Le signore.”

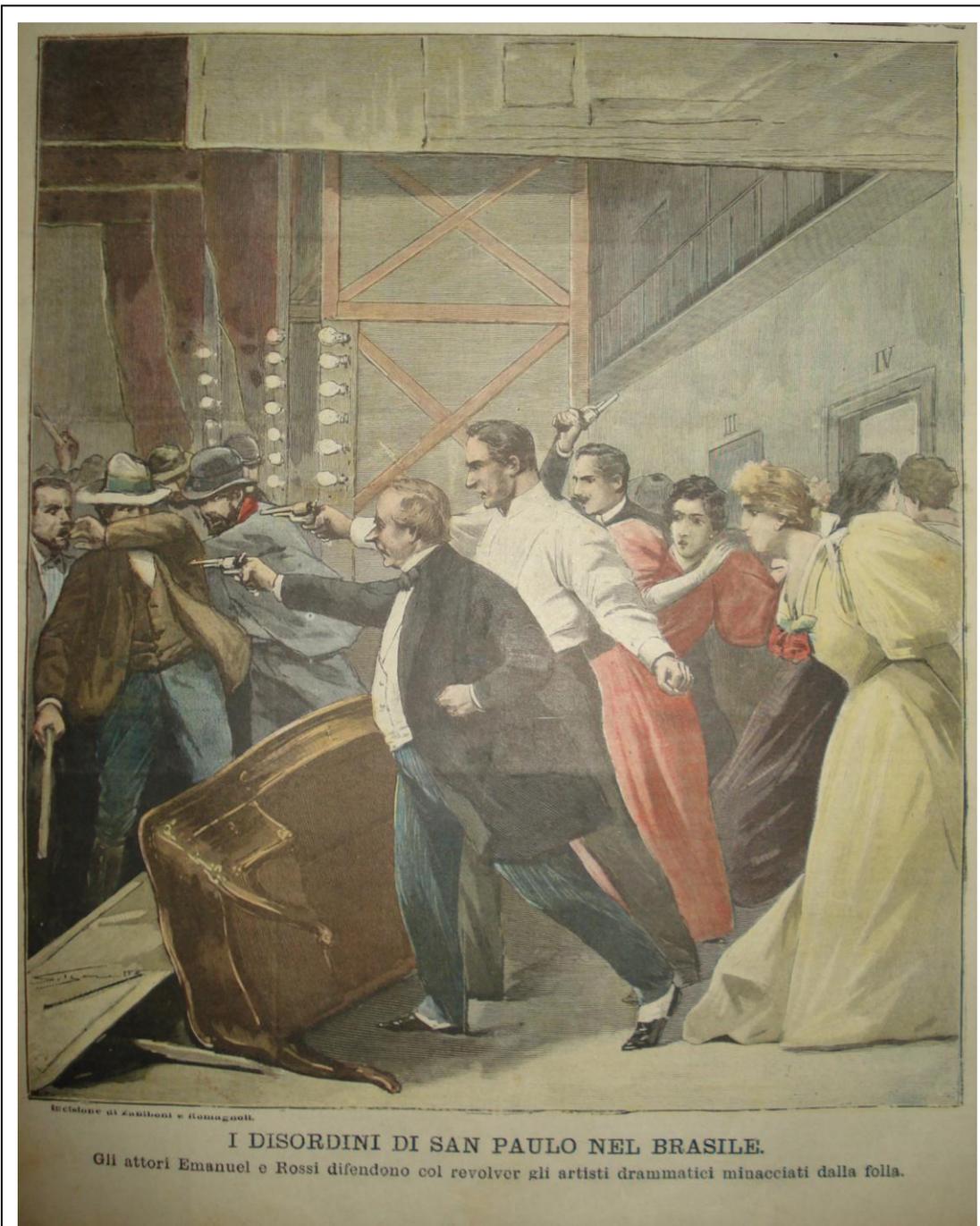


Figura 18 – I disordini di San Paulo nel Brasile, 1896. Representação do ataque de brasileiros ao Teatro São José durante a apresentação da Companhia italiana de Teatro Emanuel e Rossi em agosto de 1896.

FONTE: *La Tribuna*, ilustração de Zaniboni e Romagnoli, 18 de setembro de 1896.

O fato também foi descrito pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, não sem faltar o tom de horror na cena que se deu em São Paulo, em agosto de 1896:

(...) os súditos italianos que pacificamente assistiam ao espetáculo realizado no teatro S. José, em S. Paulo, onde representava um seu compatriota, o trágico Emanuel, foram barbaramente agredidos por grandes grupos de populares, que invadiram o teatro, resultando de luta, que então se travou, ficarem feridos muitos italianos e, entre eles, artistas da companhia Emanuel.

A população assaltou os bairros habitados por italianos, em São Paulo, e bem assim a redação do *Fanfulla*, órgão da colônia, a fim de empastelar a tipografia e tudo destruir.

Desses conflitos havia resultado a morte de 10 italianos e ferimentos a 48.<sup>299</sup>

Para identificar os fatores que motivaram essas agressões e manifestações contrárias ao italiano foi preciso analisar fontes e testemunhos italianos para perceber assim de que modo os próprios imigrantes entenderam as causas da aversão ao italiano no Brasil.

Ubaldo Moriconi foi bastante explícito em sua obra, escrevendo que, no Brasil, haveria permanente conflito entre nós (italianos) e nossos anfitriões (brasileiros).<sup>300</sup> Também os diplomatas italianos registraram com clareza que:

Não se pode negar que exista no Brasil uma certa animosidade contra a categoria estrangeiro e contra os italianos especificamente, estes chamados repetidamente de carcamanos (ladrões).<sup>301</sup>

As cartas trocadas pelos correspondentes do Ministero degli Affari Esteri deram indícios sobre as causas desses “permanentes conflitos” ao mencionarem que, dentre todos os imigrantes, o elemento italiano seria o mais numeroso a entrar no Brasil e o que mais pretendia conservar a sua própria nacionalidade, ponto este encarado pelos republicanos brasileiros como postura cosmopolita e, portanto, perigosa ao progresso da república. Esses elementos teriam gerado, no cerne da população brasileira, um sentimento de rancor e de ciúme dirigido violentamente ao imigrante italiano.<sup>302</sup>

---

<sup>299</sup> *O Estado de S. Paulo*, 30 de agosto de 1896.

<sup>300</sup> MORICONI, U. Op. cit., p.456.

<sup>301</sup> *Documenti diplomatici serie: incidenti nel Brasile (1892-1894)*, N.66 (C), “Reclame contro Il Brasile (1892)”, Roma, Italia. No original: “Non può neache negarsi che esista al Brasile una certa animosità contro gli stranieri in genere e contro gli italiani in specie, che essi chiamano sovente carcamanos (ladri).”

<sup>302</sup> *Documenti diplomatici serie : incidenti nel Brasile (1892-1894)*, N.66 (C), “Reclame contro Il Brasile (1892)”, Roma, Itália.

Era comum encontrar na grande imprensa nacional ressentimentos relativos ao poder do número de imigrantes italianos no estado de São Paulo. *O Estado de S. Paulo* publicou que:

Tem-se falado muito nesses últimos dias (...) do “*medo italiano em São Paulo*”, de certa angústia em que vive aquela população brasileira, em vista do rápido aumento da colônia italiana e se chegou até a falar de uma colônia brasileira em São Paulo – ironia tanto mais amarga por basear-se em fatos concretos.<sup>303</sup>

O nacionalismo e o nativismo do cenário político brasileiro também foram identificados por Moriconi como elementos impeditivos da boa recepção aos imigrantes italianos. Em uma referência clara à ação dos jacobinos, Moriconi percebeu que o patriotismo brasileiro demonstrava continuamente um “ódio implacável ao estrangeiro estabelecido no país republicano”, colocando à prova toda a paciência dos estrangeiros.<sup>304</sup> Identificou ainda, que os nativistas eram verdadeiros “italofóbicos”,<sup>305</sup> por concentrarem suas ações em São Paulo a atingir os italianos lá instalados. A crítica aos “jacobinos cínicos” era direta porque estes eram vistos pelos italianos como homens

(...) que recebem recompensas a cada insulto à Itália e aos italianos (...) e ao tentarem atenuar a própria culpa ao suporem-se republicanos ou socialistas, arrogando o direito de combater o governo e as instituições italianas, e com isso denigram a Itália e tudo o que é italiano, se dizem construtores da República brasileira, mas na sua coragem e armadura se assiste o mau uso e o sufocamento indigno da liberdade, até o mais iníquo despotismo.”<sup>306</sup>

O militarismo da Primeira República foi rotulado como “uma das piores pragas” do Brasil porque tornou os oficiais em homens politicamente perigosos e porque o governo brasileiro “se rendia como escravo aos nativistas”, impondo os ideais do jacobinismo como ideais de toda uma nação. Moriconi identificou esse elemento como complemento da ação dos “jacobinos cínicos”, pois oficiais teriam invadido a administração pública, o Congresso, aumentando assim a “confusão do governo republicano”.<sup>307</sup> Os militares nativistas eram descritos de forma pejorativa pelos italianos, por estes chamados de “canalhas” e

---

<sup>303</sup> *O Estado de S. Paulo*, 27 de agosto de 1896 (grifos meus).

<sup>304</sup> MORICONI, U. Op. cit, p. 81.

<sup>305</sup> Ibidem, p.227. No original, “italofobi”.

<sup>306</sup> Ibidem, p.438.

<sup>307</sup> Ibidem, p. 256.

“fofoqueiros”, por utilizarem falsos julgamentos para incitar a população brasileira contra os imigrantes italianos.<sup>308</sup>

Estes sentimentos e posturas presentes no cenário político e social do Brasil faziam com que “a população tolera[sse] o estrangeiro, não sem odiá-lo, mas não permitia que adquirisse uma propriedade”<sup>309</sup> num sinal claro de aversão à presença e à fixação dos estrangeiros e dos italianos em território brasileiro.

O tom da aversão à chegada de imigrantes seria ainda agravado com a debilidade dos poderes estatais e da diplomacia brasileira, os quais raramente cumpriam as exigências colocadas *a priori* pela Itália. Segundo Moriconi, “o governo brasileiro engana o italiano e o pobre imigrante publicando leis e regulamentos que a princípio não observamos no Brasil”.<sup>310</sup>

Ao tentarem criar um mapeamento da questão, os imigrantes italianos acabaram demonstrando que compreenderam muito bem a sociedade e a política brasileiras daquele momento. No âmbito social, identificaram como agravantes da aversão a concorrência no mercado de trabalho, os ressentimentos entre trabalhadores nacionais (e libertos) e italianos, a força do número de imigrantes da Itália introduzidos em território nacional, a força do nacionalismo do tipo nativista e militar (jacobino) a incentivar ataques aos italianos formando assim um grande contraste com o discurso imigrantista dos cafeicultores.

Mas também o cenário político foi identificado como alimento do sentimento anti-italiano no Brasil. As duas éticas reconstruídas por Paulo Mercadante aparecem de forma explícita nas fontes analisadas e na percepção dos imigrantes italianos a respeito dos comportamentos políticos do país onde passaram a viver. Tanto a ética absoluta e comprometida, própria dos grupos militares ou militaristas, quanto a ética relativa dos cafeicultores imigrantistas, hábeis conciliadores.

De acordo com o entendimento de Moriconi, a imprensa brasileira estaria repleta de artigos *exaltados*, cheios de clichês e frases convencionais, exaltando a nação, o povo, a

---

<sup>308</sup>MORICONI, U. Op. cit., p.262.

<sup>309</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>310</sup> Ibidem, p.314.

glória da marinha e os leitores não entendiam uma mínima parte.<sup>311</sup> Enquanto os jacobinos exaltados defendiam seus princípios na roupagem de uma falsa ciência – e aproveitavam as circunstâncias para sempre incitar a população contra o estrangeiro e o italiano – a população pouco entendia essa ciência, mas dava corpo às agressões utilizando seus próprios ressentimentos. Tratava-se da “imperfeição social do Brasil”, isto é, um contraste entre a ignorância generalizada de um povo que era facilmente incitado e a “falsa ciência dos exaltados”.<sup>312</sup> Em São Paulo, a imprensa não era utilizada de modo diferente, pois também “incitava a população brasileira contra a colônia italiana, a qual se via ameaçada nas suas vidas e haveres”.<sup>313</sup> Os jornais *O Jacobino*, do Rio de Janeiro, e o *Correio Nacional*, de São Paulo, eram constantemente criticados pela imprensa italiana por sempre “lançarem óleo ao fogo”, incitando os nacionais a agredirem os italianos.<sup>314</sup>

Alguns jornais de São Paulo estão de acordo em atacar a imprensa italiana. Por quê? *Porque é italiana*.<sup>315</sup>

Os radicais da república foram identificados pelos imigrantes italianos como sujeitos que defendiam o *amor à pátria*, mas causavam assassinatos; que defendiam a *civilização*, mas se largavam em atos bárbaros; que em nome da *igualdade*, agrediam o próximo a mão armada e que em nome da *liberdade*, sufocavam o pensamento diferente e a liberdade de expressão.<sup>316</sup> Observa-se que identificaram, inclusive, os pilares de sustentação do jacobinismo (liberdade, igualdade, progresso, e nacionalismo) e entendiam como isso lhes parecia contraditório, pois atingia negativamente os imigrantes vindos da Itália.

---

<sup>311</sup> MORICONI, U. Op. cit., pp. 209 e 210 (grifos meus).

<sup>312</sup> Ibidem, pp.210 e 230.

<sup>313</sup> *O Estado de S. Paulo*, 30 de agosto de 1896.

<sup>314</sup> *Fanfulla*, 03 de setembro de 1896. No original: “olio sul fuoco”.

<sup>315</sup> *Fanfulla*, 09 de setembro de 1896. No original: “Alcuni giornali di S. Paolo sono andati d’acordo nell’attacare la stampa italiana. Perché? Perché è italiana” (grifos meus).

<sup>316</sup> *Fanfulla*, 28 de março de 1896. No original: “Quando ecco un nucleo di audaci invade il teatro alle gride di ‘Morte ad Umberto! Viva Menelik!’ – e provoca una parapiglia da cui moltissimi uscirono mal con ci e parecchi assai seriamente feriti. Ripetiamo: si ha da ridere o di piangere? Sicuramente l’accaduto è doloroso oltre che indecente. Ma non meno sicuramente è grottesco.

Chi sono e che cosa rappresentano? O chi sono codesti violente di San Paolo i quali i nome della civiltà inneggano alla barbarie, in nome del amore invocano l’assassinio; in nome dell’ugualianza aggrediscono il prossimo, a mano armata; in nome della libertà tentano di soffocare il pensiero col pugnale e colla rivoltella; in nome dell’umanità assumo atteggiamento beduini?”

Mas a presença dos italianos não estava apenas na pauta da reação jacobina. Era comum na década de 1890 os jacobinos se referirem aos italianos como os promotores de uma guerra contra a nação brasileira e contra o governo brasileiro (especialmente na ocasião da Revolução Federalista)<sup>317</sup> e, concomitantemente, ler comentários próprios da elite agroexportadora sobre a laboriosa colônia italiana no Brasil, tão necessária ao progresso brasileiro. Os imigrantes italianos perceberam que se estava a fazer com o italiano algo como uma combinação de ataque seguido de acolhimento, ou de acolhimento seguido de ataque, sempre numa postura dúbia, incerta, mas agressiva a certo nível. Nas palavras do *Fanfulla*, “percebe-se que fazem com os estrangeiros o jogo de afastar a castanha do fogo junto com a pata do gato o que nos desrespeita e indigna”<sup>318</sup>, isto é atacam agressivamente (fogo) a colônia italiana e depois afastam as agressões numa tentativa de aliviar as tensões (sem findá-las) entre brasileiros e italianos e garantir os interesses da lavoura.

Os fazendeiros paulistas eram identificados como sujeitos obstinados em utilizar a mão-de-obra europeia como instrumento passivo para alcançar a própria fortuna e para isso não importavam os meios, pois, de fato, necessitavam dessa mão-de-obra e por isso defendiam a introdução cada vez mais numerosa de colonos italianos.<sup>319</sup> Ainda que necessitassem, não deixavam de participar dessa aversão relativa ao imigrante italiano:

O estrangeiro, no geral, e o italiano, em particular, não é bem visto pelos brasileiros, ainda que, pela circunstância, seja tolerado porque existe necessidade urgente para isso.<sup>320</sup>

Percebe-se o embate das éticas absoluta, própria dos jacobinos e com resquícios do movimento abolicionista, e a ética relativa, própria dos cafeicultores do Partido Republicano Paulista. E no meio desse embate estaria o fogo cruzado que atingiria os italianos inevitavelmente. Enquanto o primeiro comportamento político queria salvaguardar a nacionalidade e o progresso do país com a valorização permanente do trabalhador

---

<sup>317</sup> *Fanfulla*, 20 de maio de 1895.

<sup>318</sup> Consideração sobre discurso de Aristides Lobo que disse que a Italia estaria ajudando nos ataques da Revolta da Armada. In: *Fanfulla*, 30 de setembro de 1893. No original: “Ma che si senti di fare cogli stranieri il gioco di levar la castagna dal fuoco colla zampa del gatto ci indispettisce e ci indigna.”

<sup>319</sup> MORICONI, U. Op. cit., p. 380.

<sup>320</sup> *Ibidem*, p. 501.

nacional, a segunda postura visava alcançar os interesses particulares de modo mais imediato, introduzindo, aos montes, os imigrantes italianos na lavoura cafeeira e propagando com força a necessidade do discurso imigrantista.

Ao seu modo, os imigrantes italianos compreenderam os comportamentos políticos e as tensões sociais da década de 1890. Também reagiram às agressões e à aversão ao estrangeiro, pois não aceitaram as violências e as falsas promessas sem reagir. A imprensa italiana, por exemplo, sempre foi atuante na descrição das reclamações e das violências.<sup>321</sup> Os órgãos diplomáticos alertavam a Itália sobre essas condutas políticas presentes no Brasil e exigiam cumprimento dos tratados de imigração, sob a ameaça de suspender a imigração italiana para o Brasil. Portanto, a colônia italiana chegou a usar a força do número a seu favor, especialmente em 1896, na ocasião das agressões durante os Protocolos, quando ameaçou usar toda a colônia italiana num grande *meeting* de combate às agressões até então recebidas.

Propõe-se a realização de uma demonstração com 25 ou 30 mil italianos aos gritos de “Viva a Itália”, para com o número darem uma salutar advertência a esses anfitriões ingratos, que os italianos saberiam quando quisessem, se fazer respeitar. E eu não creio que se afaste tal proposta pelo esforço de se poder reunir em torno da autoridade Consular toda a colônia.

Nós podemos causar grave dano aos interesses materiais com a suspensão da nossa imigração, sem a qual este país seria arruinado.<sup>322</sup>

No meio do fogo cruzado. Esse era o lugar onde os imigrantes italianos se encontravam na sociedade brasileira, especialmente em São Paulo da década de 1890. Os italianos compreenderam bem a sua situação na sociedade a que foram introduzidos,

---

<sup>321</sup>Por exemplo, muitas denúncias eram publicadas no *Fanfulla*: “In quase tutti le lettere da noi ricevute si parla specialmente di capangas assoldati da Don Rodrigo in sessantesimo per appoggiare le prepotenze dei signoriotti e mano mettere i diritti dei coloni. Quei capangas sono per lo più negri o mulatti, già schiavi, abituati ad ogni brutura, delinquenti nati, che si peritano di usare lo *chicote* col nostro colono, cose come veniva usato sulle loro schi e ne prima de 13 maggio 1888”, 03 de agosto de 1896.

<sup>322</sup> Carta escrita pelo ministro das relações exteriores ao governo italiano de 16 de Agosto de 1896, São Paulo, Nº 3561/408, AEL - MR/II/22, pp. 08 e 09. No original: “Si propose di fare una contra dimostrazione di 25 o 30 mila italiani al grido di viva l’Italia per dare col numero, un salutare avvertimento a questi ingrati ospiti, che gl’italiani saprebbero, quando il volessero, farsi rispettare, ed, io non ha creduto, in massima, di respingere tale proposta all scopo di poter unire intorno all’Autorità Consolare tutta intera la colonia. (...) noi possiamo recar grave danno ao loro interessi materiali colla sospensione della nostra immigrazione senza della quale sarebbe questo un paese assolutamente rovinato.”

sentiam-se desejados e indesejados ao mesmo tempo, mas não se posicionaram como vítimas de uma realidade repleta de conflitos, pelo contrário, utilizaram recursos de sua compreensão para tentar garantir a estabilidade do italiano no Brasil dividido por duas éticas.



## CONCLUSÃO

As conclusões e o encerramento deste trabalho serão breves, pois a cada capítulo houve uma pequena contribuição aos estudos migratórios e à história da Primeira República. Neste espaço, conclui-se com observações gerais, de um olhar mais distante, próprio da análise diacrônica que seguiu até aqui.

Pode-se afirmar que já existia uma resistência com relação à introdução de estrangeiros no Brasil desde as primeiras campanhas para o ingresso de imigrantes. Mas a aversão ao italiano além de ter sido alimentada por ressentimentos próprios da população, isto é, por elementos sociais e culturais (como a concorrência no mercado de trabalho, tensões entre libertos e italianos, predomínio linguístico e cultural italiano no sudeste), foi intensificada ainda por circunstâncias políticas próprias de um período dividido pelas lutas de duas condutas conhecidas como as éticas relativa e absoluta. Esse cenário político permitiu que a aversão específica ao italiano aflorasse ainda mais no comportamento de uma população e trouxesse desdobramentos sociais inspirados nos ressentimentos mais antigos que acabaram por condensar um tempo de luta abolicionista e republicana.

Enquanto havia o claro confronto entre as duas éticas, a figura do imigrante italiano ficou ainda mais exposta ao fogo cruzado, quando ora se defendia a entrada de imigrantes e ora criticava-se a presença desses estrangeiros no Brasil. Por isso, os primeiros anos do governo de Prudente de Moraes são os mais violentos, pois os jacobinos tentavam reverter a situação política e ao mesmo tempo reverter as discussões dos Protocolos Ítalo-Brasileiros. Na medida em que o PRP se afirmou no cenário político nacional, os jacobinos se deram por vencidos e sua ação prática esmoreceu.

A partir de 1894, os italianos perceberam que o jacobinismo passou a perder influência e a partir de então concentravam seu diagnóstico da situação político-social do Brasil na força política das oligarquias. Em um tom maior de desânimo, publicavam:

(...) que confiança se pode ter num país que a política não é regulada, não é guiada por um conceito de governo, de um referencial, a qual não é alimentada por um programa claro e resolvido, mas por interesses e por pessoas?<sup>323</sup>

---

<sup>323</sup> *Fanfulla*, 18 de setembro de 1896. No original: “quale fiducia può riscuotere presso lo stesso paese una politica non regolata, non guidata da un esato concetto governativo; da un indirizzo, la cui impronta non è ricevuta da programmi chiari e recisi, ma da interessi e da persone?”

O desânimo dos imigrantes foi maior durante o início da República Oligárquica, embora as agressões dos jacobinos tivessem diminuído a partir de 1897. Como a disputa por posturas e discursos republicanos foi se apagando na medida em que a ética relativa (das oligarquias) predominava na política nacional, também o conflito social era mais difícil de ser identificado, embora não deixasse de existir. A partir de 1894, o discurso imigrantista passou a predominar e então quase não se encontravam contradições e críticas relativas à presença do imigrante italiano.

Os anos 1890 foram encobertos por uma nova história reconstruída pelos representantes do PRP. Uma história harmônica que, em São Paulo, colocou o elemento italiano como sinônimo de progresso, trabalho e civilização para o Brasil, mas que ainda continuava a descumprir as promessas feitas além-mar e os incisos dos tratados diplomáticos para a introdução de imigrantes italianos em nossa lavoura. A violência contra os italianos continuou a existir, a receptividade desses pela sociedade brasileira também não melhorou, mas foram vagarosamente silenciadas por esse discurso político homogêneo, quase sem opositores de destaque, que passou a reescrever a própria história.

Este trabalho buscou recuperar conflitos antigos, de tempos imperiais e abolicionistas, para mostrar como eles tiveram continuidade no início da República, basicamente por meio do confronto de duas éticas. Esses atritos acabaram por envolver os italianos em circunstâncias específicas e foram explicitados neste texto para que aqui a história da imigração italiana passasse a ser entendida como uma história de atritos, violências, desilusões, conflitos e não apenas como uma narrativa assimilacionista que não prevê tensões sociais e políticas, nem mesmo dificuldades para o grupo receptor e para os imigrantes.

A história da imigração italiana não começou feliz, nem mesmo com os esforços dos oligarcas ao se referirem a ela como “a solução” para as consequências econômicas da abolição no Brasil. De um lado, a imigração carregou campos e cidades de estrangeiros, de outro, gerou rivalidades no mercado de trabalho e hostilidades entre brasileiros e estrangeiros, entre libertos e italianos. Enquanto os oligarcas objetivavam favorecer a cafeeicultura, aos imigrantes restou carregar cada grão com o próprio suor, praticar o seu ofício nas cidades e compreender os lugares de origem dos ataques a sua presença. Assim o

fizeram. Compreenderam, reagiram, registraram e reconstruíram suas vidas em uma nova terra enquanto identificavam o território e a área do “fogo cruzado”.

A historiografia sobre a imigração também foi influenciada pelas reconstruções do passado. Basta ler as obras defensoras de que praticamente não houve reações à entrada de imigrantes italianos no Brasil, ou ainda ler as narrativas que colocam toda a construção, urbanização e progresso de São Paulo, nos séculos XIX e XX, como responsabilidade quase única dos imigrantes italianos que lá se instalaram. Não está se afirmando aqui que com o “cessar fogo” – já que a alusão inicial foi a do “fogo cruzado” – os italianos continuaram a ter exatamente as mesmas dificuldades de adaptação e inserção na sociedade brasileira. Na verdade, se as circunstâncias mudaram, o cotidiano desses estrangeiros mudou também. Além disso, as tensões sociais e políticas, juntamente com o confronto das duas éticas aqui trabalhadas, também devem ter afetado estrangeiros de outras nacionalidades, afinal, eram imigrantes e por definição sujeitos sem lugar próprio. Resta às pesquisas futuras a investigação apropriada e específica sobre o modo como espanhóis, alemães ou portugueses foram recebidos pela circunstância social e política dos primeiros anos de nossa república.

Seria também bastante positivo para as ciências humanas, em especial para os estudos migratórios, que a hostilidade aos imigrantes fosse aprofundada para o caso da sociedade brasileira. Como ocorreu com os italianos, certamente espanhóis, portugueses, alemães, judeus passaram por maus momentos em circunstâncias sociais, políticas e culturais específicas. A hostilidade específica aos italianos teve o seu auge de 1892 a 1896, por razões e circunstâncias aqui trabalhadas, mas continuou no século XX, juntamente com aversões a outras nacionalidades e grupos étnicos por motivações culturais e circunstanciais.

Por fim, registra-se humildemente uma breve impressão desta autora. A construção do conhecimento é o compromisso dos pesquisadores e das sociedades. E ao historiador atribui-se o dever de voltar os olhos ao passado e buscar as dúvidas, mas também o imprevisível aos olhos das ciências contemporâneas. Do contrário, declina-se a um academicismo que é mais do mesmo.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### I. Fontes

#### 1 – Fontes manuscritas

Arquivo Edgar Leuenroth – Campinas

Carta escrita pelo ministro das relações exteriores ao governo italiano de 16 de Agosto de 1896, São Paulo, Nº 3561/408, MR/II/22.

Carta escrita pelo Cônsul Conde de Brichanteau ao governo italiano. São Paulo, 23 de Agosto de 1896, Sem Número, MR/II/22.

Despatches from US Consules in Santos, Brazil, 1831-1901, série T351.

Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo (USP) – São Paulo

Prontuários dos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo (1891 a 1895).

#### 2 – Fontes impressas

##### A - Periódicos

*Avanti!*

*Banana Fregueses*

*A Bohemia. Quinzenário ilustrado, satyrico, humoristico, burlesco e litterario*

*Correio Paulistano*

*Correio Nacional*

*O Estado de S. Paulo*

*Fanfulla*

*Italia e Brasile. Riviste Popolare A Lucta*

*A Opinião*

*O Progresso. Orgam dos homens de cor*

*A Pulga*

*O Rebate*  
*Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*  
*La Tribuna Italiana*  
*XX Setembro*

B – Documentos governamentais e diplomáticos

ABRANCHES, Dunshee. *Actas e Actos do Governo Provisório (1889-1890)*, Brasília, 1998.

CAMPOS SALES, M. Mensagem de 7 de abril de 1897 do presidente do estado de S. Paulo Campos Sales, 1897.

Correspondências e relatórios do Ministero degli Affari Esteri, Relações políticas de 1896 a 1902;

*Documenti diplomatici serie: incidenti nel Brasile (1892-1894)*, N.11 a 66, Roma, Itália.

Mensagem do Presidente do Brasil Prudente de Moraes ao Congresso Nacional de 3 de maio de 1897, 1897.

Relatório apresentado ao cidadão Dr. Cezário Motta Júnior, secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo pelo Diretor da Repartição da Estatística e Arquivo Dr. Antonio de Toledo Piza, em 31 de Julho de 1894, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1894.

C – Obras Literárias

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

POMPÉIA, Raul. *Obras*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SCHMIDT, Afonso. *O passadiço. No tempo do protocolo*, São Paulo: Clube do Livro, 1963.

\_\_\_\_\_. *O Canudo*, São Paulo: Clube do Livro, 1968.

D – Outros

ANDRADA, Antonio Manuel Bueno de. “A abolição em São Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal*, nº 77, 1941.

ANTONIO BENTO. Sempre a propósito del commercio italo-brasiliano, *L'Esplorazione Commerciale*, vol. 12, febbraio 1897.

ATA DA 6ª SESSÃO DA CONGREGAÇÃO DOS LENTES DA ACADEMIA DE DIREITO DO LARGO DE SÃO FRANCISCO, São Paulo, 4 de setembro de 1896.

BRASIL, Partido Republicano Nacional, *O Manifesto de 12 de fevereiro de 1896*, In: *Correio Nacional*, 11 de outubro de 1896.

CINTRA, Assis. *Bernardino de Campos e seu tempo*, Rio de Janeiro: Cupolo, 1953.

\_\_\_\_\_. *Floriano: Carneiro de Batalhão*, Rio de Janeiro: Adersen, 1934.

COUTINHO, Afrânio (org). Enciclopédia da Literatura Brasileira, São Paulo: Editora FAE, 1995.

*Ensaio Paulistas. Contribuição de ‘O Estado de São Paulo’ às comemorações do IV centenário da cidade*, São Paulo: Editora Anhembi, 1958.

LATINI, Ausonio. *La Questione Italiana al Brasile*, Rio de Janeiro, 1896. Série de fac-símile *Bibliolife old Books*, British Library.

MASCARENHAS, Aníbal, *Curso de História do Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria do Povo Quaresma e Co., 1898.

MELO, Luis Correia de. *Dicionário de Autores Paulistas*, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo: Editora Andrioli, 1954.

MORICONI, U. *Nel paese de' macacchi*, Torino: Roux Frassati e Co. Editori, 1897. Série de fac-símile Historical Collection from the British Library.

MOSCONI, Ferruccio. Rivelazioni brasiliani: note di un repórter, *Italia del Popolo*, Milano, febbraio 1897.

OTÁVIO FILHO, Rodrigo. *Minhas Memórias dos Outros*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. *Figuras do Império e da República*, Rio de Janeiro: Zélio Valverde. 1944.

- \_\_\_\_\_. Festas Nacionais. In: COUTINHO, Afrânio (org). *Raul Pompéia. Obras*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- PINHEIRO, Xavier. *Leôncio Correia. O paranaense ilustre pelo talento, pelo civismo e pelo caráter*, Rio de Janeiro, 1913.
- \_\_\_\_\_. *Francisco Octaviano. Carioca Ilustre nas letras, no jornalismo, na política, na tribuna e na diplomacia*. Rio de Janeiro: Edição da Revista de Língua Portuguesa, 1925.
- \_\_\_\_\_. *Marechal Floriano, o consolidador da República Brasileira: comemoração ao V ano da sua morte*, Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900.
- POMPÉIA, Raul. “Da Capital”, *O Estado de S. Paulo*, 1892-1893.
- POMPÉIA, Raul. Carta ao autor das “Festas Nacionais”. In: COUTINHO, Afrânio (org). *Raul Pompéia. Obras*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompéia*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935.
- Relatório do Estado e das Operações da Confederação Abolicionista apresentada à Assembléia Geral anual de seus membros em 12 de maio de 1884 por seu presidente João F. Clapp, Rio de Janeiro, Typ. Central, 1884.
- RANGONI, Domenico. *Il Lavoro Coletivo degli Italiani al Brasile*, São Paulo, 1902;
- \_\_\_\_\_. Per una intesa fra l’Italia e Il Brasile. In: *Brasile e Italia. Riviste Popolare*, Rio de Janeiro, abril e maio de 1910.
- UGOLOTTI, Filippo. *Italia e Italiani in Brasile. Note e Appunti*, São Paulo: Typografia Riedel e Lemmi, 1897.
- VAMPRE, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*, São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva & Cia Editores, 1924.

## E – Bibliografia Geral

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.
- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- ALVIM, Zuleica. *Brava Gente. Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- ANDREWS, George Reid. *Blacks and Whites in São Paulo (1888-1988)*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.
- ARIAS NETO, José Miguel. A Revolta da Armada de 1893: um fato construído. In: OLIVEIRA, Cecília H. de Salles; PRADO, Maria Lígia C.; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). *A história na política, a política na história*, São Paulo: Alameda, 2006.
- ASHER, Robert. “Union nativism and the immigrant response”, *Labor History*, nº 03, v. 23, Summer 1982.
- AXT, Gunter. A Revolução de 1893: os diários de Joca e Francisco da Silva Tavares. In: OLIVEIRA, Cecília H. de Salles; PRADO, Maria Lígia C.; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). *A história na política, a política na história*, São Paulo: Alameda, 2006.
- AZEVEDO, Célia Marinho. *Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites Século XIX*. São Paulo: Annablume, 2ª edição, 2004.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha. A trajetória de Luiz Gama na Imperial cidade de São Paulo*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.
- BARBUY, Heloísa; MARTINS, Ana Luiza. *Arcadas. História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. 1827-1997*, São Paulo: Alternativa, 1998.
- BARRIGUELLI, José Cláudio (org.). *O Pensamento Político da Classe Dominante Paulista (1873-1928)*, São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, 1986.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*, São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1959.
- BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BELLO, José Maria. *História da República. Primeiro Período (1889-1902)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1940.
- BERNARDO, Teresinha. *Memórias em branco e negro: olhares sobre São Paulo*, São Paulo: EDUC, Fundação Editora da UNESP, 1998.
- BONFÁ, Rogério L. G. ‘Com lei ou sem lei’: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o Executivo e o Judiciário na Primeira República, Dissertação de Mestrado, Campinas, 2008
- BOSI, Alfredo (apresentação). “Raul Pompéia. *O Ateneu* e o romance psicológico, *Novidades*, 6-20/12/1888”, *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, pp.145-152.

- BUTLER, Kim D. Up from Slavery: Afro-Brazilian in São Paulo, 1888-1938, *The Americas*, vol.49, nº 2, October 1992.
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia no jornal 'O Estado de S. Paulo'*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.
- CARONE, Edgar. *A República velha: Evolução política*, São Paulo: DIFEL, 1983.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASALECCHI, José Enio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CASTRO, C. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- CASTRO, Celso; FREIRE, Américo. “As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil” In: GOMES, Ângela de Castro *et al.* *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Getúlio Vargas, 2002;
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Visões de Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- COSTA, Milene Ribas da. *A implosão da ordem: a crise final do império e o movimento republicano paulista*, dissertação de mestrado, São Paulo, USP, 2006.
- COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada. O Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- DEAN, Warren, *Rio Claro: um sistema bra.ileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1976;
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri e TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (orgs.). *Estudos Migratórios. Perspectivas metodológicas*, São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- DUARTE, Paulo, *História da Imprensa em São Paulo*, São Paulo: ECA/USP, 1972 .
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 - 1924)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, 1991.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- FRANZINA, Emilio. *A Grande Emigração. O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*, tradução de Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2006.
- FONT, Maurício. *Café e política: ação da elite cafeeira na política paulista, 1920-1930*. São Paulo: USP, 1988.
- GABRIELLE, Mariano. “Su un progetto di spedizione navale italiana contro il Brasile nell’ano 1896”, *Note e Discussioni: Storia Política*, vol.VI, 1967.
- GITAHY, M.L.C. *Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana*, São Paulo: Editora UNESP, 1992.

- HAHNER, June. "Jacobinos versus galegos: Urban Radical versus Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890s", *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v.18, nº 2, may 1976.
- \_\_\_\_\_. *Pobreza e Política. Os pobres urbanos no Brasil. 1870 a 1920*, tradução de Cecy Ramires Maduro, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Relações entre civis e militares no Brasil: 1889-1898*, São Paulo: Editora pioneira, 1975.
- HALL, Michael McDonald. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. Columbia University, Ph. D, 1969.
- \_\_\_\_\_. "Imigrantes na Cidade de São Paulo". In: PORTA, Paula (org). *História da Cidade de São Paulo. A cidade na Primeira metade do século XX (1890-1954)*. São Paulo: Paz e Terra, vol. 3, 2005.
- \_\_\_\_\_. Entre a Etnicidade e a Classe em São Paulo, In: CARNEIRO, M. L. Tucci; CROCI, Federico (orgs). *Histórias de Trabalho e Histórias da Imigração*, São Paulo: EDUSP, 2008.
- \_\_\_\_\_. "Italianos em São Paulo". *Anais do Museu Paulista*, v. 29, p. 201-215, 1979;
- HALL, Stuart. *Identidade Cultural*. São Paulo. Fundação Memorial da América Latina, 1997.
- HIGHAM, John. *Strangers in the Land. Patterns of American nativism. 1860-1925*, Atheneum, NY, 1963.
- HOLLOWAY, Thomas, *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- JACINO, Ramatis. *O Trabalho do Negro Livre na Cidade de São Paulo (1872-1890)*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH – USP, 2006.
- JAMES, C. L. *Os Jacobinos Negros. Toussaint L'Overture e a revolução de São Domingos*, São Paulo: Editorial Boitempo, 2000.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os Subversivos da República*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- JUNQUEIRA, Marili Peres. Surgimento do "Imigrante Italiano" nas folhas dos jornais. In: *II Congreso Ciencias, tecnologías y culturas. Diálogo entre las disciplinas del conocimiento. Mirando al futuro de América Latina y el Caribe*, Universidade de Santiago de Chile, Santiago do Chile, novembro de 2010.
- LEAL, Cláudia F. Baeta. *Pensiero e Dinamite. Anarquismo e Repressão em São Paulo nos anos 1890*, tese de Doutorado, departamento de História, IFCH-UNICAMP, Campinas, fevereiro de 2006.
- \_\_\_\_\_. *Subversivos Italianos em São Paulo: Vigilância e Controle Policiais nos anos 1890*. In: CARNEIRO, M. L.; CROCI, Federico; FRANZINA, E. (orgs.). *Histórias do Trabalho e Histórias da Imigração: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1999.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Perfil político de Silva Jardim*, São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira. 1889-1937*. Tradução de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- LUZ, Nícia Villela. “O Papel das Classes Médias Brasileiras no Movimento Republicano”, *Revista de História*, nº 57, 1964.
- MACHADO, Antônio de Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda e Laranja da China*, Coleção Vestibular - Estadão. São Paulo: Click Editora, 1998.
- MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.
- MERCADANTE, Paulo. *A Coerência das Incertezas. Símbolos e Mitos na Fenomenologia Histórica Luso-Brasileira*, São Paulo: É Realizações, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Militares e Civis. A ética e o compromisso*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1978.
- MONSMA, Karl. “Histórias de Violência: Inquéritos Policiais e Processos Criminais como Fontes para o Estudo de Relações Interétnicas”. In: DEMARTINI, Zeila Fabri e TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (orgs.). *Estudos Migratórios. Perspectivas metodológicas*, São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- \_\_\_\_\_. A polícia e as populações “perigosas” no interior paulista, 1880-1900. In: *IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association*, Tulane University, New Orleans, março de 2008.
- \_\_\_\_\_; FERREIRA, Lania; Silva, Virginia da. “Imigração e Violência Racial: italianos e negros no oeste paulista, 1888 –1914”, *Impulso*. Piracicaba, a.15, v.37, p 49-60, 2004.
- MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e Depoimentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Cia, 1913.
- MORAES, Evaristo. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- MORICONI, Angélica Lino dos Santos. “Nel paese de’ ‘macacchi’: representações do Brasil no final do século XIX, Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH – USP, 2004.
- MORTARA, Giorgio. “Aspectos culturais da evolução e das características demográficas do Brasil”, *Revista Brasileira de Estatística*, Conselho Nacional de Estatística, ano XVI, abril – junho de 1955, nº 62.
- MUNHOZ, Sidney. *Cidade ao Avesso: desordem e progresso em São Paulo, no limiar do século XX*. Tese de Doutorado, USP, 1997.
- MUNTEL, Oswaldo. *A Imprensa na História do Brasil*, Rio de Janeiro, PUC/Rio, 2005.
- OIKOI, Zilda M. Gricoli. *O Legislativo na Construção da República*, São Paulo: Editora Contexto, 1990.
- OLIVEIRA, Cecília H. de Salles; PRADO, Maria Lígia C.; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico (orgs.). *A história na política, a política na história*, São Paulo: Alameda, 2006.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PÁDUA, Ciro T. O negro em São Paulo, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, LXXVII, 1941.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma história da República*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- \_\_\_\_\_. *República Brasileira*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- \_\_\_\_\_. *Por que somos florianistas? Ensaio sobre Florianismo e Jacobinismo*, Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2002.
- \_\_\_\_\_. *O Progresso da Ordem. O florianismo e a construção da República*, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: A Vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- POMPÉIA, Raul. *Obras, Contos*. Organização de Afrânio Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. III, 1980.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Paixão e Morte de Silva Jardim*, Rio de Janeiro: Editora Civilização, 1967.
- QUEIROZ, Suely Robles de. *Os Radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. A cidade de São Paulo na Primeira República. In: OLIVEIRA, Cecília H. de Salles; PRADO, Maria Lígia C.; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). *A história na política, a política na história*, São Paulo: Alameda, 2006.
- QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades Negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo:1870-1890)*, São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.
- REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*, São Paulo: Editora Saraiva, 2002.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. “Cabras” e “Pés-de-chumbo”: os rolos do tempo. *O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1987.
- \_\_\_\_\_. “ ‘Por que você veio encher o seu pandulho aqui’ Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha”, *Análise Social*, Lisboa, vol. XXIXI (127), 1994.
- RIBEIRO, Maria Therezinha Janine. *Desejado e temido. Preconceito contra o imigrante italiano na Primeira República*. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo, FFLCH, Departamento de História, 1985.
- RIOS, José Arthur. “Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil”, *Sociologia*, São Paulo, v XX, nº 3, agosto de 1958.
- ROSA, Zita de Paula. *Dominação Legitimada*, São Paulo: Editora Contexto, 1990.
- ROSOLI, Gianfausto, “Le Relazioni tra Itália e Brasile e le Questioni dell’Emigrazione (1889-1896)”, *Emigrazioni Europee e Popolo Brasiliano. Atti Del Congresso Euro-Brasiliano sulle migrazioni (São Paulo, agosto de 1985)*, Roma, Centro Studi Emigrazione, 1987.
- \_\_\_\_\_. “La crise des relations entre l’Italie et le Brésil: la grande naturalisation (1889-1896)”, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, nº2, v. 2, novembre 1986.
- ROVINA, Melina Roberto. *Autos e Notícias: as formas de representação do imigrante italiano em São Paulo nos anos 1890*. Monografia de graduação, IFCH – UNICAMP, Campinas, junho de 2008.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Fapesp/AnnaBlume, 1998.

- SANTOS, José Maria dos. *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista: Subsídios para a História da República*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Os republicanos paulistas e a abolição*, São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- SILVA, Ana Carolina Feracinda. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*, Dissertação de Mestrado, Campinas, São Paulo, 2001.
- SILVA, Marciano Lopes e. *A Pandora de Raul Pompéia*, *Acta Scientiarum*, Maringá, vol.24, nº01, 2002.
- SLENES, Robert W. *The demography and economics os Brazilian Slavery*, PhD, Standford, 1976.
- SMITH, Anthony D. *Identidade Nacional*, Portugal, Lisboa: Gradiva Publicações, 1997.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A Negregada Instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- SOLBERG, Carl. *Immigration and Nationalism. Argentina and Chile, 1890-1914*, Austin: University of Texas Press, 1970.
- SOUZA, Luís Antonio Francisco de. “São Paulo, Polícia Urbana e Ordem Disciplinar. A Polícia Civil e a ordem social na primeira República”, Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia, FFLCH-USP. Orientadora: Maria H. O. Augusto, novembro de 1992.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A Capital da Solidão. Uma história de São Paulo das origens a 1900*, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2003
- TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Istituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1989.
- TRINDADE, Laércio. *Histórias e Lendas de Santos*, Santos em 1902. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300v14.htm>
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo (150 anos de Ensino Jurídico no Brasil)*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.
- VENEU, Marcos Guedes. “Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895”, *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 30, nº01, 1987.
- VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismo*, Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- WITTER, José. *Partido Republicano Federal 1893-1897*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- ZIMMERMANN, Maria Emília Marques. *O PRP e os fazendeiros do café*, Campinas: Editora da Unicamp, 1986.